

CONTRATO Nº 781 Q/97
ECF / CÂMARA LEGISLATIVA / DF
UD AC / CÂMARA LEGISLATIVA
IMPRESSO

Volume 2
1ª, 2ª e 3ª
Legislaturas
Brasília 2000

da Câmara Legislativa
do Distrito Federal

Mesa Diretora

3ª Legislatura - 1º Biênio
1999/2000

Presidente	Edimar Pireneus (PMDB)
Vice-Presidente	Gim Argello (PMDB)
1º Secretário	Wasny de Roure (PT)
2º Secretário	Daniel Marques (PMDB)
3º Secretário	Benício Tavares (PTB)

Suplentes

César Lacerda	(PTB)
Chico Floresta	(PT)

Deputados Distritais

Adão Xavier	(PPB)
Aguinaldo de Jesus	(PFL)
Alírio Neto	(PPS)
Anilcéia Machado	(PSDB)
Benício Tavares	(PTB)
César Lacerda	(PTB)
Chico Floresta	(PT)
Daniel Marques	(PMDB)
Edimar Pireneus	(PMDB)
Gim Argello	(PMDB)
João de Deus	(PDT)
Jorge Cauhy	(PMDB)
José Edmar	(PMDB)
José Rajão	(PMDB)
José Tatício	(PSC)
Lucia Carvalho	(PT)
Maria José - Maninha	(PT)
Nijed Zakhour	(PMDB)
Paulo Tadeu	(PT)
Renato Rainha	(PL)
Rodrigo Rollemberg	(PSB)
Silvio Linhares	(PMDB)
Wasny de Roure	(PT)
Wilson Lima	(PSD)



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Terceira Secretaria

Memória

da Câmara Legislativa do DF

V.2

1ª, 2ª e 3ª Legislaturas

Brasília

2000

@ CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Permite-se a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Impresso no Brasil.

Terceiro-Secretário:

Benício Tavares

Grupo de Resgate da Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Aya Maria Iwamoto de Thuin (Coordenadora)

Jair Cunha Cardoso Filho, Marisa Perrone Campos Rocha e Milene Guimarães

Redação Final:

José Antônio Prates (Diretor Legislativo - 3ª Secretaria)

Colaboração:

Ivan Carvalho e Cristiana Oliveira de Carvalho

Fotografias:

Carlos Gandra, Fábio Rivas, João Wesley, Rinaldo Morelli e Sílvia Abdon

Capa:

Ana Beatriz Caçador

Projeto Gráfico:

Cláudio de Deus

Revisão:

Anamaria Pinheiro, Glória Alencar, Vania Codeço e Afonso Camboim

Formatação Eletrônica:

Seção de Editoração

Impressão:

Gráfica da Câmara Legislativa

Documento normatizado pelo Setor de Documentação Legislativa

D614

Distrito Federal (Brasil). Câmara Legislativa. Grupo de Resgate da
Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Memória da Câmara Legislativa do DF: 1ª, 2ª e 3ª legislaturas/ Aya Maria
Iwamoto de Thuin (coordenadora). - Brasília: Gráfica da CLDF, 2000.
V: il. 88p.

ISBN 85-87123-01-7

Conteúdo: v. 1 - 2 - 1ª, 2ª e 3ª legislaturas.

1. Distrito Federal (Brasil). Câmara Legislativa - História. 2.
Deputado Distrital I. Thuin,
Aya Maria Iwamoto de. II. Título.

CDU: 342.532(817.4)(091)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SAIN - PARQUE RURAL

70086-900 - BRASÍLIA DF

FERNANDO NAVES	51
GERALDO MAGELA.....	52
GILSON ARAÚJO	53
GIM ARGELLO.....	54
JOÃO DE DEUS	55
JONAS VETTORACI.....	56
JORGE CAUHY	57
JOSÉ EDMAR	58
JOSÉ EUDES	59
JOSÉ ORNELLAS.....	60
JOSÉ RAJÃO	61
JOSÉ TATICO	62
LUCIA CARVALHO	63
LUIZ ESTEVÃO.....	64
MANOEL DE ANDRADE - MANOELZINHO	65
MARCO LIMA	66
MARCOS ARRUDA	67
MARIA JOSÉ - MANINHA.....	68
MARIA DE LOURDES ABADIA.....	69
MAURÍLIO SILVA	70
MIQUÉIAS PAZ	71
NIJED ZAKHOUR	72
ODILON AIRES	73
PAULO TADEU	74
PEDRO CELSO	75
PENIEL PACHECO	76
RENATO RAINHA	77
RODRIGO ROLLEMBERG.....	78
ROSE MARY MIRANDA	79
SALVIANO GUIMARÃES	80
SILVIO LINHARES	81
TADEU FILIPPELLI	82
TADEU RORIZ	83
WASNY DE ROURE	84
WILSON LIMA.....	85
ZÉ RAMALHO	86
MESAS DIRETORAS.....	87
COMISSÕES PERMANENTES.....	89
COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	98
CIDADÃO HONORÁRIO	104
IMPORTÂNCIA DO PDOT PARA O DISTRITO FEDERAL.....	114
FONTES DE PESQUISA.....	116

Sumário

INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL DO BRASIL.....	7
BRASÍLIA, CAPITAL DO BRASIL.....	8
BRASÍLIA CONQUISTA AUTONOMIA POLÍTICA.....	9
PRIMEIROS PASSOS DA CÂMARA LEGISLATIVA.....	10
A CASA DAS LEIS.....	13
A ATIVIDADE PARLAMENTAR.....	14
COMO SE FAZ UMA LEI.....	15
ENTREVISTAS.....	17
LINDBERG AZIZ CURY.....	18
SALVIANO GUIMARÃES.....	20
PRINCIPAIS SEMINÁRIOS DA 3ª LEGISLATURA	
OCUPAÇÃO E LEGALIDADE DAS TERRAS DO DF.....	26
PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	27
A FORÇA DO ENTORNO.....	28
SAÚDE NO DF.....	29
TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O DISTRITO FEDERAL.....	30
PERFIS DOS DEPUTADOS	
ADÃO XAVIER.....	32
AGNELO QUEIROZ.....	33
AGRÍCIO BRAGA.....	34
AGUINALDO DE JESUS.....	35
ALÍRIO NETO.....	36
ANILCÊIA MACHADO.....	37
ANTÔNIO JOSÉ - CAFU.....	38
AROLDO SATAKE.....	39
BENÍCIO TAVARES.....	40
CARLOS ALBERTO.....	41
CÉSAR LACERDA.....	42
CHICO FLORESTA.....	43
CÍCERO MIRANDA.....	44
CLÁUDIO MONTEIRO.....	45
DANIEL MARQUES.....	46
DANTON NOGUEIRA.....	47
EDIMAR PIRENEUS.....	48
EURIDES BRITO.....	49
EURÍPEDES CAMARGO.....	50

Palavra do Terceiro-Secretário

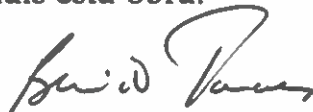
A nossa jovem Casa Legislativa está construindo, pouco a pouco, sua maturidade. Tanto busca o que há de positivo nas demais Câmaras e Assembléias como procura em sua própria história os ensinamentos que nutrirão seus passos no presente e no futuro.

Nesse sentido, a reconstrução dos fatos e feitos de seu cotidiano, examinados, organizados e publicados como memórias, constitui importante material para os parlamentares, os técnicos e a própria população tomarem conhecimento e fazerem uma análise do trabalho do Poder Legislativo do Distrito Federal.

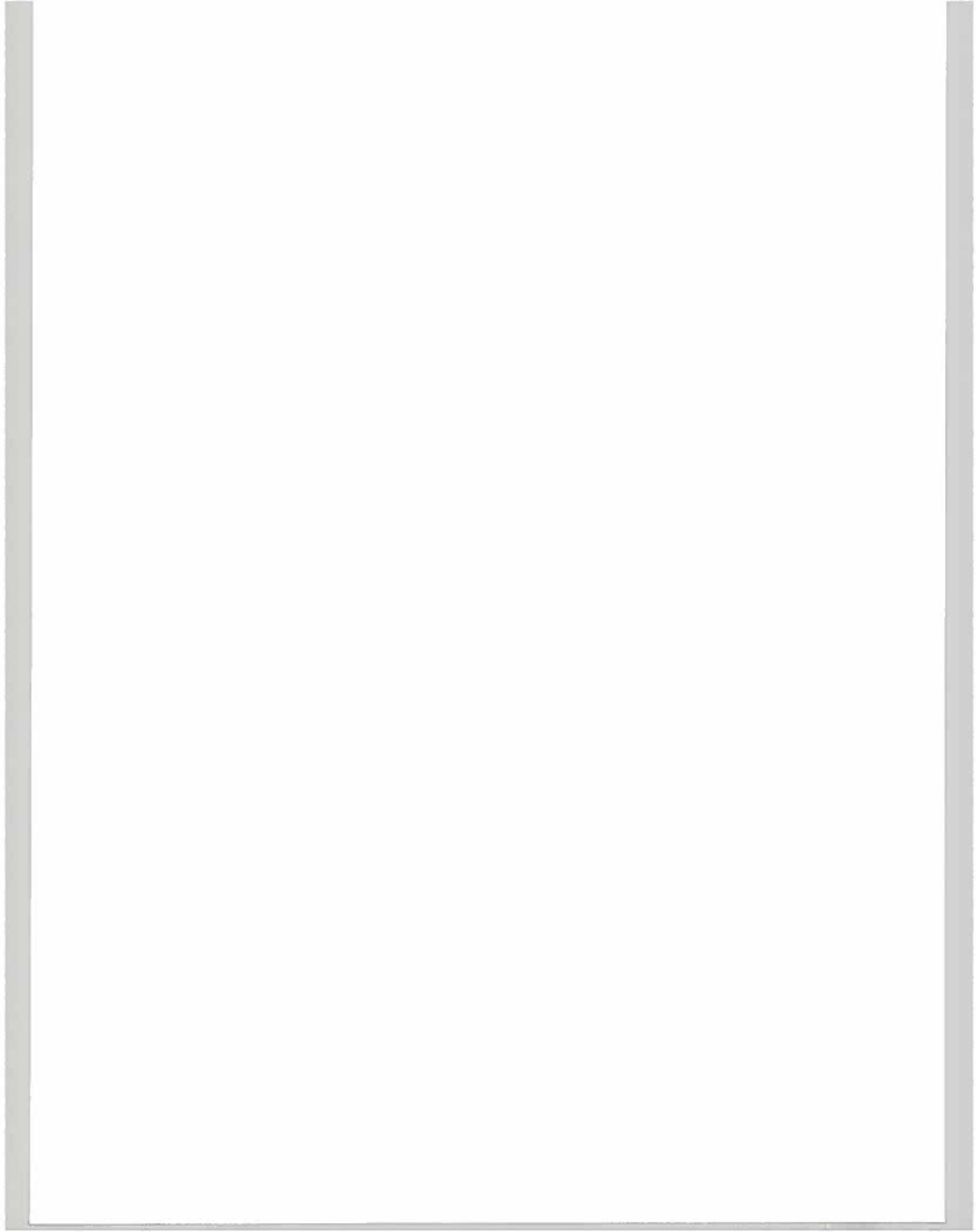
Isso é o que nossa laboriosa equipe de assessores do Grupo Memória da CLDF tem feito com o apoio de todas as áreas desta Casa, para produzir mais um número de suas memórias.

Comemoramos, assim, o lançamento deste segundo caderno, certos de que prestamos ao povo do Distrito Federal e a suas legítimas instituições mais um serviço a altura de sua expectativa.

Agradeço a todos os que tornaram possível mais esta obra.

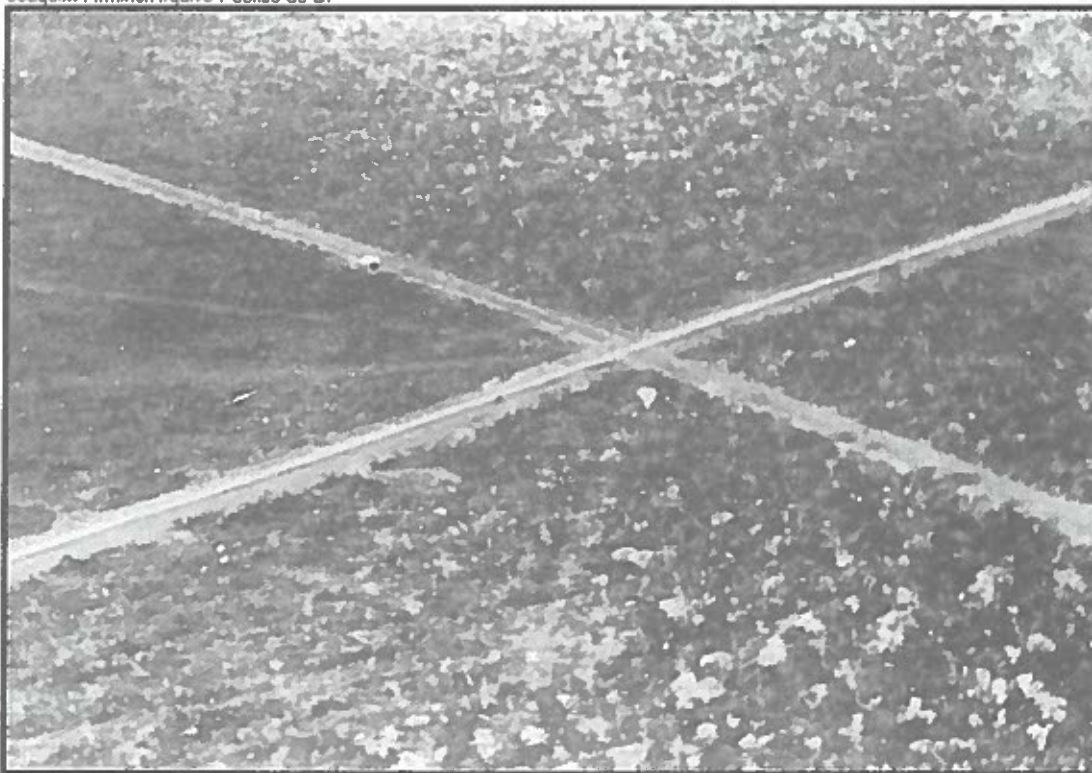


Deputado BENÍCIO TAVARES
Terceiro-Secretário



Interiorização da capital do Brasil

Joaquim Firmino/Arquivo Público do DF



Duas linhas que se cruzam: o traçado inicial de Brasília

A

idéia de transferir para o interior do país a capital federal surgiu no século XIX. Em 1892, foi criada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, conhecida como Comissão Cruls, para propor a área de fixação da capital do país no centro

do Brasil. Em 1922, o Presidente Epitácio Pessoa lançou a pedra fundamental da futura capital nas proximidades de Planaltina (GO). Somente em 1956 o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, deu início à construção de Brasília.

Brasília, capital do Brasil

Joaquim Firmino/Arquivo Público do DF



Canteiro de obras na Praça dos Três Poderes

No dia da inauguração, instalaram-se em Brasília os três Poderes da República. O Poder Executivo ocupou sua sede - o Palácio do Planalto. O Poder Judiciário instalou-se no Palácio do Supremo Tribunal Federal. O Poder Legislativo transferiu-se oficialmente para a nova capital em sessão solene no Congresso Nacional, presidida por João Goulart e com a presença do Presidente da República.

Os senadores Paulo Lauro e Acioly Filho apresentaram, nesse mesmo ano, projeto instituindo a representação de Brasília no Congresso Nacional. Na época, muitos congressistas acreditavam que Brasília jamais seria uma cidade e sim um acampamento.

Em 1961, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 3, modificando a Constituição de 1946. Essa emenda concedeu representação a Brasília na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e permitiu criar também uma Câmara Municipal que controlaria a ação do governo local. A

data das eleições não foi marcada até o Golpe Militar de 1964.

O engenheiro Israel Pinheiro foi o primeiro dos 12 prefeitos que governaram o Distrito Federal de 1960 a 1969, quando a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, criou o cargo de governador; foi também instituída a Comissão do Distrito Federal no Senado.

Essa comissão, formada por senadores, funcionava como um Legislativo, apenas para homologar as decisões do Executivo, como o Orçamento do Distrito Federal. Eventualmente, a comissão apreciava algum projeto de lei e as indicações dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Vale ressaltar o papel fiscalizador da imprensa. "Os meios de comunicação, principalmente o rádio, funcionavam como portadores de reivindicações nem sempre coletivas, mas pontuais", diz Salviano Guimarães, primeiro presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Brasília conquista autonomia política



A pressão popular fez Brasília conquistar sua autonomia política

Com o crescimento da cidade e o aparecimento de problemas inerentes a toda cidade grande, surgiu a necessidade de uma administração local. Representações políticas, entidades, associações e organizações diversas fizeram manifestações, reivindicando a representação política e a autonomia política do Distrito Federal, com eleições em todos os níveis.

Em 1986, a população de Brasília foi às urnas pela primeira vez, para eleger seus

oito representantes na Câmara e três no Senado Federal.

A Constituição de 1988, em seus artigos 27 e 32, definiu a autonomia política do Distrito Federal, bem como o número de seus representantes.

Em 1990, Brasília teve seu primeiro governador eleito e 24 deputados distritais. E, em 1º de janeiro de 1991, concretizou sua autonomia com a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Primeiros passos da Câmara Legislativa

PRIMEIRA SESSÃO ESPECIAL

A primeira sessão especial foi realizada em 1º de janeiro de 1991, no Senado Federal, destinada a receber o compromisso dos deputados distritais eleitos em 3 de outubro de 1990 e dar posse a eles.

PRIMEIRA SESSÃO SOLENE

Em 1º de janeiro de 1991, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, aconteceu a 1ª sessão solene, com o objetivo de receber o compromisso do governador, Sr. Joaquim Domingos Roriz, e da vice-governadora, Sra. Márcia Kubitschek, e dar posse a eles.

PRIMEIRA SESSÃO PREPARATÓRIA

Foi realizada no dia 2 de janeiro de 1991, às 9 horas, destinada a eleger os membros da Mesa Diretora.

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

A primeira sessão extraordinária ocorreu no dia 4 de janeiro de 1991, tendo em sua pauta a discussão das primeiras providências administrativas a serem adotadas pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Em 7 de janeiro de 1991, foi realizada a primeira sessão ordinária da Câmara Legislativa, com a seguinte pauta:

- Ofício de autoria da deputada Lucia Carvalho, que "solicita providências no sentido de aproximar o plenário das galerias";
- Projeto de Resolução nº 001/91, que "estabelece a composição de pessoal dos gabinetes dos deputados distritais e dá outras providências";
- Mensagem nº 001/91, do Sr. governador do Distrito Federal, que encaminha "projeto de lei que promove o desenvolvimento

Primeiro projeto

integrado da Região do Entorno";

- Projeto de Lei nº 001/91, que "cria a Secretaria de Articulação para desenvolvimento do Entorno e dá outras providências".

PRIMEIRA MENSAGEM

A primeira mensagem enviada pelo Sr. governador, de nº 001/91, encaminhava projeto de lei que promovia o desenvolvimento integrado da Região do Entorno.

PRIMEIRO PROJETO DE LEI

O Projeto de Lei nº 001/91 propunha a criação da Secretaria de Articulação para desenvolvimento do Entorno.

PRIMEIRAS ATIVIDADES DOS DEPUTADOS

Eleitos para legislar, os deputados tive-

ram, logo a seguir, de trabalhar em outras atividades. Segundo Salviano, os deputados começaram a trabalhar bem antes da posse. Eles se reuniam pelo menos três vezes por semana em uma sala cedida pela Câmara Federal para assim formarem comissões de organização. Uma comissão cuidou de estudar a remuneração dos parlamentares, outra ficou encarregada de elaborar o Regimento Interno e outra, de encontrar o espaço físico para instalar a sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRIMEIRAS DIFICULDADES

A comissão que cuidou da instalação da sede foi em busca dos prédios desocupados pelas instituições desativadas pelo governo Collor. Havia cinco opções: o Museu do Índio, os prédios da Sudene, da Portobrás, da Cobal e o da Embrater.

Havia muita polêmica a respeito dessa escolha, pois a vontade era de encontrar um prédio bem localizado, de fácil acesso à população e que atendesse

Mesa Diretora

às necessidades dos parlamentares.

Entretanto, os prédios que ofereciam melhor localização sofriam impedimentos. No caso do prédio da Embrater, a única objeção era a dificuldade de acesso. Mas todos os outros aspectos eram propícios; por exemplo, o espaço interno era o melhor, o terreno pertencia ao GDF e, além disso, o prédio era simples e não exigia manutenção cara. Essa seria a sede até que se construísse o prédio definitivo. Nessa época, o governo do Distrito Federal promoveu concurso para o projeto de construção da CLDF, usando terreno do Tribunal Regional Eleitoral, em frente da sede do jornal Correio Braziliense. Uma equipe de arquitetos paulistas foi vencedora.

PRIMEIRA MESA DIRETORA

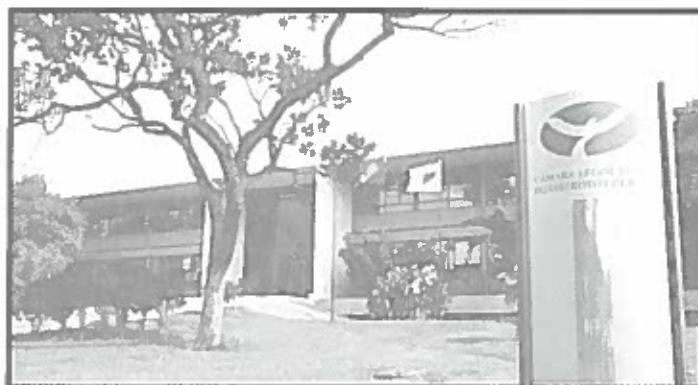
O presidente da primeira Sessão Preparatória foi o deputado José Ornellas. Nessa sessão, foi eleita a primeira Mesa

Diretora. Quatro candidatos pleitearam a presidência da Casa: Pedro Celso, Carlos Alberto, José Ornellas e Salviano Guimarães. A disputa se deu entre os deputados Salviano Guimarães (PFL) e Pedro Celso (PT), com a desistência dos demais. O deputado Salviano Guimarães foi o vencedor.

Foi feito um acordo, que ainda vigora, com pequenas alterações. Nele dividiam-se as responsabilidades administrativas entre os membros da Mesa. O presidente ficaria com o poder de representação da Casa e o primeiro-secretário, com a administração dos recursos humanos. O segundo-secretário cuidaria da administração física e financeira e o terceiro-secretário se responsabilizaria pelo apoio ao processo legislativo. O vice-presidente, além de substituir o presidente, ficaria responsável pela área de modernização e informática e pela gráfica.

Assim, a Casa seria administrada de forma democrática e transparente. Todas as decisões administrativas são ainda hoje tomadas pelo colegiado da Mesa Diretora, mantendo aquela iniciativa.

A Casa das Leis



A Câmara Legislativa é a casa do povo brasileiro

Democracia e Parlamentarismo caminham juntos na sociedade moderna. Dos três Poderes, por sua própria característica, o Legislativo é o que está mais próximo da sociedade por representá-la em seus vários segmentos. Nesse sentido, ele se mantém permanentemente aberto à influência dos grupos sociais, de entidades representativas e de lideranças comunitárias. É no Legislativo que as minorias se fazem ouvir e é também pelo seu intermédio que os cidadãos podem acompanhar as decisões que têm maior impacto sobre a população.

Eleitos pelo povo, os parlamentares de diversos partidos políticos são responsáveis pela elaboração das leis que vão reger as relações sociais, leis necessárias ao bom funcionamento da sociedade. Cabe também ao Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos da administração pública.

A Câmara Legislativa abriga representantes dos mais diversos segmentos sociais, culturais e ideológicos, sendo o palco de diferentes opiniões e reivindicações que

traduzem os anseios da sociedade, abrindo caminho para o entendimento e a administração de interesses contraditórios.

Quanto mais consciente for a escolha do governador e dos deputados distritais e quanto maior for a participação popular junto aos parlamentares cobrando decisões, maior será o grau de legitimidade do Poder Legislativo. A qualidade da representação depende do nível de organização da sociedade. Por isso, cabe também ao Poder Legislativo abrir espaço à participação popular na discussão dos problemas que afetam a sociedade e na busca de alternativas para a sua solução.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal é uma das mais novas casas legislativas do país, assim chamada porque conjuga atribuições de estado e município.

A nossa Casa é composta por 24 deputados, eleitos a cada quatro anos. O número de deputados distritais é fixado pelo art. 27 da Constituição Federal, correspondendo ao triplo do número de representantes do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

A atividade parlamentar

A

atividade mais conhecida do deputado é sua atuação no plenário, onde são discutidas e votadas as diversas proposições legislativas e onde são travados os grandes debates. Nas comissões permanentes ou temporárias concentra-se parte da atuação parlamentar e do debate político com segmentos da sociedade interessados nos diversos temas em apreciação pelo Poder Legislativo.

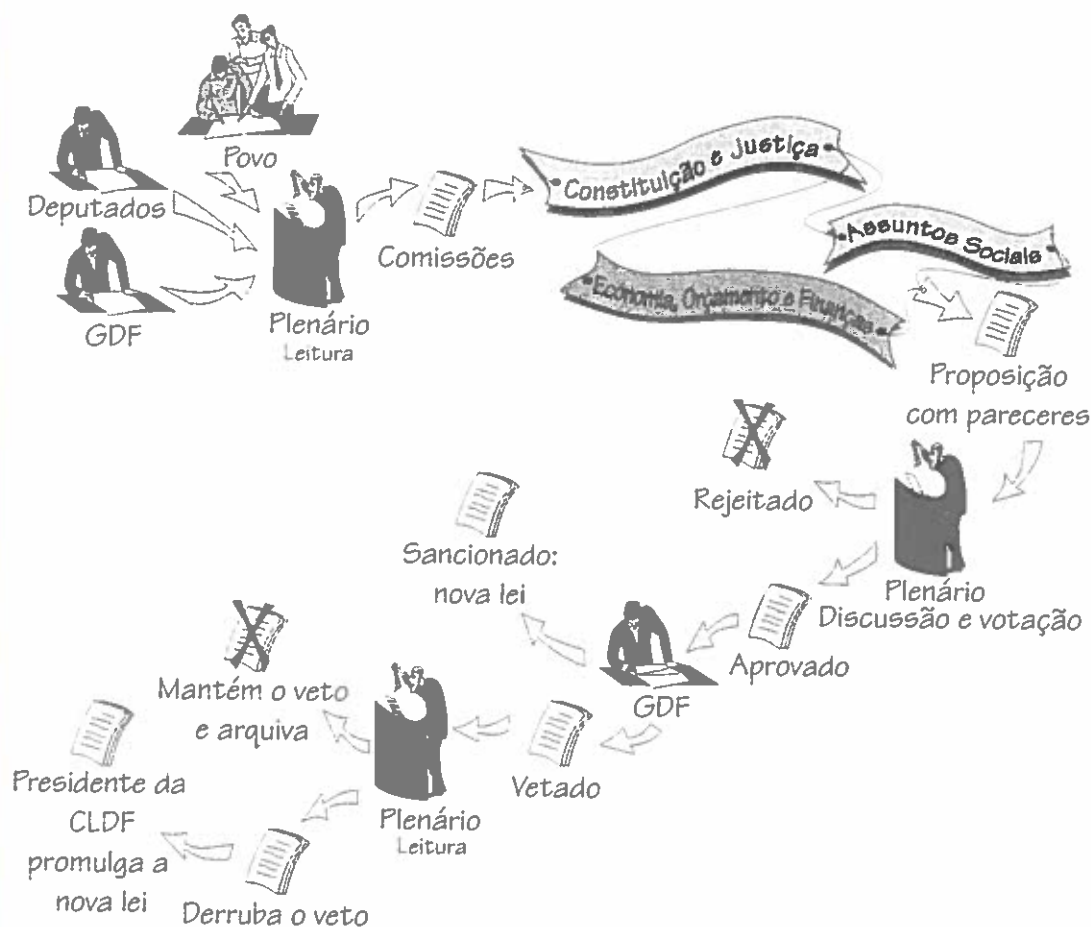
O trabalho do deputado envolve também a ação partidária. Por isso, está sempre em contato com seus correligionários para discutir questões políticas, participar das decisões partidárias e definir estratégias de ação.

Outra atividade fundamental é o trabalho no gabinete, onde recebe seus eleitores,

ouve críticas, sugestões e reivindicações. Em muitos casos, o parlamentar exerce o papel de intermediador entre o eleitorado e o Executivo, encaminhando pleitos, acompanhando projetos de interesse de determinadas regiões ou grupos específicos.

O contato com a sua base eleitoral não acontece apenas no gabinete. O deputado procura manter intercâmbio constante com a população. Em visita às diferentes regiões administrativas, o deputado conhece melhor os problemas da população, ouve sugestões e colhe subsídios para sua ação legislativa e parlamentar. A troca de informações possibilita à população ficar mais próxima da atividade parlamentar e influenciar no processo legislativo.

Como se faz uma lei



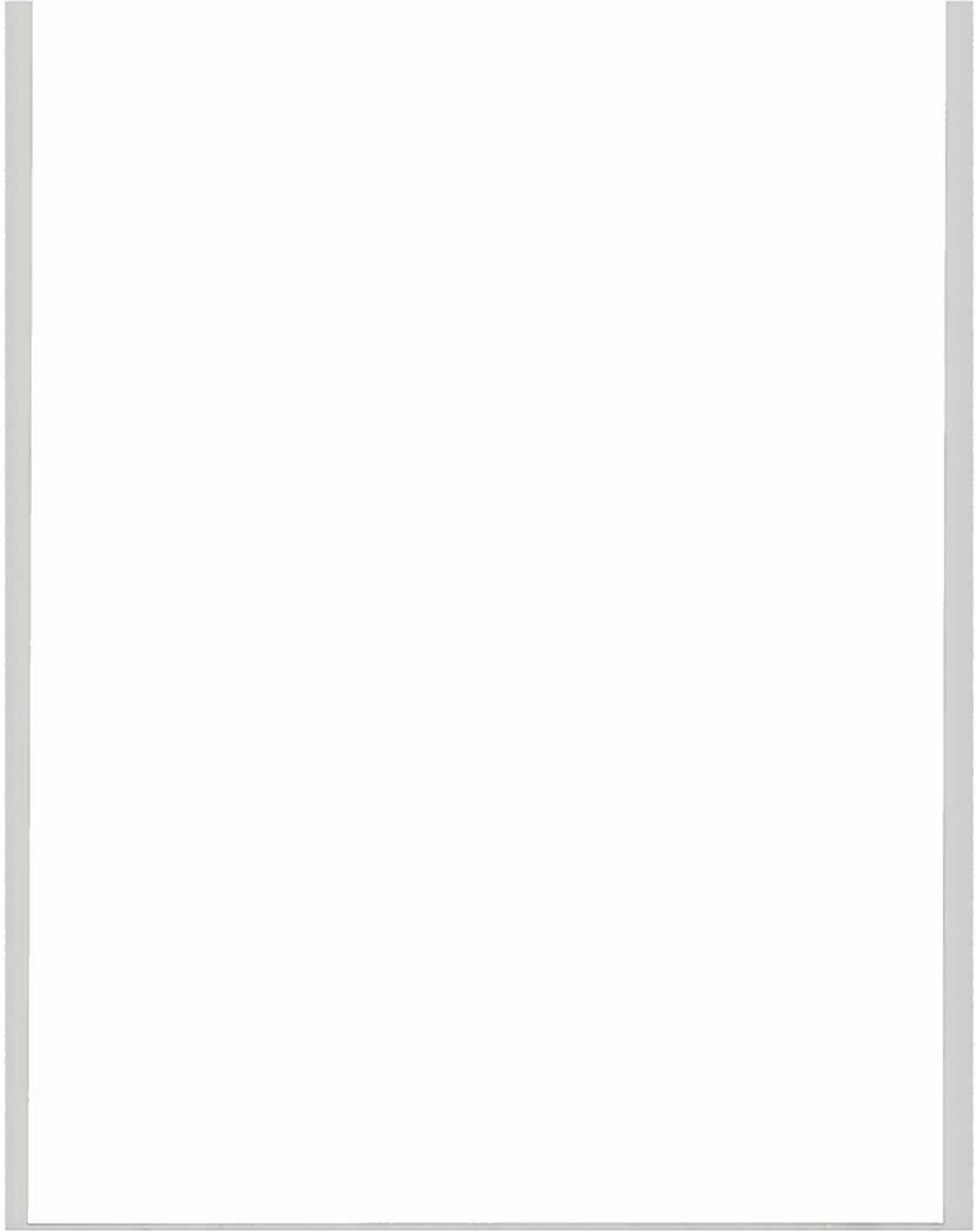
O Poder Legislativo, através das leis, estabelece as regras indispensáveis à vida de uma sociedade justa e civilizada.

Uma proposta ou idéia de matéria legislativa percorre um longo caminho até se transformar em texto legal. Esse caminho - o processo legislativo - compreende o conjunto ordenado de vários atos necessários à aprovação das diferentes proposições que tramitam pela Câmara Legislativa. O primeiro passo é dado com a apresentação da proposição na forma de projeto, emen-

da à Lei Orgânica, indicação, requerimento, moção, parecer ou recurso.

A população pode participar da elaboração de leis através dos projetos de iniciativa popular. O Executivo local também propõe leis de seu interesse. Há matérias, porém, que são de iniciativa do Executivo, como as que se referem a impostos e despesas para o Distrito Federal.

Toda proposição tem uma tramitação a seguir, estabelecida na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF.



Vontade popular garantiu a emancipação política do DF

O processo de emancipação de Brasília foi obra, verdadeiramente, da vontade do povo, que jamais admitiu que ela continuasse como "cidade cassada", como dizia Tancredo Neves.

No entanto, houve quem, individualmente, se alçasse com determinação e coragem, compreendendo aquele histórico momento e colocando à disposição das lideranças populares alguns instrumentos necessários à discussão. Esse foi o caso do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury.

A sede da Associação transformou-se informalmente no parlamento popular como ponto de encontro e foro das organizações que lutavam pela emancipação de Brasília.

Seu presidente enfrentou galharda-

mente todas as adversidades e pressões próprias daquela época, deixando registrado para a história da nossa cidade que a sintonia entre a vontade e a possibilidade pode fazer a hora. É o que buscamos evidenciar com esta entrevista.

As expressões e opiniões do primeiro presidente desta Casa, deputado distrital Salviano Guimarães, que tão bem soube encarar o compromisso dos que se reuniram nas jornadas da Associação Comercial, constituem, com o depoimento de Lindberg Aziz Cury, peças de inestimável valor histórico, que deverão chegar integralmente às novas gerações dos que povoarão e dirigirão Brasília, com o compromisso de preservá-la e embelezá-la como monumento histórico, cultural, político e espiritual.

União em torno da autonomia política



Quais os motivos que levaram Brasília a sua emancipação?

Lindberg Aziz Cury - Primeiro houve as repetidas nomeações de prefeitos e, depois, de governadores, que vinham de outras cidades trazendo, quase sempre, uma equipe de primeiro escalão totalmente fora de sintonia com os problemas locais; as mudanças desses dirigentes que, às vezes, não completavam sequer um ano de governo, causando graves consequências aos projetos e obras do Distrito Federal pelas suas interrupções; a falta de um fórum para discussão dos problemas e das reivindicações da comunidade. Todos esses fatores foram motivadores da luta pela emancipação política do Distrito Federal. Àquela altura dos acontecimentos, percebeu-se que a desejada autonomia econômica do Distrito Federal teria que passar forçosa-

mente pela autonomia política, já que a área econômica exigia mudanças que só a autonomia política poderia proporcionar.

Quais foram as organizações que se formaram durante o período emancipacionista?

LC - As principais entidades que se formaram naquele período foram as representações informais dos partidos políticos ainda inexistentes aqui, as agremiações estudantis e as entidades classistas como a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), que encabeçava o movimento, alguns sindicatos e associações.

Nessa fase da luta pela representação política ocorreu uma unanimidade entre as forças de esquerda, centro e direita, todos se engajaram, visando a autonomia política do Distrito Federal.

“Ocorreu uma unanimidade entre as forças de esquerda, centro e direita pela representação política do Distrito Federal.”

Quais foram as formas de luta adotadas (reuniões, manifestações, mobilização)?

LC - As formas de luta adotadas para tornar públicas as reivindicações foram iniciadas com seminários e discussões internas em entidades interessadas no processo, quando a ACDF se destacou como uma tribuna livre à disposição de quem defendia a idéia. Com o crescimento do movimento pró-representação política para o Distrito Federal, saíram às ruas as manifestações públicas, passeatas e mobilização generalizada.

Que símbolos (pessoas, locais, fatos, emblemas) marcaram a luta pela emancipação?

LC - Sem falsa modéstia, a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) foi a entidade que saiu na frente, empunhando a bandeira da representação, e tinha no seu presidente, Lindberg Aziz Cury, seu principal defensor. Inúmeras reuniões e debates foram feitos em seus auditórios. Os debates avançavam noite a dentro na defesa desse ideal, correndo todos os riscos que foram prontamente assumidos pela direção da entidade.

Quais foram as resistências, as mais duras, encontradas no processo de emancipação?

LC - As resistências mais duras foram oferecidas pelo regime militar que governava o País, que coagia ostensivamente, ameaçan-

do até de prisão aqueles que lideravam o movimento. Também os governos locais, por serem extensão do governo central, não viam com bons olhos essas manifestações, amiúde taxadas de anárquicas, mas que, na verdade, questionavam a legitimidade do poder dos governantes nomeados.

Como o senhor imaginava o Poder Legislativo local?

LC - Imaginava o Legislativo local com um alto nível de politização, consciente de seu papel de Legislativo da Capital Federal, sem se deixar envolver com interesses pessoais ou setoriais, que atuasse acima desses interesses, preservando a capital na sua forma originalmente projetada. É um caminho para ser trilhado com paciência e esperança.

“A Associação Comercial do Distrito Federal foi a entidade que saiu na frente empunhando a bandeira da autonomia política.”

Como a luta pela emancipação se engajou no clima de Constituinte e Diretas Já?

LC - A luta pela emancipação se engajou no clima da Constituinte e das Diretas Já por trazer em seu bojo a idéia de renovação, de reforma de um sistema que castrava a Capital Federal, que a impedia de escolher seus governantes e legisladores, que buscava alcançar a liberdade fugindo do jugo do totalitarismo que imperava aqui, similar em tudo àquilo que motivava a campanha das Diretas Já. Creio que cumprimos o nosso dever histórico para com a população de Brasília e do Brasil.

Associações e sindicatos começaram as pressões



Como Brasília era administrada antes da criação da Câmara Legislativa?

Salviano Guimarães - Inicialmente, haveria apenas uma Câmara de Vereadores com um prefeito. A partir daí mudou-se o *status* de administrador da capital para o *status* de governador. Por quê? Porque o prefeito, dentro da hierarquia administrativa, encontrava-se no primeiro nível, no nível mais baixo, e o Distrito Federal precisava ter um administrador que pudesse ter a representatividade que se exige numa Capital da República, já que sua função requer que ele esteja sempre recebendo missões estrangeiras, embaixadores. Era preciso que o administrador da cidade tivesse a responsabilidade na área de segurança, responsabilidade que ficou compartilhada na Constituição Federal, porque quem mantém a segurança é o Governo Federal, mas quem a exerce administrativamente é o governador. Então, por volta de 1969, foi criado o cargo de governador.

A atividade política aconteceu independentemente dos partidos. Quando se cria partido e representatividade, organiza-se atividade política. Mas o ser humano é um ser político, então isso acontece no dia-a-dia.

Quais eram as forças políticas do

Distrito Federal que exerciam a pressão sobre o governo e que tinham o poder de reivindicação? Essas indagações fizeram com que Brasília começasse a se organizar por meio de associações e de sindicatos, quando despontou a Associação Comercial, que passou a ser um grande fórum de debates.

Então, na falta de uma representação política, legitimada, oficial, as reuniões aconteciam de maneira informal, por intermédio dos órgãos representativos. Havia a Associação Comercial, o Sindicato Rural, o Sindicato dos Operários e o dos Rodoviários; cada um fazia suas reivindicações e as levava para o governador ou para o Senado Federal, por intermédio da Comissão do Distrito Federal.

O Poder Legislativo era representado pelo Senado Federal, que era um poder muito distante da população. Não tínhamos nenhum senador eleito. Então, tínhamos senadores compromissados apenas com os seus Estados.

Era uma espécie de Legislativo apenas para homologar as decisões do Executivo, como, por exemplo, o Orçamento do Distrito Federal. Eventualmente, havia um ou outro projeto de lei que precisava ser aprovado e as indicações dos conselheiros do Tribunal de Contas, que passavam pelo

Senado e pela Comissão do Distrito Federal.

Havia interesse do Governo Federal em conceder a autonomia política para o Distrito Federal?

SG - Não. Era um governo militar. Dentro do pressuposto, tivemos o compromisso do Juscelino Kubitschek no início, que era um democrata. O Jânio Quadros não queria saber de Brasília e o governo militar muito menos. Era muito mais simples para eles nomear um governador que seguisse a orientação do governo e que fosse apenas aprovado pelo Senado Federal, pois por lá passaria qualquer nome que o presidente indicasse.

Houve até alguns movimentos no sentido de se fazer eleição, mas todos eram rejeitados no Congresso Nacional, porque o Governo Federal não tinha interesse.

Isso caracterizava uma insatisfação da população do Distrito Federal?

SG - Sim. A aspiração do povo era ter uma representação política.

Essa representação foi conquistada em 1986, quando já havia um embrião de movimentação política. A partir daí, houve uma correria muito grande, uma organização rápida para as eleições de 1986, quando elegemos os três senadores e oito deputados federais. A primeira emenda que passou na Constituição garantia essa representatividade política.

Os partidos se uniram no Distrito Federal, pressionando o Congresso Nacional no sentido de garantir, na Constituição de 1988, a representatividade democrática, que significava um segundo passo, com a eleição para governador e para uma representação local, um

Legislativo local.

Nesse processo de iniciativas populares, parece-me que se pretendia não só a representação política para Brasília, mas algo parecido com Câmara de Vereadores para as cidades-satélites e eleição para administrador. Como foi isso?

SG - Entendíamos que tínhamos de conseguir as coisas por etapa. A primeira etapa havia sido conseguida, que era o Senado e a Câmara Federal. A segunda etapa era a representatividade local. A terceira era a representatividade nas cidades-satélites para se ter um prefeito e uma Câmara de Vereadores. Acontece que a

Constituição engessou isso quando manteve o Distrito Federal como um município único. Então, é um município-estado, o que inviabiliza, hoje, a eleição de administradores regionais, as eleições normais, presididas pelo Tribunal Regional Eleitoral. Pode-se até fazer uma "eleição". Mas uma eleição dentro das normas da legalidade democrática só poderá

acontecer se forem criados os municípios. Isso implica uma mudança na Constituição. A terceira etapa não foi conseguida.

Como foram os primeiros momentos do Poder Legislativo?

SG - Em 1988, criou-se a representatividade política no Distrito Federal.

Ora, se foi criado o Poder, quando os deputados fossem eleitos, deveriam encontrar um mínimo de condições de trabalho. Mas o Executivo local e o Senado Federal não tomaram providência alguma nesse sentido.

“A aspiração do povo brasileiro era ter uma representação política. Essa representação foi conquistada em 1986.”

Começamos a nos organizar para tomarmos posse no dia 1º de janeiro.

Começamos a trabalhar - todos os 24 parlamentares - assim que saiu o resultado. Quando o Tribunal nos deu o diploma, dirigimo-nos ao Presidente da Câmara dos Deputados e ele nos cedeu uma sala de comissão. O Senado Federal também nos ajudou, colocou pessoas daquela instituição à nossa disposição, deu-nos algum apoio.

Criamos comissões. Havia uma comissão que ia cuidar da remuneração dos deputados, pois não tínhamos remuneração. Quem é que ia dizer qual era a remuneração? Havia uma outra comissão que cuidava do Regimento Interno, pois no dia 1º de janeiro, depois de tomarmos posse, tínhamos que aprovar o Regimento Interno. Estabeleceu-se, junto ao Senado Federal - que foi quem aprovou os nossos proventos - a remuneração dos deputados, por intermédio de uma proposta feita pelos deputados eleitos, definindo salário bem menor do que o que ganham hoje. Recebíamos 66% do que recebe um deputado federal. Hoje, recebe-se 75%.

Após muitos debates, chegou-se à conclusão de que a melhor coisa era absorver o Regimento Interno do Senado Federal, até que criássemos o nosso Regimento.

Havia uma outra comissão, da qual fiz parte, que era encarregada da escolha do local onde iria funcionar a Câmara Legislativa. Nem isso o Governo do Distrito Federal e o Senado Federal perceberam. Tínhamos que ter um espaço físico para trabalhar, mas não havia.

Nessa época, o senhor recebeu pres-

sões para que a Câmara não fosse instalada próximo ao Palácio do Buriti?

SG - Não. Houve apenas uma discussão.

As comissões que criamos tinham representantes de todos os partidos. A comissão de escolha do local da sede da Câmara Legislativa fui eu que coordenei, pois sou arquiteto, conhecedor de espaço, e também tinha um bom trânsito junto ao Sr. governador do Distrito Federal, ao Vanderley Vallim e ao então presidente do Senado Federal. Precisávamos, substancialmente, do apoio do Executivo.

Na época, o Governo Collor desativou uma série de instituições federais e havia

prédios sobrando. Então, fizemos um levantamento dos prédios disponíveis: o Museu do Índio; dois prédios no Setor de Autarquias, um bem aqui ao lado, que era um órgão federal, Sudhevea, e havia um que iria ser desocupado, aquele mais próximo ali, que era o prédio da Portobrás. Depois havia um outro prédio de uma empresa em vias de

extinção, a Cobal, na entrada do Parque da Cidade, e o prédio da Embrater, que havia sido desativado, este onde está instalada a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Então, trabalhamos em cima dessas cinco hipóteses.

O prédio da Embrater oferecia facilidades, pois foi construído em um terreno que pertencia ao Governo do Distrito Federal. Visitei o prédio junto com a comissão e vimos que oferecia fáceis condições burocráticas e espaço. O prédio era simples, com um acabamento simples, que não exigia uma manutenção cara. A única objeção que havia era por estar localizado no final da Asa Norte, e

“O prédio da Embrater foi escolhido para sede da Câmara porque oferecia uma série de comodidades.”

todos queriam que se localizasse na Praça do Buriti.

Havia uma emenda à Lei Orgânica, um projeto de lei de minha autoria, o qual reserva uma área na Praça do Buriti para a construção da futura sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Como se iniciaram os trabalhos legislativos?

SG - Para dar início a esse trabalho de organização do Legislativo, fizemos reunião com o ex-governador Vallim, que foi extremamente cortês e preocupado. Então, pedimos ao ex-governador que comprasse o mobiliário básico. Nós, junto com a Comissão de Licitação do Executivo, fizemos um pequeno projeto.

Mas ocorreu de chegarmos à Câmara Legislativa do Distrito Federal e os móveis ainda não estarem prontos, não terem sido entregues.

Assim, a firma que ganhou a concorrência entregou uma mesa em cada gabinete. Não havia máquinas de escrever. Foram pedidas emprestadas. Eu levei a minha máquina de escrever para o meu gabinete. Naquela época, não havia computadores o suficiente para todos. Eu levei para a Câmara Legislativa máquina de escrever e cadeiras. Nós nos reunimos e decidimos que cada qual montaria seu gabinete com o que tivesse.

Esse é um fato que temos de lembrar, porque vejam a dificuldade que tínhamos. Primeiro, não tínhamos um quadro de funcionários. Uma Casa Legislativa não é como uma empresa particular, que se monta e contrata um gerente e um vendedor. Para se ter um quadro de funcionários num órgão públi-

co precisa-se ter uma aprovação legal desse quadro, porque temos de pagar aos funcionários e requisitá-los.

Fomos falar com o ex-governador. Eu já havia sido eleito presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a responsabilidade de organizar, e todos se reuniam e discutiam o que seria melhor para a Câmara Legislativa.

Vocês eram totalmente neófitos no assunto?

SG - Sim. Não tínhamos como fazer.

Os funcionários eram todos desvinculados. Fui ao Tribunal de Contas e disse: "Estamos trabalhando ilegalmente. Não temos funcionários, não temos quadro e eu preciso que vocês nos ajudem". O Presidente do Tribunal de Contas destacou um técnico para dar-nos orientação.

Lembro-me de que fizemos uma reunião da Mesa Diretora, composta por mim, o presidente, pelo Tadeu Roriz, o vice-presidente, pelo Pedro Celso, primeiro-secretário, pelo José Ornellas, o segundo-secretário, e pelo Benício Tavares, o terceiro-secretário. Fizemos essa reunião e pensamos

que, para gerarmos um quadro mínimo de funcionários para começar a agir legalmente, teríamos de fazer um decreto legislativo, criando um quadro. Fizemos o decreto com o auxílio do pessoal do Senado, porque nós não tínhamos condições nem experiência. Prepararam o decreto legislativo. E como se contrata funcionário público? De duas maneiras: por concurso ou por cargo de confiança, que são os DAS. Só podíamos criar através de DAS, porque se fôssemos fazer um concurso público, demoraria um

"No início de funcionamento da Câmara não tínhamos nada: nem cadeiras, mesas ou qualquer outro material que nos ajudasse em nosso trabalho."

ano. Tivemos que criar um quadro de DAS provisório.

Cada um de nós teria um chefe de gabinete, que era quem iria mandar no gabinete; um assessor para fazer os decretos, para redigir e cuidar dessa parte; uma secretária e um outro auxiliar. O presidente teria uma secretária a mais para preparar a documentação, fazer expediente, mandar para o governador, etc.

Todos os servidores eram requisitados? Por quanto tempo trabalharam assim?

SG - Esse quadro durou aproximadamente seis meses.

Vencida essa etapa, passamos para a segunda, que era a do concurso público. Para se fazer um concurso público tem de haver uma organização, toda uma estrutura formal para ter plano de carreira, etc. Travamos longos debates; a organizadora do concurso seria a UnB ou a Fundação Getúlio Vargas.

Eu tinha o entendimento de que o quadro da Câmara Legislativa tinha de ser o mais enxuto possível. Temos de ter um mínimo de funcionários, uma administração moderna e um corpo técnico para o que é função precípua da Casa. A Câmara têm duas funções, a de legislar e a de fiscalizar. Essas duas ações têm de ser exercidas com autonomia pelo Poder Legislativo.

Para legislar é preciso haver uma assessoria técnica de legislação. Para fiscalizar é preciso haver um corpo de fiscais que tenha compromisso com o Legislativo.

Houve pouca participação popular na elaboração da Lei Orgânica?

SG - Essa coisa da participação popular é muito complexa, muito difícil de ser analisada. A vontade popular é expressa através de grupos organizados. Inclusive abrimos na Lei Orgânica a possibilidade de a população apresentar propostas com um número X de assinaturas, porque precisamos de um mínimo de representatividade, senão faz-se uma Lei Orgânica inteiramente corporativista. Se não exigirmos o mínimo de assinaturas, de comprovação, trabalha-se numa Lei Orgânica que reflete o interesse de uma minoria, o que fere a nossa Constituição Federal.

A maioria das leis não sai da cabeça dos deputados. Elas são provocadas por sua base e seus compromissos, que os levam a fazer uma triagem. Os deputados apresentam projetos de lei e alguns não fazem nenhuma lei. O processo é esse. Como é medido isso? É difícil medir se houve ou não uma participação popular, que se dá pela presença do povo lá dentro. Eu tenho a impressão de que, apesar

“Apesar de todas as dificuldades fizemos uma Lei Orgânica que atende aos interesses maiores do Distrito Federal.”

de todas as dificuldades, fizemos uma Lei Orgânica que atende aos interesses maiores do Distrito Federal.

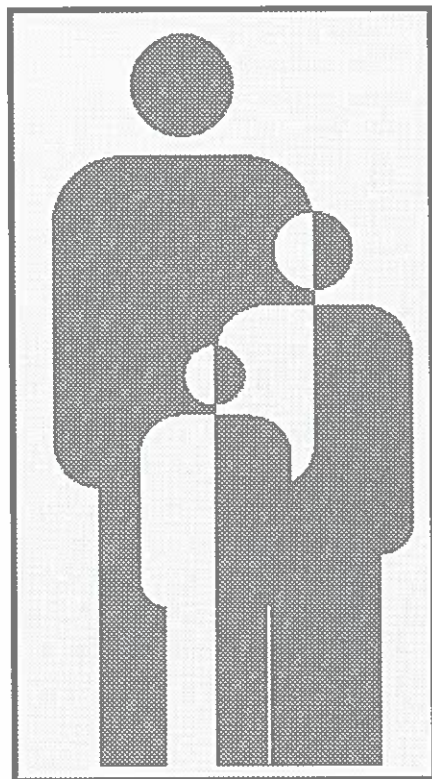
Hoje, o que o senhor acha do trabalho da Câmara Legislativa?

SG - Eu acho que na primeira Legislatura, pode-se dizer, éramos mais puros, mais amadores, menos contaminados; queríamos acertar mais, todos nós deputados, cada um em sua posição. Acredito que havia uma preocupação maior em acertar, em fazer as coisas bem feitas. Eu não acho que isso esteja continuando.

Eu acho que nós éramos um pouco mais ingênuos, estávamos mais na utopia do Legislativo.

**PRINCIPAIS
SEMINÁRIOS DA
3ª LEGISLATURA**

Ocupação e Legalidade das Terras do DF



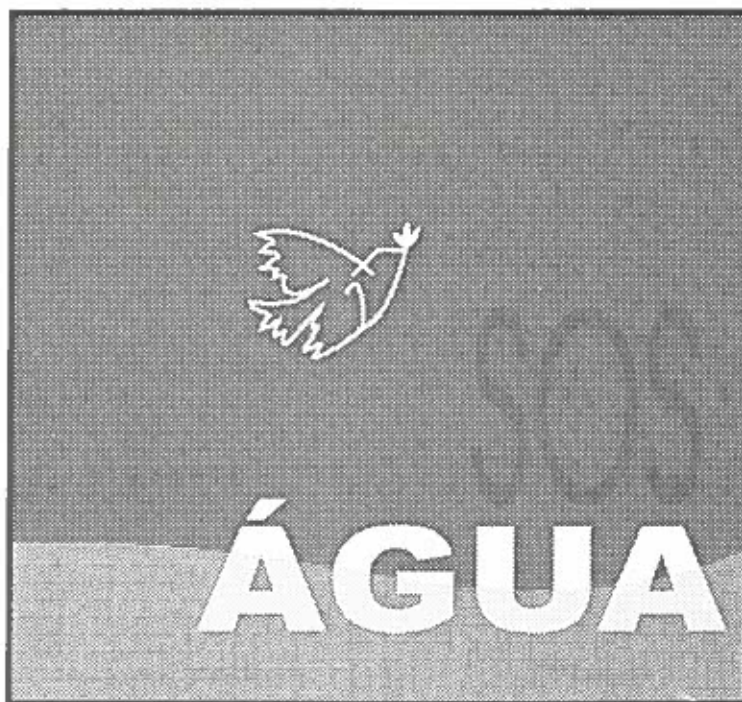
Seminário
realizado
em setembro
de 1999



Ocorrido em setembro de 1999, esse seminário foi estruturado em cinco temas: Histórico de ocupação das terras do DF; Documentação das terras: escrituras/registros; Controle da legalidade: limites, áreas *sub judice* e documentos falsos; Assentamentos rurais e con-

domínios - política fundiária do governo e condomínios; política habitacional do governo. Teve por objetivo debater o grave problema da ocupação das terras no DF, discutir as grandes questões habitacionais e levantar propostas para solucionar os problemas.

Preservação dos recursos hídricos



Seminário realizado em julho de 1999

U

ma comissão geral deu origem a um debate que teve como principal objetivo a discussão sobre a preservação dos recursos hídricos da cidade e a garantia de uma utilização mais

racional da água. Desse debate surgiram propostas para implantação de tarifas diferenciadas nos períodos de chuva e de estiagem para diminuir o consumo no período de seca.

A força do Entorno



Seminário realizado em dezembro de 1999

A

preocupação de técnicos, políticos e líderes comunitários gerou esse seminário que pretendeu discutir a integração do DF com o Entorno. Vários temas foram abor-

dados e soluções apontadas, como a implementação de ações integradas nas áreas fiscais, tributárias, de Educação, de Saúde e outras, com todos os municípios do Entorno.

Saúde no DF

1^o Encontro

Québec-Brasília

"Saúde Pública:

Descentralização

e Gestão"

Seminário realizado em novembro de 1999

E

Esse seminário contou com a participação de especialistas em gestão de saúde pública da Espanha (Andaluzia) e Canadá (Québec), que relataram suas experiências de democratização de Saúde por meio de investimento na qualidade dos serviços e na ampliação do

atendimento médico e ambulatorial. Deficiências do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal foram abordadas pelos participantes, que sugeriram o trabalho preventivo e planos de governo local para aumentar o atendimento nos postos de saúde.

Turismo como fator de desenvolvimento econômico para o Distrito Federal



Seminário
realizado em
junho de 1999

Um dos objetivos mais importantes para o incentivo do Turismo no DF é a geração de empregos. Alguns temas foram levantados como sugestão para tornar Brasília uma das cidades brasileiras

mais atraentes para o Turismo: o aumento da segurança, a promoção do produto turístico, a melhoria nos transportes e a criação de infra-estrutura para melhor acolher o turista.

Representa

dos Deputados Distritais



2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
ADÃO XAVIER
(PPB)

Adão Pereira Xavier nasceu em 13 de outubro de 1961, em Vazante - MG. Reside em Brasília desde 1967. Trabalhou no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), de onde saiu como subgerente, e foi agente administrativo da Administração Regional de Samambaia, cidade onde está localizada sua principal base eleitoral. Xavier é evangélico. Foi presidente fundador da Associação Comunitária das Quadras Pares de Samambaia. Foi eleito para o seu primeiro mandato com 7.480 votos e reeleito, em 1998, para o segundo mandato com 7.934

votos. Foi vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF - (1996) e presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1997). Em 1998, presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania - CDDHC - e foi líder do PPB na CLDF. Atualmente, é membro efetivo da CEOF e da CDDHC. Foi filiado ao PFL, ao PMDB e atualmente é filiado ao PPB. Sua principal bandeira é lutar pelo desenvolvimento do Distrito Federal, em especial de Samambaia, e pela comunidade evangélica com atenção voltada às solicitações e anseios da população.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 893/95 - Estabelece o dia 30 de novembro como o Dia do Evangélico.
- Lei nº 1.024/96 - Permite a instalação e o funcionamento de templos religiosos em qualquer lugar do Distrito Federal, liberando alvará de funcionamento.
- Lei nº 1.297/96 - Proíbe a venda de cigarros e derivados do fumo a menores de 18 anos e a publicidade desses produtos à distância de menos

de 300 metros de estabelecimentos de ensino.

- Lei nº 1.321/96 - Isenta do pagamento da taxa de inscrição em concurso público as pessoas que comprovarem doação de sangue, pelo menos três vezes ao ano, à Fundação Hemocentro de Brasília ou aos hospitais do DF.
- Projeto de Lei nº 3.769/98 - Assegura a matrícula para portadores de deficiência locomotora na escola pública mais próxima de sua residência.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
AGNELO QUEIROZ
(PC do B)

Agnelo Santos Queiroz Filho nasceu em Itapetinga - BA, em 9 de novembro de 1958. Médico-cirurgião da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, também foi presidente da Associação dos Médicos Residentes, diretor da Fundação Nacional dos Médicos e da Associação Médica de Brasília. Agnelo Queiroz foi eleito com 4.387 votos pelo PC do B. As suas principais bases

eleitorais foram o Gama e o Plano Piloto. Na Câmara Legislativa foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1991) e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1993). Também presidiu a CPI das Mensalidades Escolares em 1993. Foi líder do PC do B na Câmara Legislativa.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 189/91 - Institui a cobrança de 1/3 do valor da passagem para o passe estudantil.
- Lei nº 190/91 - Institui a meia entrada para estudantes em espetáculos musicais, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outros que proporcionem lazer e entretenimento.
- Lei nº 264/92 - Dispõe sobre a doação de órgãos para transplante e autoriza o Poder Executivo a criar a Central de Capacitação de Órgãos.
- Lei nº 326/92 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do "Teste do Pezinho" nos hospitais e maternidades do Distrito Federal.
- Lei nº 492/93 - Estabelece normas de controle sanitário para vigência no período da seca no âmbito do Distrito Federal.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
AGRÍCIO BRAGA
(PFL)**

Agrício Braga Filho nasceu no dia 11 de fevereiro de 1958, em Casa Nova - BA. É bacharel em Direito e empresário. Foi eleito para o seu primeiro mandato pelo Partido Liberal com 3.707 votos. Tem como principais bases eleitorais a cidade do Gama e os desportistas do DF. Foi membro efetivo

da Comissão de Assuntos Sociais, membro suplente das Comissões de Constituição e Justiça e de Ética e Decoro Parlamentar. Em 25 de maio do corrente ano, licenciou-se da Câmara Legislativa do Distrito Federal para ocupar o cargo de Secretário de Esportes do governo do Distrito Federal.

Lei e principais projetos de lei de sua autoria

- Lei nº 2.402/99 - Institui o programa Bolsa Atleta.
- Projeto de Lei nº 108/99 - Institui a meia-entrada para atletas em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.
- Projeto de Lei nº 259/99 - Dispõe sobre os procedimentos de manutenção e fiscalização de aparelhos de ar condicionado e de sistemas de climatização no DF.
- Projeto de Lei nº 287/99 - Cria o Programa de Incentivo às Escolinhas de Iniciação Esportiva

para crianças e adolescentes na faixa etária de nove a dezesseis anos.

- Projeto de Lei nº 354/99 - Declara de utilidade pública as entidades regionais de administração do desporto e as ligas desportivas regionais amadoras do DF.
- Projeto de Lei Complementar nº 088/99 - Cria os Centros de Treinamento, Recreação e Ensino para crianças e adolescentes carentes.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
AGUINALDO DE JESUS
(PFL)**

Aguinaldo Silva de Oliveira nasceu no dia 24 de setembro de 1965, no Rio de Janeiro - RJ. É pastor evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus. Foi eleito para o seu primeiro mandato pelo PFL com 21.094 votos. Tem

como principal base eleitoral a cidade de Taguatinga. Atualmente é vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, primeiro suplente da Comissão de Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- **Lei nº 2.361/99** - Obriga os hotéis e estabelecimentos similares a determinarem o preenchimento de ficha de controle, visando impedir a frequência de menores de 18 anos de idade.
- **Lei nº 2.389/99** - Dispõe sobre o cercamento, com grades, das áreas frontais, laterais e de fundos dos lotes onde estejam edificadas templos religiosos no âmbito do Distrito Federal.
- **Lei nº 2.454/99** - Dispõe sobre isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para as igrejas de qualquer culto que funcionem em imóveis alugados.
- **Lei nº 2.526/2000** - Dispõe sobre a proibição de edificação de postos de gasolina nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers*, teatros, cinemas e proximidades de escolas e hospitais.
- **Projeto de Lei nº 828/99** - Determina aos *shopping centers* do Distrito Federal a obrigatoriedade de instalação de recipientes de coleta de lixo orgânico e inorgânico.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
ALÍRIO NETO
(PPS)**

Alirio de Oliveira Neto nasceu no dia 26 de setembro de 1959, em Piripiri - PI. É bacharel em Direito e delegado de polícia da Polícia Civil do DF, onde atuou como sindicalista. Foi eleito para seu primeiro mandato pelo PPS, com 6.504 votos. Tem como principal base eleitoral a cidade do Guará, onde foi administrador em 1995/97. Foi

diretor legislativo da CLDF na primeira legislatura e chefe de gabinete. Sua atuação é voltada para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Atualmente, é presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 2.455/99** - Dispõe sobre a posse e o exercício em cargos públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF (prazo para concursado do serviço público apresentar o diploma); em parceria com o deputado Adão Xavier.
- **Lei nº 2.463/99** - Destina área para fins que específica (Clube do Comerciante do Guará II).
- **Projeto de Lei nº 197/99** - Cria no currículo escolar de 2º grau o curso técnico de hotelaria e turismo.

- **Projeto de Lei nº 288/99** - Autoriza o governo do Distrito Federal a criar postos de atendimento a crianças e adolescentes nas regiões que específica.
- **Projeto de Lei nº 513/99** - Institui a Lei de Defesa do Contribuinte do Distrito Federal.
- **Lei Complementar nº 214/99** - Destina área para instalação de creche comunitária no Setor Lúcio Costa.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

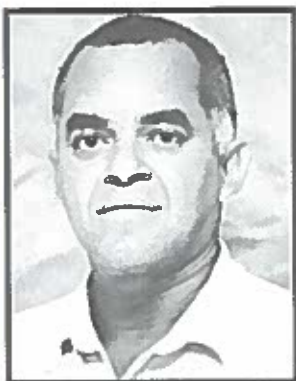
DEPUTADA
ANILCÉIA MACHADO
(PSDB)

Anilcéia Luzia Machado nasceu em 13 de setembro de 1959, em Itapaci - GO. Economista e professora, iniciou sua carreira como funcionária pública na Administração de Sobradinho, chegando a ser sua administradora no período de 1991 a 1994. Nos últimos quatro anos trabalhou na Secretaria Nacional da Política do Idoso. Foi eleita, em 1998, para o seu primeiro mandato com 6.650 votos pelo PSDB-DF e tem como principais bases eleitorais as

idades de Sobradinho, Sobradinho II e Núcleos Rurais. Trabalha em defesa das causas referentes à mulher, buscando sua inserção no mercado de trabalho e o respeito como cidadã, dentro e fora da família. É membro efetivo da Comissão Permanente de Constituição e Justiça (CCJ) e suplente da Comissão de Economia Orçamento e Finanças (CEOF) e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC.)

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 2.359/99** - Dispõe sobre o uso de rádios de comunicação nos sistemas de transporte alternativo do Distrito Federal.
- **Lei nº 2.527/99** - Dispõe sobre a reserva de enfermarias separadas nos hospitais públicos do DF para as parturientes que tiverem filhos sem vida.
- **Projeto de Lei nº 049/99** - Cria na estrutura das delegacias de polícia o Departamento de Atendimento às Mulheres vítimas de violência e maus-tratos.
- **Projeto de Lei nº 054/99 e PLC 016/99** - Destina área para construção de terminais para o transporte alternativo.
- **Projeto de Lei nº 090/99** - Dispõe sobre a criação da Cooperativa de Catadores de Lixo Inorgânico no Distrito Federal.
- **Projeto de Lei nº 119/99** - Dispõe sobre a construção de vestiários nos campos das Ligas Desportivas.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
ANTÔNIO JOSÉ - CAFU
(PT)

Antônio José Ferreira - Cafu nasceu em 31 de março de 1951, em Anápolis - GO. Reside em Brasília desde 1970. É professor de Geografia, diplomado pela Universidade de Brasília. Foi eleito com 6.310 votos. As suas bases eleitorais foram, principalmente, no Plano Piloto, Guará, Sobradinho, Santa Maria e Riacho Fundo. Direcionou sua atuação parlamentar aos chamados grupos minoritários (crianças, mulheres, negros, sem-teto e sem-terra). Sua militância abrangeu a defesa dos direitos humanos, o movimento negro e os movimentos de luta pela moradia e pela reforma agrária. Participou, em junho de

1996, da conferência das Nações Unidas sobre habitação (Habitat), em Istambul, Turquia, como representante da Câmara Legislativa. De volta, promoveu ações que culminaram em duas conferências de habitação no DF (1996 e 1998), nas quais foram definidas as políticas de habitação popular defendida pelo deputado. Na CLDF foi líder da Bancada do PT e relator da CPI que investigou a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes, em março de 1996. Propôs a criação de uma Vara Especial da Infância, no Ministério Público. Foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1997).

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 1.211/96 - Dispõe sobre o atendimento domiciliar especializado às casas de apoio que abrigam pacientes portadores do vírus HIV.
- Lei nº 1.575/96 - Dispõe sobre a orientação sexual como conteúdo das matérias e atividades curriculares de 1º e 2º graus dos estabelecimentos de ensino do DF.
- Lei nº 1.507/97 - (co-autoria) - Obriga a presença de atores de raças/etnias minoritárias em comerciais produzidos no DF para revistas, jornais, televisão, cartazes e outdoors.
- Lei nº 1.669/97 - Obriga os jornais locais a publicarem anúncio de denúncia de crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Lei nº 2.108/98 - Estabelece normas para que sejam indenizadas as pessoas detidas no DF por motivos políticos entre os dias 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.
- Lei nº 2.216/98 - Estabelece a obrigatoriedade da substituição de buzinas por músicas nos caminhões de entrega e venda de produtos ou serviços diretos à população.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
AROLDO SATAKE
(PDS)

Aroldo Satake nasceu em Marília - SP, em 29 de janeiro de 1948. Reside em Brasília há vários anos. É agricultor e empresário. Foi presidente da Associação dos Usuários da CEASA (1978/79) e presidente do Clube Nipo-Brasileiro (1989/90). Em 1990, foi eleito com 4.182 votos, pelo PDS, e teve como principais bases elei-

torais o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante, contando com o apoio da colônia nipo-brasileira e dos agricultores. Aroldo Satake foi presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1991/1992), relator da Comissão de Sistematização e da Comissão de Política Urbana e Rural.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 274/92 - Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília.
- Lei nº 422/93 - Dispõe sobre a participação de qualquer cidadão em conselhos e assemelhados.
- Lei nº 500/93 - Torna obrigatória a colocação de balanças à disposição do consumidor nos estabelecimentos que especifica.

- Lei nº 739/94 - Cria o Pólo de Confecção do Distrito Federal na Região Administrativa do Guarã, em área a ser definida pelo Poder Executivo nos termos do PDOT.
- Lei nº 1.260/96 - Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Distrito Federal - PRORURAL.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
BENÍCIO TAVARES
(PTB)

Benício Tavares da Cunha Mello nasceu no dia 1º de abril de 1956, no Rio de Janeiro - RJ e mora em Brasília desde a sua fundação. Graduado em Administração de Empresas, é técnico legislativo do Senado Federal. Está em seu terceiro mandato, tendo sido reeleito em 1998 com 15.075 votos pelo PTB. Suas bases eleitorais se estendem por todo o DF, principalmente Ceilândia,

Planaltina e Riacho Fundo. Foi um dos fundadores e presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília, de 1979/94. Exerceu a presidência da Câmara Legislativa no biênio 1993/94 e a Segunda Secretaria da Mesa Diretora no período de 1997/98. Atualmente é o terceiro-secretário da Mesa Diretora da CLDF, mesmo cargo por ele ocupado no biênio 91/92.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 160/91 - Reserva 20% dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência física.
- Leis nºs 258/92, 453/93, 773/94 - Propõe transporte gratuito às pessoas portadoras de insuficiência renal, física, sensorial, mental, pessoas de baixa renda, com câncer, portadores do vírus da AIDS e com anemia e coagulopatias congênitas.
- Lei nº 391/92 - Obriga a presença de um pediatra (neonatologista) na sala de parto e no berçário das maternidades e hospitais do DF.
- Lei nº 961/95 - Obriga o fornecimento diferenciado de merenda a diabéticos, nas escolas públicas do DF.
- Lei nº 1.892/98 - Dispõe sobre o Programa Habitacional para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.
- Lei nº 2.404/99 - Determina tratamento preferencial aos servidores deficientes ou que tenham dependentes deficientes, quando das solicitações de remanejamento.
- Projeto de Lei nº 453/99 - Determina a apreensão e o leilão de veículos cujo condutor esteja embriagado ou sob influência de drogas. Cinquenta por cento do valor arrecadado serão destinados à recuperação de viciados e aos hospitais de recuperação do aparelho locomotor.



**1ª
Legislatura
1991 - 1994**

**DEPUTADO
CARLOS ALBERTO
(PCB)**

Carlos Alberto Müller Lima Torres nasceu em São Paulo - SP, em 16 de julho de 1945. É formado em Engenharia pela Universidade de Brasília. Foi secretário-geral da CEBRADE e presidente do Comitê pelo Voto no Distrito Federal. Carlos Alberto foi eleito deputado distrital pelo PCB, com 14.541 votos, sendo as suas bases

eleitorais o Plano Piloto, Taguatinga e Guará. Na Câmara Legislativa compôs a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Foi relator das Comissões de Sistematização e da Ordem Econômica, Finanças, Orçamento e Tributo.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 245/92 - Dispõe sobre autorização legislativa para alterações nos códigos de edificações, nos gabaritos de edificações, no zoneamento e destinação das terras públicas do DF.
- Lei nº 403/92 - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Aberta do Distrito Federal - UNAB-DF.
- Lei nº 759/94 - Dispõe sobre a política de con-

cessão de uso das terras rurais do DF.

- Lei nº 1.146/96 - Dispõe sobre a introdução da educação ambiental como conteúdo nas matérias e atividades curriculares de 1º e 2º graus.
- Lei nº 1.424/97 - Institui o programa permanente de desenvolvimento profissional e reciclagem tecnológica para as áreas que especifica, no âmbito da educação continuada.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
CÉSAR LACERDA
(PTB)**

César Trajano de Lacerda nasceu em Pires do Rio - GO, em 7 de maio de 1934. Reside em Brasília desde 1957. Bacharel em Direito e empresário, foi o primeiro morador de Taguatinga. Com apenas 18 anos, em sua cidade natal, o deputado foi eleito vereador pelo antigo PSD. Foi o primeiro administrador regional de Brasília, secretário de Assuntos Políticos no governo Joaquim Roriz e, ainda, administrador do Gama, Santa Maria e Recanto das Emas. Também foi suplente de senador pelo Distrito Federal. O deputado César Lacerda foi eleito para o seu primeiro mandato com 7.170 votos pelo PRN, e reeleito para o segundo mandato com 11.477 votos pelo PTB, tendo como principal base eleitoral Gama e Santa Maria. Direciona sua atuação parlamentar para a defesa dos interesses dessas cidades, em especial dos idosos, mulheres e crianças. Preocupa-se com a geração de empregos, a

defesa dos direitos dos menos favorecidos e o combate às drogas. Define-se como um político de centro e diz votar favoravelmente a qualquer projeto em prol dos interesses da população brasiliense. Apresentou diversas proposições que criam pólos de desenvolvimento para que novas empresas se instalem no DF. Ocupou a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1996) e sua vice-presidência (1997). Presidiu a CPI dos Bingos e Similares (1995) e foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1998). É o líder do PTB desde 1996. Atualmente, é suplente da Mesa Diretora, presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, membro suplente da Comissão de Constituição e Justiça e membro efetivo das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e de Ética e Decoro Parlamentar. É membro da Diretoria Executiva Nacional do PTB.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 1.277/96 - Autoriza a criação de uma delegacia da mulher em cada região administrativa do Distrito Federal.
- Lei nº 1.395/97 - Reserva área para implantação do Setor de Oficinas e Pequenas Indústrias na Região Administrativa de Santa Maria.
- Lei nº 1.959/98 - Dispõe sobre a criação do Parque Urbano e Vivencial do Gama.
- Lei nº 2.375/99 - Proíbe a comercialização de

armas de fogo no âmbito do Distrito Federal.

- Lei nº 2.487/99 - Dispõe sobre a criação do programa de ressocialização do presidiário, através da exibição de vídeos em circuito fechado de televisão, denominado Circuito Educativo, no âmbito do sistema penitenciário do Distrito Federal.
- Projeto de Lei nº 069/99 - Proíbe a comercialização e o uso de esteróides anabolizantes no âmbito do Distrito Federal.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
CHICO FLORESTA
(PT)**

Francisco de Assis Sabino Dantas nasceu no dia 23 de maio de 1956 em Fortaleza-CE. Formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília. É auditor fiscal do estado da Bahia. Como estudante da UnB, foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE) quando realizou inúmeros trabalhos de resistência política à ditadura. Ajudou a fundar o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEP), quando era funcionário do INCRA. Foi dirigente da Central Única dos Trabalha-

dores (CUT) local e nacional e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi secretário do Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia entre 1995/1998, no então Governo Democrático e Popular. Foi eleito para o seu primeiro mandato em 1998 com 9.563 votos pelo PT/DF. Atualmente ocupa o cargo de 2º suplente da Mesa Diretora da CLDF, é vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, membro suplente das Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Ética e Decoro Parlamentar.

Principais projetos de lei de sua autoria

- Projeto de Lei nº 111/99 - Autoriza o Poder Executivo a implementar projetos de arborização, paisagismo e jardinagem nas necrópoles do DF.
- Projeto de Lei nº 213/99 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto de Recursos Hídricos do DF.
- Projeto de Lei nº 240/99 - Estabelece o rito sumário para os processos de regularização dos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos no DF.
- Projeto de Lei nº 264/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de convocação de plebiscito antes da
- deflagração de qualquer processo de privatização das empresas públicas e sociedades de economia mista do complexo administrativo do DF.
- Projeto de Lei nº 291/99 - Altera dispositivos da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a política ambiental do DF.
- Projeto de Lei nº 324/99 - Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território do DF.
- Projeto de Lei nº 345/99 - Cria o parque ecológico Águas Claras, na RA III - Taguatinga.



1ª
Legislatura
1991 - 1994
Suplente

DEPUTADO
CÍCERO MIRANDA
(PTB)

Cícero Miranda Filho nasceu em Campo Maior - PI, em 19 de março de 1938. Trabalhou na Radiobrás (1984). Foi administrador regional do Gama (1987/89) e administrador da SHIS - Socie-

dade Habitacional de Interesse Social (1991/94). Em 1990, foi eleito 1º suplente pela coligação Frente Comunidade, ocupando a vaga do deputado Maurílio Silva no período de 10/11/94 a 31/12/94.

Lei de sua autoria

■ Lei nº 809/94 - Toma obrigatório, no Distrito Federal, o uso de cinto de segurança nos veículos.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
CLÁUDIO MONTEIRO
(PDT)

Francisco Cláudio Monteiro nasceu em Niterói - RJ, em 26 de dezembro de 1958. Reside em Brasília desde 1959. É bacharel em Direito e policial civil. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (SINPOL). Em seu primeiro mandato, foi eleito com 2.887 votos pelo PRP, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Taguatinga, Guará e Ceilândia. Foi reeleito com 6.640 votos pelo PPS, votos provindos principalmente do Guará, Plano Piloto,

Sobradinho e Planaltina. O deputado concentrou sua atividade parlamentar em iniciativas que aumentaram a segurança da população. Ocupou a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça no biênio 91/92 e foi terceiro-secretário da Câmara no biênio 93/94. Presidiu a CPI das Denúncias na Corporação Militar do Distrito Federal e a CPI das Drogas. Também foi presidente da Comissão da Organização dos Poderes do Distrito Federal para elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 887/91 - Cria a Fundação Hemocentro do DF.
- Leis nº 249/92, 532/93, 533/93, 672/94, 1.924/98 - Leis das grades - Permitem aos moradores do Guará, das Quadras 700 das Asas Norte e Sul, Núcleo Bandeirante e Sobradinho cercarem suas residências.
- Lei nº 739/94 - Cria o Pólo de Confeção do DF no Guará.

- Lei nº 887/95 - Cria o Programa de leitura de jornais em salas de aula.
- Lei nº 1.362/96 - Isenta o pagamento do IPTU para os idosos, aposentados e pensionistas.
- Lei nº 2.222/98 - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do DF - PRODECON/DF.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
DANIEL MARQUES
(PMDB)**

Daniel Marques de Sousa nasceu em Anápolis - GO, em 17 de julho de 1946. Reside em Brasília desde a sua fundação. É engenheiro agrônomo, com especialização feita na Itália, e professor de Matemática. Exerceu vários cargos de direção na Fundação Zoobotânica do DF, entre eles a presidência. Foi superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI e administrador regional de Planaltina. Foi também governador interino de Roraima e secretário

de Agricultura daquele estado. Nas eleições de 1994, o deputado Daniel Marques obteve 10.392 votos, pelo PP, e em 1998 foi reeleito com 11.934 votos pelo PMDB. Na CLDF foi vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1997) e presidente dessa Comissão (1998). Atualmente, ocupa o cargo de segundo-secretário da Mesa Diretora da CLDF e é membro efetivo da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças..

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- Lei nº 1.230/96 - Cria o Pólo Agroindustrial de Planaltina.
- Lei nº 1.513/97 - Institui a Folia dos Reis, de Planaltina - DF, como evento oficial do governo do Distrito Federal.
- Lei nº 2.486/99 - Dispõe sobre a criação de espaço cultural Morro da Capelinha, em Planaltina.
- Projeto de Lei nº 510/99 - Altera o nome da Casa

da Cultura de Planaltina (DF) para Casa da Cultura Cora Coralina.

- Projeto de Lei nº 529/99 - Assegura desconto de imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, a título de comprometimento com a paz no trânsito.
- Lei Complementar nº 275/00 - Destina área para implantação de *campus* avançado da UnB em Ceilândia.



1ª
Legislatura
1991 - 1994
Suplente

DEPUTADO
DANTON NOGUEIRA
(PPR)

Danton Eizler Nogueira nasceu em São Gabriel - RS, em 15 de agosto de 1929. Em 1990, foi eleito 1º suplente

pela Coligação Frente Comunitária, ocupando a vaga do deputado Fernando Naves em novembro de 1994.

Lei de sua autoria

■ Lei nº 834/94 - Autoriza o Poder Executivo a doar em comodato, por prazo indeterminado, à Universidade Latino-Americana e do Caribe

- ULAC o terreno e esqueleto remanescente do Brasília Palace Hotel para fins que especifica.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
EDIMAR PIRENEUS
(PMDB)

Edimar Pireneus Cardoso nasceu em Corumbá - GO, em 6 de fevereiro de 1949. Formou-se em Sociologia pela Universidade de Brasília. É empresário. Na primeira Legislatura foi eleito com 4.156 votos pelo PDT, foi reeleito em 1994 com 10.534 votos pelo PP, e nas eleições de 1998 foi novamente eleito, pelo PMDB, com 9.944 votos, tendo como sua principal base eleitoral Brazlândia. Foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1991/92) e vice-presidente dessa Comissão (1998). Foi líder do governo Roriz (1993/94), e segundo-secretário da Mesa Diretora da Câmara Legislativa (1995/96). Atualmente, é o presi-

dente da CLDF. Na elaboração da Lei Orgânica, defendeu o meio ambiente, a qualidade de ensino e a geração de empregos, além de ter sido o vice-presidente da Comissão da Organização dos Poderes do Distrito Federal. O deputado concentra a sua atuação parlamentar na formulação de propostas que impulsionem o desenvolvimento do Distrito Federal, com a criação de núcleos rurais e agrovilas, escolas e parques ecológicos, bem como com o apoio a esportes e assistência social, instalação de redes de abatedouros públicos, assistência à saúde materno-infantil, entre outras iniciativas.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 178/91 - Cria uma rede de abatedouros públicos no DF, com assistência, treinamento profissional e controle sanitário.
- Lei nº 239/92 - Institui o passe livre, garantindo transporte gratuito para estudantes da zona rural, qualquer que seja o trajeto entre sua casa e a escola.
- Lei nº 854/95 - Cria o Programa de Integração Social da Criança e do Adolescente (PROMENOR), cujo objetivo é dar assistência, educação profissional e moradia para os meninos e meninas de rua, com recursos oriundos de taxa sobre ocupação de terras públicas.
- Lei nº 1.727/95 - Reserva assentos nos veículos que operam no transporte coletivo do DF para

peças portadoras de deficiência.

- Lei nº 1.404/97 - Determina a implantação dos centros de atendimento médico materno-infantil a mães e filhos de até 14 anos, que devem promover cursos de orientação à comunidade sobre os meios de prevenir doenças e manter a saúde, em todas as regiões administrativas do DF.
- Lei nº 2.197/98 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da fiscalização sanitária da água engarrafada e comercializada para consumo da população no DF.
- Lei Ordinária nº 2.570/00 (co-autoria) - Dispõe sobre a remissão de débitos tributários e a concessão de isenção do IPTU ao Instituto Histórico e Geográfico do DF - IHG/DF.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADA
EURIDES BRITO
(PMDB)**

Eurides Brito da Silva tem 60 anos e nasceu em Catanema - PA. É doutora em Educação com pós-doutorado em Administração da Educação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, e livre-docente em Administração Escolar pela Universidade Federal do Paraná. É membro da Academia Brasileira de Educação e da Academia Internacional de Educação. Foi vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada. Integrou o Conselho Federal de Educação e exerceu o cargo de

diretora do Ensino Secundário e do Ensino Fundamental do MEC, como também do Departamento de Ensino Médio e Superior da Secretaria de Educação do estado do Pará. Foi deputada federal e elegeu-se em 1998 deputada distrital, com 9.340 votos, pelo PMDB. Ocupou a Secretaria de Educação do DF no período de 1979/1985, retomando ao cargo em 1993, no segundo mandato de Joaquim Roriz. Atualmente, está licenciada da CLDF para ocupar, pela quarta vez, a Secretaria de Educação do DF.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998
Suplente

DEPUTADO
EURÍPEDES CAMARGO
(PT)

Eurípedes Pedro Camargo nasceu em Rubiataba - GO, em 9 de novembro de 1950. Foi serralheiro e líder comunitário do Movimento dos Incansáveis de Ceilândia. Foi assessor da Administração Regional da Ceilândia e da Ação Cristã Pró-Gente. Na 1ª Legislatura foi eleito com 4.169 votos. Em 1994, foi eleito terceiro suplente da Frente

Brasília Popular, com 4.090 votos. Sua base eleitoral, em ambas as eleições, foi a cidade de Ceilândia. Na CLDF, foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1993). Como suplente, exerceu o mandato de setembro de 1996 a novembro de 1997. No governo Cristovam Buarque, foi secretário-adjunto da Secretaria da Criança e Assistência Social.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 247/92 - Dispõe sobre seleção, coleta e destino dos resíduos gerados por estabelecimentos de serviços de saúde.
- Lei nº 307/92 - Legaliza a situação das famílias que ocupam lotes de forma irregular em Samambaia.
- Lei nº 1.358/96 - Autoriza o Poder Executivo a criar o programa de turismo social.

- Lei nº 1.507/97 - Dispõe sobre a representação étnica na publicidade veiculada no DF.
- Lei nº 1.695/97 - Concede anistia às entidades sindicais dos servidores públicos da Secretaria de Saúde do DF, por atos individuais ou coletivos decorrentes da paralisação da Administração Pública do DF.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
FERNANDO NAVES
(PP)

Fernando Gomes Naves nasceu em Araguari - MG, em 26 de março de 1950. Policial militar, foi presidente do Clube de Subtenentes da PMDF. Em 1990, foi eleito com 5.490 votos pelo PDC, tendo

como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga. Na CLDF foi suplente da Mesa Diretora (1991/92). Na elaboração da Lei Orgânica, foi o secretário da Comissão de Sistematização.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 216/91 - Estabelece critérios e abre concessão de cotas para distribuição de casas ou lotes semi-urbanizados no programa de assentamento do DF.
- Lei nº 217/91 - Autoriza o Poder Executivo a criar auto-escolas públicas.
- Lei nº 280/92 - Assegura a livre locomoção aos policiais militares e bombeiros militares em todos os veículos de transporte público coletivo do DF.
- Lei nº 462/93 - Dispõe sobre a reciclagem de resíduos sólidos no DF.
- Lei nº 607/93 - Dispõe sobre o uso de música mecânica ou ao vivo em bares, restaurantes, boates e casas de diversão em geral.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
GERALDO MAGELA
(PT)

Geraldo Magela Pereira nasceu em Patos de Minas - MG, em 26 de dezembro de 1956. É funcionário do Banco do Brasil. Foi militante sindical e membro da Executiva Nacional do PT. Por duas vezes foi presidente regional do PT/DF. Em 1997, foi eleito presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE. Na primeira legislatura foi eleito com 5.940 votos. Foi reeleito com 13.095 votos. Sua principal base política é formada por bancários e integrantes de movimentos culturais. O deputado Geraldo Magela foi vice-presidente da

Comissão de Constituição e Justiça em 1995 e em 1997, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1992) e secretário-geral da Comissão de Sistematização da Lei Orgânica. Também foi líder do governo no período de fevereiro a abril de 1997. Foi líder do PT em 1992. No biênio 95/96, ocupou a presidência da CLDF, período em que assumiu o governo do Distrito Federal por três dias. Licenciou-se da Câmara Legislativa para ocupar a Secretaria de Habitação do Governo Cristovam Buarque, no período de dezembro de 1997 a abril de 1998.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 158/91 - Cria incentivos à arte e à cultura do Distrito Federal.
- Lei nº 556/93 - Cria o Parque Olhos d'Água, na Asa Norte.
- Lei nº 673/94 - Dispõe sobre o acesso dos consumidores às instalações de manuseio e preparo de alimentos dos bares, restaurantes, lanchonetes e similares.
- Lei nº 894/95 (co-autoria) - Toma obrigatória a

instalação de portas de segurança nas agências bancárias.

- Lei nº 1.736/97 - Destina área para implantação de projeto habitacional para os servidores públicos no Catetinho.
- Projeto de Lei nº 3.815/98 - Institui as comissões internas de qualidade ambiental (CIQA) nas empresas privadas sediadas no DF e nas empresas e órgãos públicos da Administração Direta e Indireta.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
GILSON ARAÚJO
(PP)

Gilson da Guia Araújo Barbosa nasceu em Floriano - PI, em 1º de junho de 1947. Formado em Contabilidade, é funcionário do Banco do Brasil. Foi administrador regional da Vila Paranoá (1989) e prefeito comunitário do Paranoá, no período de 1987 a 1990. Bancário e comerciante, foi secretário da Associação Comercial do Paranoá. Foi mestre da Ordem Rosa Cruz (1983). Na 1ª Legislatura, foi eleito pelo PTR,

com 3.527 votos, sendo a sua principal base eleitoral o Paranoá. Gilson Araújo, na CLDF, foi suplente da Mesa Diretora no biênio 93/94, presidente e vice-presidente (1994) da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ocupando também a Vice-Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1993). Na elaboração da Lei Orgânica, foi o presidente da Comissão de Política Urbana e Rural.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 204/91 - Autoriza a fixação, pelo GDF, da população da Agrovila São Sebastião.
- Lei nº 514/93 - Estabelece normas para o registro e respectivo cancelamento, em banco de dados, serviços de proteção ao crédito e congêneres, de consumidores, no âmbito do DF.
- Lei nº 727/94 - Determina que o Poder Executivo do Distrito Federal efetue o rebaixamento dos meios-fios nas passagens para pedestre.
- Lei nº 765/94 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e internação a portadores do vírus da AIDS, autoriza a criação da casa de apoio e dá outras providências.
- Lei nº 1.438/97 - Cria o Parque Ecológico e Recreativo do Paranoá.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
GIM ARGELLO
(PMDB)**

Jorge Afonso Argello nasceu no dia 5 de abril de 1962, em São Vicente - SP. Formado em Direito, administrou empresas, exerceu por vários anos a profissão de corretor de imóveis e até hoje integra o Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI. Entrou para a política no início dos anos 80, lutando pela emanci-

pação política de Brasília e participou da fundação do PFL/DF e da Juventude Democrática Social. Elegeu-se para o seu primeiro mandato, pelo PFL, com 10.345 votos. Tem como principal base eleitoral a cidade de Taguatinga, onde mora desde 1962. Atualmente, é vice-presidente da Câmara Legislativa.

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 1.717/99** - Dispõe sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis do DF.
- **Lei nº 2.372/99** - Dispõe sobre a realização de consulta ao moradores de Taguatinga sobre alterações no tráfego nas avenidas Samdu e Comercial daquela cidade.
- **Lei nº 2.445/99** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de mensagem contra o uso de drogas nos sites provedores de informação na Internet, dos órgãos e empresas públicas do governo do Distrito Federal.
- **Projeto de Lei nº 020/99** - Dispõe sobre a transfor-

- mação do Pistão Sul em avenida comercial e de lazer.
- **Projeto de Lei nº 365/99** - Destina área pública que menciona para construção de feira permanente na Vila Buritis III - Região Administrativa de Planaltina.
- **Projeto de Lei nº 1.052/00** - Dispõe sobre a instituição de Comissão Técnica de Apoio ao portador de lábio leporino no âmbito da Secretaria de Saúde do GDF.
- **Projeto de Lei nº 1.170/00** - Dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirarem em poder das farmácias e drogarias.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
JOÃO DE DEUS
(PDT)**

João de Deus Silva Carvalho nasceu em Piaçabuçu - AL, em 14 de junho de 1954. Reside em Brasília desde 1974. Serviu como policial militar durante 19 anos na capital do Brasil. Foi agente de segurança da CLDF, membro do Conselho Deliberativo do Clube Recreativo dos Sargentos Subtenentes da Polícia Militar (CRESSPOM), fundador da Associação dos Cabos e Soldados e presidente da Associação dos Praças e Policiais Militares do Distrito Federal (ASPRA). Tem como principais bandeiras de luta a construção da cidadania dos policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal e a

implantação de uma segurança pública eficiente para a comunidade brasiliense. Foi eleito com 10.870 votos para o seu primeiro mandato e reeleito em 1998 com 10.653 votos pelo PDT, tendo como principal base eleitoral os praças policiais militares e os bombeiros. Presidiu, em 1995, a CPI da Grilagem e, em 1996, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Foi o terceiro-secretário da Mesa Diretora (1997/98), e presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Atualmente é membro efetivo da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF).

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 1.679/97** - Dispõe sobre a concessão de licença para desempenho de mandato em associação, clube, federação e confederação a servidores civis e militares da administração direta, indireta, autárquica, fundacional e empresas públicas do DF.
- **Lei nº 1.807/97** - Dispõe sobre a proteção ao consumidor nas operações com fornecedores que fazem uso do código de barras.
- **Lei nº 2.358/99** - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Habitacional para os servidores da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
- **Lei nº 1.341/00** - Dispõe sobre a regularização da

frota que opera o serviço convencional do sistema de transporte público coletivo do DF.

- **Projeto de Lei nº 2.580/97** - Cria, no âmbito do Distrito Federal, o sistema de moto-táxi.
- **Projeto de Lei nº 1.037/00** - Dispõe sobre a gratuidade da expedição da segunda via da carteira de identidade para idosos, maiores de sessenta e cinco anos.
- **Lei Complementar nº 29/97** - Autoriza o governo do Distrito Federal a destinar as áreas entre os lotes, denominadas becos, nas Regiões Administrativas do Gama, Taguatinga e Ceilândia, para habitações unifamiliares de policiais civis e militares e bombeiros militares.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
JONAS VETTORACI
(PP)

Jonas Vettoraci nasceu em Anchieta - ES, em 23 de janeiro de 1931. Reside em Brasília há mais de 25 anos. É formado em Filosofia e Letras Clássicas pela Faculdade de Nova Friburgo - RJ e em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, Itália. É professor da Fundação Educacional do DF. Foi presidente da Associação de Ensino Supletivo (1971/91), coordenador do Ensino Supletivo (1972/75) e coordenador do Complexo de Taguatinga (1975/76). Foi administrador regional de

Sobradinho nos governos Aimé Lamaison e José Ornellas (1979/85). O deputado Padre Jonas foi eleito pelo PDT com 8.526 votos, tendo como principal base eleitoral a cidade de Sobradinho. Na CLDF foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1994) e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1994). Foi líder do PDT na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na elaboração da Lei Orgânica foi o presidente da Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente.

Principais leis de sua autoria

- **Lei nº 194/91** - Autoriza o governo do Distrito Federal a criar e implantar um sistema alternativo de transportes urbanos.
- **Lei nº 516/93** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros públicos nos supermercados e na rede bancária do Distrito Federal.
- **Lei nº 587/93** - Autoriza a implantação do ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª séries, em residências, nas

idades-satélites e assentamentos residenciais do Distrito Federal.

- **Lei nº 813/94** - Cria o programa habitacional para os servidores civis e militares da União, residentes no Distrito Federal.
- **Lei nº 929/95** - Toma obrigatória a distribuição de preservativos e folhetos sobre doenças sexualmente transmissíveis em motéis do Distrito Federal.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002
Suplente

DEPUTADO
JORGE CAUHY
(PMDB)

Jorge Cauhy Junior nasceu em Uberaba - MG, em 27 janeiro de 1924. Está em Brasília desde outubro de 1959, tendo fixado residência no Núcleo Bandeirante. Criou o Lar dos Velhinhos Maria Madalena, a Casa da Mãe Solteira, a Creche Irmã Elvira e a Casa da Sopa. Fundou e presidiu a Associação Comercial do Núcleo Bandeirante e foi diretor da Associação Comercial do Distrito Federal. Também é comerciante. Em 1990, foi eleito com 8.712 votos pelo PL. Foi reeleito com 9.255 votos pelo PP, tendo como principal base eleitoral o Núcleo Bandeirante. Atualmente, ocupa a vaga de primeiro suplente pelo PMDB, em substituição à deputada

Eurides Brito. Sua atuação parlamentar tem foco na garantia da qualidade de vida dos idosos, pioneiros e jovens do Distrito Federal. Na CLDF foi presidente (1993 e 1995) e vice-presidente (1996) da Comissão de Assuntos Sociais. Também presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1994). Na elaboração da Lei Orgânica, foi o vice-presidente da Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente. Atualmente é membro efetivo da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Comissão de Assuntos Sociais e membro suplente das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 227/92 - Isenta do pagamento do IPTU, água e energia elétrica as entidades assistenciais e beneficentes de utilidade pública.
- Lei nº 589/93 - Cria o Centro de Convivência e Assistência ao Idoso.
- Lei nº 850/95 - Cria seções especiais de atendimento ao idoso nas delegacias do DF.
- Lei nº 1.581/97 - Torna obrigatório autorização dos pais ou responsáveis para fazer tatuagem em menores de 18 anos.
- Lei nº 2.395/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio de gêneros alimentícios e produtos

perecíveis apreendidos no DF, para as instituições de caráter social e filantrópico que atendam à população carente.

- Lei nº 2.554/00 - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 1.617, de 18 de agosto de 1997, que declara de utilidade pública as entidades filantrópicas particulares sem fins lucrativos do DF.

- Projeto de Lei nº 1.172/00 - Dispõe sobre a concessão de isenção de taxas para expedição de alvará de funcionamento a entidades filantrópicas.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
JOSÉ EDMAR
(PMDB)

José Edmar de Castro Cordeiro nasceu em Formosa - GO, em 29 de outubro de 1951. Está em Brasília desde 1966. É formado em Estudos Sociais e Teologia. É pequeno empresário. Foi membro do Conselho de Administração da Novacap e líder comunitário de Taguatinga, quando iniciou a luta pela moradia popular. José Edmar foi eleito em 1990, com 3.680 votos pelo PFL. Foi reeleito com 5.976 votos pelo PSDB e novamente eleito em 1998, pelo PMDB, com 14.427 votos. Suas principais bases eleitorais

são Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Paranoá. Na CLDF foi suplente (biênio 91/92), vice-presidente (1995/96) da Mesa Diretora e primeiro-secretário (1997/98). Ocupou, ainda, a vice-presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1991/92) e a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça (1998). Foi presidente da CPI da Terra em 1991 e, atualmente, é presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro efetivo da Comissão de Assuntos Sociais.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Leis nºs 268/92 e 291/92 - Permitem comércio em residência nas esquinas e principais avenidas das cidades-satélites.
- Lei nº 566/93 - Estabelece a gratuidade no transporte coletivo para idosos, menores carentes e deficientes.
- Lei nº 901/95 - Regulamenta as atividades de trailers, quiosques e similares em todo o DF.

- Lei nº 1.002/96 - Cria o Parque Juscelino Kubitschek - JK, em Taguatinga.
- Lei nº 2.572/00 (co-autoria) - Dispõe sobre crimes cometidos na área de informática e suas penalidades.
- Projeto de Lei nº 1.314/00 - Dispõe sobre a permanência de ambulâncias nas rodoviárias do DF.



2ª
Legislatura
1995 - 1998
Suplente

DEPUTADO
JOSÉ EUDES
(PT)

José Eudes Oliveira Costa nasceu em Araioses - MA, em 13 de julho de 1955. É bacharel em História e possui licenciatura plena em Educação Artística. Foi presidente do Sindicato dos Auxiliares de Ensino (SAE) e membro do Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. No período de 1995 a 1997, foi administrador

de Ceilândia. Em 1994, foi eleito 5º suplente, com 3.268 votos, pela coligação Frente Brasília Popular. Em dezembro de 1997, assumiu o mandato de deputado distrital em substituição ao deputado Geraldo Magela. Na CLDF compôs a Comissão de Constituição e Justiça, como membro titular, e a Comissão de Assuntos Sociais, como suplente.

Lei de sua autoria

■ Lei nº 1.940/98 - Autoriza o Poder Executivo a criar incentivo funcional para os servidores integrantes

da carreira Assistência à Educação, do quadro de pessoal da Fundação Educacional do DF.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
JOSÉ ORNELLAS
(PL)

José Ornellas de Souza Filho nasceu no Rio de Janeiro - RJ, em 30 de novembro de 1921. É empresário e coronel da reserva do Exército Brasileiro. Possui o curso de Comando e Estado-Maior no Brasil e nos EUA. Foi governador do Distrito Federal (1982/85), subsecretário-geral do Ministério da Educação e Cultura no governo Médici (1973/74), ge-

rente de Recursos Humanos da Telebrás (1978/82). Em 1990, foi eleito com 3.580 votos e teve como principais bases eleitorais o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante. Na CLDF foi segundo-secretário da Mesa Diretora no biênio 91/92. Na elaboração da Lei Orgânica, foi o presidente da Comissão de Ordem Econômica, Finanças, Orçamento e Tributos.

Principais leis de sua autoria

■ Lei nº 212/91 - Estabelece normas para o ordenamento territorial do Distrito Federal.

■ Lei nº 452/93 - Altera a Lei nº 433, de 13 de abril de 1993, e dá outras providências.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
JOSÉ RAJÃO
(PMDB)**

José Rajão Filho nasceu no dia 5 de outubro de 1946, no Rio de Janeiro - RJ. É graduado em Economia e oficial aposentado do Corpo de Bombeiros. É evangélico e também autor do livro *Bombeiros voluntários solução para o Brasil Continental*. Foi eleito para o seu primeiro mandato pelo PSDB com 7.548 votos. Tem como sua prin-

cipal base eleitoral o Corpo de Bombeiros do DF. É membro titular da Comissão de Assuntos Sociais, vice-presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e membro suplente da Comissão de Constituição e Justiça. Há vários projetos de sua autoria em tramitação na Câmara ligados à segurança pública.

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- Lei nº 2.393/99 - Cria o Colégio Militar para bombeiros.
- Lei nº 2.577/00 - Cria a Faculdade de Segurança Pública do DF.
- Projeto de Lei nº 180/99 - Cria o Parque Ecológico e Vivencial do Capão da Erva, em Sobradinho.
- Projeto de Lei nº 433/99 - Cria o Programa de Incentivo ao Primeiro Emprego do Distrito Federal.
- Projeto de Lei nº 1.259/00 - Dispõe sobre a criação do sistema de coleta de lixo especial (hospitais, clínicas médicas, farmácias, laboratórios.)



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
JOSÉ TÁTICO
(PSC)**

José Fuscaldi Cesílio nasceu no dia 28 de setembro de 1940, em Teixeira - MG. É comerciante e tem como sua principal

base eleitoral a cidade de Ceilândia. Foi eleito para o seu primeiro mandato pelo PSC com 16.638 votos.

Principais projetos de lei de sua autoria

■ **Projeto de Lei nº 677/99** - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que patrocinam eventos e programas de informação e combate ao uso indevido de drogas.

■ **Projeto de Lei nº 824/99** - Altera a Lei nº 769, de 22 de setembro de 1994, e o Decreto-Lei nº 82/66 (anistia de multa e parcelamento de preços públicos devidos sobre espaços utilizados nos logradouros públicos).



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADA
LUCIA CARVALHO
(PT)

Lucia Helena de Carvalho nasceu em Londrina - PR, em 8 de abril de 1954. Está em Brasília desde 1971. É professora, formada em Pedagogia, com licenciatura em Administração Escolar. Milita no Movimento Popular e Sindical há cerca de 20 anos, tendo ajudado a fundar a Associação de Professores, o Sindicato dos Professores do DF (1979) sendo a primeira mulher a presidi-lo (1986/90), as Associações de Moradores Incansáveis de Ceilândia (1979/80) e a União e Luta do P-Sul (1980/83). Participou da construção do PT (1980) e da CUT (1983). Foi também secretária-geral da CNTE (1989/90), membro

da Direção Nacional da CUT e da Executiva Nacional do PT. No seu primeiro mandato, foi eleita com 11.506 votos. Foi reeleita com 9.539 votos e novamente eleita em 1998 com 8.014 votos. Na CLDF foi líder da bancada do PT nos anos de 91/92 e 95/96. Ocupou a primeira secretaria no biênio 93/94 e a presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal (1997/98), sendo a primeira mulher a presidir uma Assembléia Legislativa no Brasil. Atualmente é membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, membro suplente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 250/92 - Dispõe sobre o repasse direto e automático de verbas para custeio e manutenção de escolas.
- Lei nº 417/93 - Dispõe sobre punições contra práticas de discriminação contra as mulheres.
- Lei nº 894/95 (co-autoria) - Torna obrigatória a instalação de portas de segurança nas agências bancárias do Distrito Federal.
- Lei nº 1.097/96 - Dispõe sobre a realização do exame de DNA para instruir processos de reconhecimento de paternidade.
- Lei nº 1.575/97 - Dispõe sobre a introdução da educação sexual como conteúdo obrigatório das matérias e atividades curriculares de 1º e 2º graus nos estabelecimentos de ensino do DF.
- Lei nº 2.330/99 - Assegura às mulheres acometidas de tensão pré-menstrual (TPM) atendimento especializado na rede pública de saúde do DF.
- Projeto de Lei nº 1.139/00 - Dispõe sobre a proibição de interrupção na prestação dos serviços de telefonia por falta de pagamento.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
LUIZ ESTEVÃO
(PMDB)

Luiz Estevão de Oliveira Neto nasceu no Rio de Janeiro - RJ, em 6 de julho de 1949. Reside em Brasília desde 1966. É empresário, diretor-superintendente do Grupo OK. Foi diretor da Associação Comercial do Distrito Federal e membro do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA). Nos anos 80 lutou pela autonomia política do Distrito Federal. Em 1990 foi eleito para o

seu primeiro mandato, com a maior votação para deputado distrital até então: 46.209 votos, pelo PP. Luiz Estevão foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1995) e da Comissão Especial de Trânsito. Foi líder do PMDB por dois anos. Foi também vice-presidente da CLDF (1997/98). O deputado Luiz Estevão desenvolveu um trabalho em prol dos servidores públicos, entre outras categorias.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 920/95 - Dispõe sobre o fornecimento de aparelhos de ortese e/ou prótese aos portadores de deficiência.
- Lei nº 1.197/96 - Torna gratuitos os exames mamográficos na rede hospitalar pública do Distrito Federal.
- Lei nº 1.262/96 - Cria o Parque Ecológico e Viverial Canjerana, entre as QI 23 e 25 do Lago Sul.

- Lei nº 1.407/97 - Obriga a instalação de placas de sinalização antes das barreiras eletrônicas.
- Lei nº 2.235/98 - Cria o Programa de Crédito Direto aos servidores do GDF.
- Lei Complementar nº 26/97 - Regulamenta o Fundo de Promoção do Esporte (FUNEF), garantindo incentivos para atletas do esporte amador e olímpico do DF.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002
Suplente

DEPUTADO
MANOEL DE ANDRADE - MANOELZINHO
(PMDB)

Manoel Paulo de Andrade Neto nasceu em Jaçanã - RN, em 2 de setembro de 1953. Reside em Brasília desde 1973. É formado em Geografia e Direito. Foi motorista de táxi, classe que representou na CLDF. Manoelzinho, por cinco vezes, foi presidente do Sindicato dos Taxistas. Ocupou também a direção da Confederação Nacional dos Condutores Autônomos e da Confederação Nacional do Transporte. Em 1990, foi eleito com 5.623 votos pelo PTR. Também pertenceu ao PP. Foi reeleito com 9.689 votos,

pelo PMDB. Tomou posse na Câmara Legislativa do DF como segundo suplente do deputado Odilon Ayres, licenciando-se, no dia seguinte, para compor o governo Roriz. Hoje é conselheiro do TCDF. Suas principais bases eleitorais são Gama, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. Na CLDF foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1993), vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1995) e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1998). Foi primeiro-secretário no biênio 95/96.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 457/93 - Dispõe sobre a permissão para exploração de transporte individual de passageiros ou bens (táxis) no Distrito Federal.
- Lei nº 649/94 - Dispõe sobre o seguro contra furto ou roubo de automóveis nos estacionamentos de shopping centers, supermercados, lojas de departamentos e empresas que operam estacionamentos, com número de vagas superior a 30.
- Lei nº 719/94 - Torna obrigatória a plantação de árvores nos lotes dos assentamentos das populações de baixa renda no DF.
- Lei nº 1.162/96 - Proíbe o tabagismo em recintos

fechados nos locais que especifica.

- Lei nº 1.602/97 - Dispõe sobre a construção de abrigos para motoristas nos pontos de táxi.
- Lei nº 2.336/99 - Dispõe sobre a natureza dos cargos em comissão e das funções existentes nos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do DF, quando exercidos por servidores militares da ativa do DF.
- Projeto de Lei nº 3.777/98 - Torna obrigatória a construção de estacionamento para motos e bicicletas em todos os supermercados e shoppings do DF.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
MARCO LIMA
(PSDB)

Marco Antônio dos Santos Lima nasceu em Brasília, em 22 de dezembro de 1967. É evangélico, membro da Igreja Memorial Batista. Foi soldado da Polícia Militar. Marco Lima foi presidente da Cooperativa dos Praças da PMDF e CBMDF (Unipraças), de 1991 a 1994, e da Federação Nacional das Entidades de Praças do Brasil, de 1992 a 1994. Em 1990, foi eleito pelo PT com 5.338 votos, tendo entre os policiais, bombeiros

militares e evangélicos os seus principais eleitores. Foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1995) e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1997). Foi líder do PT em 1996, membro da Comissão de Constituição e Justiça (1995 e 1996) e membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (1998). Foi líder do PSDB na Câmara.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 791/95 - Altera gabarito dos lotes comerciais e residenciais de Sobradinho.
- Lei nº 1.457/97 - Cria o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho.
- Lei nº 1.613/97 - Destina área em todas as regiões administrativas do DF para construção de monumentos à Bíblia Sagrada.

- Lei nº 1.878/98 - Dispõe sobre a construção de escada externa nas edificações comerciais das regiões administrativas de Planaltina e Sobradinho.
- Lei Complementar nº 38/97 - Desafeta área no Cruzeiro Velho para ampliar igreja Assembléia de Deus.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

**DEPUTADO
MARCOS ARRUDA
(PMDB)**

Marcos Arruda da Cunha Rêgo nasceu em João Pessoa - PB, em 21 de abril de 1947. Reside em Brasília desde 1962. É formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas com pós-graduação em Engenharia Econômica pela AEUDF. Técnico em Planejamento de Transportes do GEIPOT, foi presidente da Associação dos Servidores daquele órgão por dois mandatos consecutivos (1988/92). Marcos Arruda, aos 20 anos de idade, foi professor de Matemática no CEUB e no Elefante Branco. Antes de ser eleito deputado distri-

tal, foi prefeito da SQS 309 e coordenador do Comitê pela Vida Contra a Miséria e a Fome. Em 1994, foi eleito com 4.620 votos pelo PSDB. Suas principais bases eleitorais foram Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga e Guará. Na CLDF foi líder de bancada, presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1996) e também presidiu a CPI que investigou a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Integrou a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foi vice-presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 1.213/96 - Autoriza o GDF a instituir parceria com o setor produtivo privado, visando implantar distritos industriais não-poluentes no Distrito Federal.
- Lei nº 1.447/97 - Institui o Programa de Prevenção e Combate à Violência no Distrito Federal.
- Lei nº 1.879/98 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de centros de recuperação para meninos de rua nas regiões administrativas do Distrito Federal.
- Lei nº 1.938/98 - Obriga o GDF a demarcar área na cidade do Núcleo Bandeirante para construção de hospital público.
- Lei nº 2.051/98 - Autoriza o GDF a construir o anfiteatro coberto no Centro Interescolar de Línguas da Região Administrativa de Ceilândia.



2^a
Legislatura
1995 - 1998

3^a
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADA
MARIA JOSÉ - MANINHA
(PT)

Maria José da Conceição nasceu em Januária - MG, em 13 de setembro de 1948. É médica. Foi presidente do Sindicato dos Médicos do DF, conselheira do Conselho Regional de Medicina (CRM-DF). Ajudou a fundar tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a Central Única dos Trabalhadores. Em ambos, ocupou cargos na Comissão Executiva Nacional. Maninha foi eleita com 11.611 votos para o seu primeiro mandato e reeleita em 1998 com 24.843 votos, tendo como principais bases eleitorais o Plano Piloto e os Lagos Sul e Norte. Na CLDF foi relatora da CPI da Grilagem, membro titular da Comissão de Constituição e Justiça (1995), membro titular da Comissão

de Economia, Orçamento e Finanças (1998), líder da Bancada do PT e, em setembro de 1996, licenciou-se para assumir o cargo de secretária de Saúde do DF. Em abril de 1998, retornou às suas atividades parlamentares da CLDF. Foi líder do PT na Câmara Legislativa; é vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais e membro suplente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Sua atuação parlamentar concentra-se sobretudo nas áreas de saúde, defesa da mulher, dos direitos humanos, das crianças e adolescentes. Instalou o Fórum Permanente Brasília contra a Prostituição Infantil e o Tribunal Popular Brasília contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do DF.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 975/95 - Fixa diretrizes para a atenção à saúde mental no DF.
- Lei nº 1.216/96 - Cria o Centro de Formação de Recursos Humanos para o atendimento traumatológico no DF.
- Lei nº 1.522/97 - Dispõe sobre a instalação de postos policiais permanentes nas passarelas subterrâneas de pedestres, localizadas nas alas norte e sul do Eixo Rodoviário do Plano Piloto de Brasília.
- Lei nº 2.089/98 - Institui a obrigatoriedade de

mensagem aos deficientes auditivos na propaganda oficial.

- Lei nº 2.310/99 - Cria o Programa de Capacitação para Policiais Cíveis e Militares que leve em conta a especificidade da violência contra a mulher.
- Projeto de Lei nº 1.206/00 - Dispõe sobre a proibição de divulgação de nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes por meio da rede mundial de computadores (Internet) ou nos meios de comunicação.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADA
MARIA DE LOURDES ABADIA
(PSDB)

Maria de Lourdes Abadia nasceu em Bela Vista - GO, em 14 de agosto de 1944. Assistente Social, foi deputada federal constituinte pelo PFL de Brasília. Foi diretora executiva da Fundação do Serviço Social no Governo José Aparecido e a primeira administradora regional da Ceilândia, nos governos Elmo Serejo (1975/79), Aimé Lamaison (1979/82) e José

Ornellas (1982/85). Em 1990, foi eleita com 13.596 votos, pelo PFL, sendo as suas bases eleitorais o Plano Piloto e a Ceilândia. Na CLDF foi vice-presidente da Comissão de Sistematização, na elaboração da Lei Orgânica. Nos primeiros seis meses do governo Cristovam ocupou a Secretaria de Turismo. De 1995 a 1997, presidiu o PSDB/DF.

Principais leis de sua autoria

- **Lei nº 208/92** - Dispõe sobre as premissas para a elaboração do Plano Diretor do DF.
- **Lei nº 331/92** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta, na rede pública de saúde do DF, de serviços para atendimento integral à saúde da mulher e assistência para planejamento familiar.
- **Lei nº 575/93** - Dispõe sobre a gestão democrática das unidades públicas de ensino do DF.
- **Lei nº 644/94** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de serviços especialmente dirigidos aos alunos das academias de artes marciais do DF.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
MAURÍLIO SILVA
(PP)

Maurício Silva nasceu em Ipanema - MG, em 3 de junho de 1946. Reside em Brasília desde a década de 60. É administrador de empresas, missionário, formado pelo Seminário Teológico em Jacksonville (EUA). Foi gerente da Pibigás do Brasil S/A (1966/67). Desde 1976, é pastor da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus.

Em 1990, foi eleito com 4.198 votos pelo PTR, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga. Na Câmara Legislativa, foi líder do Governo e presidente da CPI das Causas Trabalhistas. Na elaboração da Lei Orgânica, presidiu a Comissão de Sistematização.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 158/91 - Cria instrumentos de apoio e incentivo à arte e à cultura no Distrito Federal.
- Lei nº 209/91 - Autoriza a instalação de templos religiosos em áreas residenciais.
- Lei nº 450/93 - Autoriza a instituição de programa de alimentação infantil.
- Lei nº 650/94 - Dispõe sobre o Sistema de Assistência ao Menor (AME).
- Lei nº 1.273/96 - Dispõe sobre projeto e construção de quatro agrovilas no Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão.



2ª
Legislatura
1995 - 1998
Suplente

DEPUTADO
MIQUÉIAS PAZ
(PT)

Miquéias José da Paz nasceu em União da Vitória - PR, em 10 de novembro de 1963. Reside em Brasília desde 1966. É professor formado pela Faculdade Brasileira de Teatro. Também é ator e mímico. Foi o segundo suplente da Frente Brasília

Popular, eleito com 4.465 votos pelo PC do B. Na Câmara Legislativa, Miquéias Paz substituiu os deputados Rodrigo Rollemberg e Wasny de Roure, ambos licenciados para compor o quadro de auxiliares do governador Cristovam Buarque.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 888/95 - Institui no Distrito Federal o Prêmio Candango de Cultura.
- Lei nº 1.307/96 - Estabelece a Semana de Prevenção da AIDS na rede pública de ensino de 2º grau do Distrito Federal.
- Lei nº 1.516/97 - Institui a disciplina Formação para o Trânsito nos currículos de 1º e 2º graus da

rede de ensino do Distrito Federal.

- Lei nº 1.723/97 - Dispõe sobre reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeção e transportes coletivos do Distrito Federal.
- Lei nº 1.821/98 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Crematório Público do Distrito Federal.



3ª
Legislatura
1999 - 2002
Suplente

**DEPUTADO
NIJED ZAKHOUR
(PMDB)**

Nijed Zakhour nasceu em Trípoli - Líbano, em 20 de outubro de 1947 e naturalizou-se brasileiro. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Americana em Beirute, onde fez mestrado, especializando-se em finanças e auditoria contábil. É empresário na área de hotelaria e construção civil e membro da Igreja

Evangélica Deus Vivo. Teve 2.806 votos pelo PL e, atualmente, é suplente do deputado Agrício Braga, que no dia 25 de maio tomou posse como Secretário de Esportes do Governo do Distrito Federal. Atualmente, é membro da Comissão de Assuntos Sociais e suplente das Comissões de Constituição e Justiça e de Ética e Decoro Parlamentar.



1ª
Legislatura
1991 - 1994
Suplente

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
ODILON AIRES
(PMDB)

O dilon Aires Cavalcante nasceu em Ponte Alta do Bom Jesus - TO, em 30 de julho de 1951. Católico, pertence à Renovação Carismática da Igreja Santa Terezinha do Cruzeiro Novo. Reside em Brasília desde 1975. Além de economista, é analista de finanças e controle do Ministério da Fazenda. Foi presidente e um dos fundadores da Associação dos Moradores e Inquilinos do Cruzeiro. Também foi prefeito comunitário e administrador do Cruzeiro, no período de 1991 a 1993. Integrou o movimento que lutou pela autonomia política do Distrito

Federal. Odilon Aires foi presidente do PMDB/DF e integra o Conselho Político e o Diretório Nacional do partido. Em 1990, foi eleito 1º suplente da coligação Movimento Liberal Progressista. Substituiu o deputado José Ornellas por 9 meses. Na 2ª Legislatura, foi eleito com 12.675 votos e, na 3ª, reeleito com 9.748 votos pelo PMDB. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (1998). Depois de ser líder do governo na Câmara no início de 1999, foi nomeado Secretário de Assuntos Fundiários no atual governo Roriz.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 1.029/96 - Dispõe sobre a carta de Habite-se para residências unifamiliares e coletivas.
- Lei nº 1.242/96 - Cria a Feira Permanente do Setor M Norte de Taguatinga.
- Lei nº 1.691/97 - Torna obrigatório o ensino da disciplina de Finanças Públicas nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Distrito Federal.
- Lei nº 1.638/98 - Dispõe sobre a destinação de

área para a Biblioteca Pública e Casa de Cultura do Cruzeiro - RA XI.

- Lei nº 2.263/98 - Dispõe sobre a localização da caixa padrão de medição do consumo de energia elétrica em residências no Distrito Federal.
- Projeto de Lei nº 23/99 - Autoriza o GDF a promover a cobertura de Feira dos Importados de Brasília (Guará - RA X), para protegê-la das chuvas.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
PAULO TADEU
(PT)**

Paulo Tadeu Vale da Silva nasceu no dia 24 de dezembro de 1967, em Sobradinho-DF. É técnico em edificações. Trabalhou na ENCOL e é funcionário da Companhia Energética de Brasília - CEB. Iniciou sua militância política no Movimento Estudantil. Foi presidente do PT de Sobradinho nas gestões de 1995/97 e 1997/99, estando atualmente licenciado.

Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica no Distrito Federal - SINERGIA e diretor da CUT-DF. Foi eleito para o seu primeiro mandato pelo PT com 6.815 votos. Tem como principal base eleitoral a cidade de Sobradinho. É membro efetivo da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Lei e principais projetos de lei de sua autoria

- Lei nº 2.535/00 - Estabelece incentivos à prática do futebol amador no DF.
- Projeto de Lei nº 195/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de se equiparem os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo do DF com dispositivos redutores do estresse para motoristas e cobradores.
- Projeto de Lei nº 222/99 - Dispõe sobre o ressarcimento da tarifa aos usuários de transporte coletivo do DF.
- Projeto de Lei nº 292/99 - Dispõe sobre delegação da prestação de serviço de transporte

- público coletivo por ônibus no âmbito do DF.
- Projeto de Lei nº 298/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de energização e iluminação de emergência do tipo *no break* nos hospitais públicos, particulares e clínicas que realizem cirurgias no âmbito do DF.
- Projeto de Lei nº 1.074/00 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar os veículos coletores de lixo urbano no DF com módulos de transporte que garantam a segurança e o conforto dos trabalhadores.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
PEDRO CELSO
(PT)

Pedro Celso nasceu em 7 de dezembro de 1958, em Tiros - MG. Reside em Brasília desde 1963. Foi líder sindical, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal (1985/90) e diretor da CUT/DF. Foi funcionário administrativo da TCB. Participou da criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Transporte (DNTT/CUT); assumiu a presidência do PT/DF em 1992 e integrou a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores por dois mandatos. Na 1ª Legislatura, foi eleito com

19.139 votos. Foi reeleito com 14.282 votos. Suas principais bases eleitorais foram Ceilândia, Taguatinga e Gama, e a categoria profissional dos rodoviários. Na CLDF foi primeiro-secretário da Mesa Diretora no biênio 91/92. Licenciou-se da Câmara Legislativa no período de janeiro a dezembro de 1997, para ocupar a Secretaria do Trabalho do governo Cristovam Buarque. Foi vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da CLDF.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- **Lei nº 1.034/96** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de programa de prevenção de acidentes do trabalho no Distrito Federal.
- **Lei nº 1.258/96** - Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado entre as Quadras QNO 11 e ANO 13, na Ceilândia - RA IX.
- **Lei nº 1.901/98** - Proíbe o transporte de traba-

lhadores em caminhões tipo gaiola.

- **Lei nº 2.081/98** - Dispõe sobre o estágio profissionalizante para os participantes de cursos de capacitação e de requalificação profissional financiados com recursos públicos.
- **Projeto de Lei nº 3.675/98** - Institui o Programa de Geração de Renda Social do Distrito Federal - Pró-Renda.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
PENIEL PACHECO
(PSDB)

Peniel Pacheco nasceu em Uberaba - MG, em 10 de abril de 1958. Reside em Brasília desde 1969. É professor de Teologia, líder evangélico e foi radialista. Na 1ª Legislatura foi eleito com 6.382 votos, pelo PST. Foi reeleito com 9.592 votos pelo PTB. Suas principais bases eleitorais foram Plano Piloto, Guará, Sobradinho e, principalmente,

os evangélicos. Na CLDF foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça nos anos de 1991 e 1992. Foi um dos relatores da Lei Orgânica do Distrito Federal. Ocupou a segunda secretaria da Mesa Diretora no biênio 93/94 e a terceira secretaria no biênio 95/96. Foi, também, líder do PSDB na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- Lei nº 251/92 - Reserva área exclusiva para não-fumantes em restaurantes, lanchonetes e pizzerias.
- Lei nº 640/94 - Garante aos diabéticos carentes do DF o recebimento gratuito de insulina, antidiabéticos orais, reagentes para exame, seringas para aplicação de insulina, tiras reagentes, adoçante e material de informação sobre o controle da doença.
- Lei nº 1.162/96 - Proíbe o fumo em recintos fechados.
- Lei nº 1.364/97 - Proíbe a utilização de bisnagas de plástico para acondicionar maionese, mostar-

da, catchup e outros molhos, sugerindo o uso de sachês descartáveis.

- Lei nº 1.733/97 - Proíbe a venda de anabolizantes a menores de 18 anos, a não ser com receita médica.
- Lei nº 2.243/98 - Cria a Controladoria Parlamentar e institui e regulamenta o controle parlamentar direto sobre atos de prestação de serviços públicos no DF.
- Projeto de Lei nº 3.711/98 - Dispõe sobre a permanência de ambulâncias equipadas nos parques de diversão, áreas de lazer e zoológicos mantidos pelo GDF.



2^a
Legislatura
1995 - 1998

3^a
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
RENATO RAINHA
(PL)

Antônio Renato Alves Rainha nasceu em 10 de março de 1964, em Presidente Prudente - SP. Reside em Brasília desde 1972 e tem em Taguatinga e Ceilândia suas principais bases eleitorais. Bacharel em Direito, pós-graduado em Ciências Políticas e Direito Processual, foi professor de Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. Renato Rainha é delegado de polícia, tendo desempenhado suas funções nas delegacias da Asa Sul, Guará, Taguatinga e Ceilândia. Foi presidente do Sindicato dos Delegados de

Polícia do Distrito Federal por duas vezes (1989/92 e 1992/95). Em 1994, foi eleito para o seu primeiro mandato com 5.898 votos e reeleito em 1998 com a maior votação do DF: 30.416 votos, sendo 15 mil em Taguatinga. Foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça em 1997 e líder do PL na Câmara Legislativa do DF. É membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e suplente das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Assuntos Sociais.

Principais leis e projeto de lei de sua autoria

- **Lei nº 907/95** - Estabelece a abertura dos postos de saúde durante 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados.
- **Lei nº 1.159/96** - Implanta o ensino de computação nas escolas públicas de 2º grau.
- **Lei nº 1.433/97** - Cria a semana de prevenção ao uso de drogas nas escolas da rede pública do Distrito Federal.
- **Lei nº 1.678/97** - Institui o programa permanente de prevenção ao uso de drogas no âmbito do

Distrito Federal.

- **Lei nº 2.491/99** - Dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo convencional do DF.
- **Projeto de Lei nº 1.359/00** - Dispõe sobre a instalação de caixas eletrônicas ou caixas 24 horas nas áreas de delegacias, quartéis e demais unidades policiais no DF, para atendimento da população em geral.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
RODRIGO ROLLEMBERG
(PSB)**

Rodrigo Sobral Rollemberg nasceu no Rio de Janeiro - RJ, em 13 de julho de 1959. É formado em História. Em 1994, foi eleito primeiro suplente da bancada da Frente Brasília Popular, com 4.557 votos. Em 1995, com a saída do deputado Pedro Celso para ocupar a Secretaria do Trabalho, Rollemberg assumiu o mandato durante 14 meses. Na CLDF, trabalhou na CPI da Grilagem como um de seus relatores. Seu trabalho está voltado para a defesa do jovem, do meio ambiente, da cultura, do turismo e da educação. Em 1996, licenciou-se para

ocupar a Secretaria de Turismo. Foi eleito para seu primeiro mandato em 1998, com 15.942 votos pelo PSB, partido do qual é o atual presidente; tem como sua principal base eleitoral o Plano Piloto. É membro efetivo das Comissões de Economia, Orçamento e Finanças e de Ética e Decoro Parlamentar e membro suplente das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais. O turismo é seu tema de maior importância, pois considera ser essa a vocação natural de Brasília e a melhor alternativa na geração de emprego e renda.

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 909/95** - Obriga a impressão, na Carteira Nacional de Habilitação expedida pelo DETRAN/DF, da frase "Sou/não sou doador universal de órgãos".
- **Lei nº 1.418/97** - Toma obrigatória a fixação do número do telefone do PROCON/DF nos estabelecimentos comerciais, financeiros e de prestação de serviços.
- **Projeto de Lei nº 101/99** - Dispõe sobre o cultivo comercial e a venda de produtos transgênicos destinados à alimentação humana e de animais no âmbito do Distrito Federal.
- **Projeto de Lei nº 301/99** - Assegura ao público consumidor o direito de consultar nas farmácias e drogarias do DF o Dicionário de Especialidades Médicas (DEF), para conhecer o nome genérico dos medicamentos.
- **Projeto de Lei nº 600/99** - Cria o Programa de Prevenção da Gravidez Precoce e Amparo à Adolescente Gestante (PROAGE), no âmbito do DF.
- **Projeto de Lei nº 1.358/00** - Dispõe sobre a divulgação do Diário Oficial do DF na rede mundial de computadores (Internet).
- **Projeto de Lei nº 1.386/00** - Dispõe sobre a abertura, nos finais de semana, de museus, monumentos e prédios de relevante interesse turístico, administrados pelo GDF.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADA
ROSE MARY MIRANDA
(PP)

Rose Mary Araújo de Miranda nasceu em Natal - RN, em 24 de maio de 1954. É radialista. Foi diretora do Sindicato dos Radialistas do DF (1985/86). Em 1990, foi eleita pelo PTR com 3.081 votos, tendo como principal base eleitoral

as cidades de Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto. Na CLDF foi vice-presidente no biênio 93/94. Foi relatora da Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente na elaboração da Lei Orgânica.

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 177/91 - Institui o sistema de creches e pré-escolas comunitárias no âmbito do Distrito Federal.
- Lei nº 260/92 - Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal.
- Lei nº 434/93 - Autoriza o Poder Executivo a criar abrigos para mulheres vítimas de violência.
- Lei nº 497/93 - Autoriza o Poder Executivo a ampliar as atribuições das delegacias especiais de atendimento à mulher.
- Lei nº 545/93 - Autoriza o Poder Executivo a criar unidades terapêuticas e educacionais (CTE), para tratamento e recuperação de usuários e dependentes de substâncias entorpecentes que geram dependência física ou química.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
SALVIANO GUIMARÃES
(PSDB)

Salviano Antônio Guimarães Borges nasceu em Goiânia - GO, em 23 de abril de 1943. É arquiteto, diplomado pela UnB; foi administrador regional de Planaltina (1979/85) na gestão dos governadores Aimé Lamaison e José Ornellas. Em 1990, Salviato Guimarães foi eleito com 4.800 votos, tendo como principais bases eleitorais a cidade de Planaltina e o Plano Piloto. Foi o primeiro

presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sendo o responsável pela condução da organização da Casa Legislativa, pela elaboração do Regimento Interno, pelo desencadeamento das discussões da Lei Orgânica e implantação da estrutura administrativa, inclusive a realização dos primeiros concursos públicos da Câmara Legislativa. Também presidiu a Comissão de Assuntos Sociais (1994).

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 165/91 - Autoriza o governo do Distrito Federal a contar, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado ao magistério da União, dos estados e dos municípios.
- Lei nº 214/91 - Institui o Programa de Apoio ao Adolescente Aprendiz.
- Lei nº 235/92 - Regulamenta o funcionamento

das feiras livres e permanentes no Distrito Federal.

- Lei nº 330/92 - Reserva terreno para construção do prédio definitivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Lei nº 844/94 - Reserva terreno para edificação da Fundação Athos Bulcão.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
SILVIO LINHARES
(PMDB)**

Silvio Linhares da Costa nasceu no dia 22 de janeiro de 1950, no Rio de Janeiro - RJ. É radialista e repórter policial. Em 1998 foi eleito 3º suplente pelo PMDB, com 6.305 votos. Tomou posse em 4 de fevereiro de 1999, como suplente do deputado Odilon Aires. Tem como base

eleitoral as cidades de Ceilândia, Santa Maria, Taguatinga e Paranoá. Atualmente, é membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e Cidadania e da CPI dos Lotes e Cooperativas e membro suplente da Comissão de Assuntos Sociais.

Lei e principais projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 2.520/00** - Assegura vaga nas escolas públicas do Distrito Federal às empregadas domésticas.
- **Projeto de Lei nº 125/99** - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos teatros no âmbito do DF de reservar gratuitamente 10% de sua lotação aos estudantes da rede oficial de ensino fundamental e médio.
- **Projeto de Lei nº 157/99** - Dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, nos locais que especifica.
- **Projeto de Lei nº 162/99** - Torna obrigatório manter plantão psicológico e assistência social no Instituto Médico Legal do Distrito Federal.
- **Projeto de Lei nº 165/99** - Dispõe sobre o estabelecimento de paridade de preços praticados pelas clínicas médicas, laboratórios de análise e outras empresas da área de saúde.
- **Projeto de Lei nº 294/99** - Torna obrigatório o fornecimento por parte dos *shopping centers* de cadeira de rodas para utilização de pessoas portadoras de necessidades especiais.



2ª
Legislatura
1995 - 1998

DEPUTADO
TADEU FILIPPELLI
(PMDB)

Nelson Tadeu Filippelli nasceu em 11 de maio de 1949, em Catanduva - SP. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília e Administração de Empresas pelo CEUB, reside em Brasília desde 1968. Entre 1998 e 1994, foi diretor imobiliário e presidente da SHIS (Sociedade Habitacional de Interesse Social), o atual IDHAB. Foi administrador regional de São Sebastião. Em 1994, foi eleito pelo PP com 9.228 votos, e as suas principais bases eleitorais foram Riacho

Fundo, São Sebastião, Candangolândia, Recanto das Emas, Santa Maria, Sobradinho e Planaltina. Sua atuação parlamentar foi voltada, preferencialmente, à população de baixa renda e aos permissionários de transporte alternativo. Na Câmara Legislativa, foi presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1996) e membro das CPLs da Grilagem (1995) e das Drogas (1996). Foi vice-líder do PMDB em 1995 e 1996, e líder em 1997 e 1998.

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 1.044/96** - Institui a obrigatoriedade de admissão de idosos pela porta da frente nos veículos do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal.
- **Lei nº 1.472/97** - Institui o Programa Banco de Materiais Básicos de Construção (PROBAC) para a população de baixa renda do Distrito Federal.
- **Lei nº 1.844/97** - Exige a adoção de técnicas construtivas que contribuam para a economia de energia em prédios públicos.
- **Lei nº 3.001/97** - Cria tarifa social para cobrança do serviço de esgoto nas habitações de interesse social do DF.
- **Lei nº 2.020/98** - Dispõe sobre a criação do Programa de Amparo ao Excepcional do DF (PAEX).
- **Projeto de Lei nº 3.497/98** - Reduz a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dos veículos que especifica (transporte escolar, DMTU).



1ª
Legislatura
1991 - 1994

DEPUTADO
TADEU RORIZ
(PP)

Tadeu Roriz de Araújo nasceu em Goiânia - GO, em 10 de dezembro de 1952. Bacharel em Administração de Empresa, é empresário. Foi presidente da Federação Metropolitana de Futebol e presidiu o Conselho Fiscal da entidade. Tadeu

Roriz foi vice-presidente do PSC (1989), partido pelo qual se elegeu com 3.624 votos. Teve como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga. Na CLDF foi vice-presidente no biênio 91/92 e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1994).

Principais leis de sua autoria

- Lei nº 225/91 - Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder benefícios fiscais na área do ISS, IPTU e IPVA a atividades esportivas.
- Lei nº 232/92 - Autoriza o governo do Distrito Federal a instituir a loteria social.
- Lei nº 576/93 - Cria o Parque Ecológico e

Vivencial Três Meninas, na Região Administrativa de Samambaia.

- Lei nº 675/94 - Institui a cruz, a medalha e o diploma do mérito olímpico de Brasília.
- Lei nº 853/95 - Autoriza o Poder Executivo a implantar a Casa do Artesão.



1ª
Legislatura
1991 - 1994

2ª
Legislatura
1995 - 1998

3ª
Legislatura
1999 - 2002

DEPUTADO
WASNY DE ROURE
(PT)

Wasny Nakle de Roure nasceu em Goiânia - GO, em 10 de maio de 1951. Reside em Brasília desde 1959. É evangélico e bacharel em Economia pela UnB, com pós-graduação na UFMG e em Oxford - Inglaterra. Wasny de Roure é técnico da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa surgida com a fusão da COBAL, CIBRAZEM e CFP; nesta última foi presidente da Associação dos Funcionários. Pertenceu à diretoria do SINDSEP/DF e fez parte do DIEESE/DF. Em 1990, foi eleito com 2.848 votos. Foi reeleito com 9.294 votos e novamente eleito em 1998 com 10.374 votos. Teve como principais bases eleitorais os servidores públicos,

moradores do Plano Piloto e, também, os evangélicos. Na 1ª Legislatura, foi relator da CPI da Terra (91/92), vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1993), e líder do PT na Câmara. Logo no início da 2ª Legislatura, Wasny de Roure assumiu a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, lá permanecendo durante o ano de 1995. Foi líder do governo em 1997 e presidente da Comissão de Constituição e Justiça durante o ano de 1998. Assumiu no início de 1999 a primeira secretaria da CLDF; é membro efetivo da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- Lei nº 454/92 - Define a política de aleitamento materno para o DF.
- Lei nº 512/93 - Cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF.
- Lei nº 1.249/96 - Cria o prêmio Jovem Cientista de Brasília.
- Lei nº 1.511/97 - Cria o Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos.

- Lei nº 2.193/98 - Cria o Programa de Preservação e Controle do Câncer de Pele no Distrito Federal.
- Projeto de Lei nº 2.558/96 - Cria o Programa de Educação e Conscientização Tributária.
- Projeto de Lei nº 1.202/00 - Fixa prazo para a exclusão de nome de consumidor de cadastros mantidos por órgãos integrantes de serviços de proteção ao crédito.



3ª
Legislatura
1999 - 2002

**DEPUTADO
WILSON LIMA
(PSD)**

Wilson Ferreira Lima nasceu no dia 20 de junho de 1953, em Ceres - GO. É empresário, proprietário de mercados no Gama e Jardim Ingá, no Entorno. Como comerciante ocupou por quatro anos (1991/95) a presidência da Associação dos Supermercados de Brasília (ASBRA) e por oito anos foi presidente do Sindicato de Supermercados de Brasília. Tem como principais bases eleitorais as cidades do Gama,

Santa Maria e Recanto das Emas. Foi eleito para o seu primeiro mandato com 3.931 votos, pelo PSD. Foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Cooperativas Habitacionais. Atualmente é presidente da Comissão de Constituição e Justiça, membro efetivo da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, membro suplente da Comissão de Assuntos Sociais e líder do PSD na Câmara.

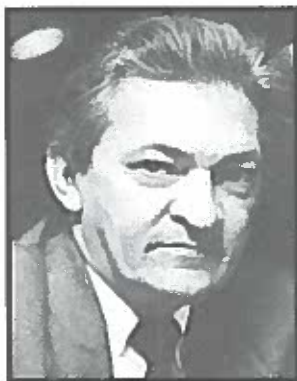
Principais leis e projetos de lei de sua autoria

- **Lei nº 2.547/00** - Permite ao governo do Distrito Federal multar as instituições públicas/privadas que demorem mais de 30 minutos para atender os clientes que aguardam em filas.
- **Projeto de Lei nº 051/99** - Prevê tratamento prioritário às pessoas idosas nos hospitais públicos e particulares do DF.
- **Projeto de Lei nº 078/99** - Proíbe o uso e o consumo de fumo e bebidas alcoólicas nos limites das escolas públicas do Distrito Federal.
- **Projeto de Lei nº 314/99** - Cria o Programa de

Promoção do Trabalho e da Requalificação Profissional, destinado a oferecer aos desempregados do DF até dez mil cursos remunerados de treinamento e capacitação ao mercado de trabalho.

- **Projeto de Lei nº 402/99** - Institui o Programa de Parto Solidário, para que as gestantes possam dispor de acompanhantes durante o período de internação nos hospitais do DF.

- **Lei Complementar nº 252/99** - Viabiliza a construção do Pólo da Moda do DF, no Guará, criando mais infra-estrutura no local.



**2ª
Legislatura
1995 - 1998**

**DEPUTADO
ZÉ RAMALHO
(PDT)**

José Ramalho Brasileiro nasceu em 23 de outubro de 1953, em Igaraci - PB. Mudou-se para Brasília antes de completar 10 anos de idade, fixando residência em Brazlândia, seu principal reduto eleitoral. Foi o primeiro carteiro de Brazlândia. Foi também funcionário do Hospital Regional local, servidor de carreira e gerente da agência do Banco de Brasília naquela cidade. Zé Ramalho foi eleito

pelo PDT, para o seu primeiro mandato, com 5.944 votos. Sua atuação parlamentar foi pautada pela defesa dos mais carentes, dos moradores de Brazlândia, dos jovens, dos maçons e dos bancários. Na CLDF foi presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em 1995 e vice em 1996, vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais em 1997 e líder do PDT em 1997 e 1998.

Principais leis de sua autoria

- **Lei nº 1.064/96** - Permite a construção de uma escola, uma creche e uma igreja na Quadra 04 do Setor Veredas de Brazlândia.
- **Lei nº 1.233/96** - Altera a destinação de uso dos lotes na Área Especial 01 Norte para construção da faculdade em Brazlândia.
- **Lei nº 1.343/96** - Isenta os herdeiros de um único imóvel ou de bens com valores iguais ou inferiores a 600 UPDF do pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).
- **Lei nº 2.107/98** - Reduz de 18 para 16 anos a idade mínima para a participação em concursos públicos no DF.
- **Lei Complementar nº 23/97** - Libera área verde não edificada, situada entre o Setor Veredas e a faixa de domínio da Rodovia DF-180, em Brazlândia, para utilização mista de lotes comerciais e residenciais.

Mesas Diretoras

1ª LEGISLATURA (1991 a 1994)*

BIÊNIO 91/92

Presidente
Sálviano Guimarães (PDT)

Vice-Presidente
Tadeu Roriz (PTR)

1º Secretário
Pedro Celso (PT)

2º Secretário
José Ornellas (PL)

3º Secretário
Benício Tavares (PTR)

Suplentes
José Edmar (Sem partido)
Fernando Naves (PTR)

BIÊNIO 93/94

Presidente
Benício Tavares (PP)

Vice-Presidente
Rose Mary Miranda (PP)

1ª Secretária
Lucia Carvalho (PT)

2º Secretário
Peniel Pacheco (PTB)

3º Secretário
Cláudio Monteiro (PPS)

Suplentes
Gilson Araújo (PP)
Eurípedes Camargo (PT)

2ª LEGISLATURA (1995 a 1998)*

BIÊNIO 95/96

Presidente
Geraldo Magela (PT)

Vice-Presidente
José Edmar (PSDB)

1º Secretário
Manoel de Andrade (PMDB)

2º Secretário
Edimar Pireneus (PMDB)

3º Secretário
Peniel Pacheco (PSDB)

Suplentes
Cláudio Monteiro (PPS)
Daniel Marques (PMDB)

BIÊNIO 97/98

Presidente
Lucia Carvalho (PT)

Vice-Presidente
Luiz Estevão (PMDB)

1º Secretário
José Edmar (PMDB)

2º Secretário
Benício Tavares (PMDB)

3º Secretário
João de Deus (PDT)

Suplentes
Daniel Marques (PMDB)
César Lacerda (PTB)

3ª LEGISLATURA (1999 a 2002)*

BIÊNIO 99/00

Presidente
Edimar Pireneus (PMDB)

Vice-Presidente
Gim Argello (PMDB)

1º Secretário
Wasny de Roure (PT)

2º Secretário
Daniel Marques (PMDB)

3º Secretário
Benicio Tavares (PTB)

Suplentes
César Lacerda (PTB)
Chico Floresta (PT)

* A referência aos partidos diz respeito à filiação do deputado no final do biênio mencionado. No texto interno, essa referência se reporta ao partido pelo qual o deputado foi eleito ou àquele a que pertencia na época da publicação deste volume.

Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes têm a função de instruir as matérias que lhes são submetidas para deliberação do Plenário, órgão soberano da Casa.

Toda proposição apresentada tem um caminho a seguir, de acordo com a sua natureza.

Cada Comissão Permanente tem suas características próprias, tratando de assuntos diversos, que circulam sob a forma de proposição.

Elas são de fundamental importância para o funcionamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Comissão de Constituição e Justiça — CCI

A Comissão de Constituição e Justiça foi instalada em 11 de janeiro de 1991. Após lidas e registradas em Plenário, as proposições iniciam o seu trajeto processual na Comissão de Constituição e Justiça e nela terminam, mediante redação final.

Conforme o Regimento Interno da CLDF, incumbe a essa Comissão apreciar os assuntos e proposições submetidas ao seu exame e sobre eles emitir parecer, bem como exercer algumas das funções fiscalizadoras do Legislativo em face do Poder Executivo, particularmente no que tange aos atos da Administração Pública. Inclui-se o acompanhamento de planos e programas gover-

namamentais, os aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa das proposições que se inscrevem no mundo do processo legislativo. Entre suas várias funções, a Comissão de Constituição e Justiça deve realizar audiências públicas com entidades representativas da sociedade civil, bem como convocar secretários de Estado e outras autoridades, mediante requerimento de seus membros, para esclarecer assuntos de interesse público previamente determinado.

A Comissão de Constituição e Justiça tem a função de guardião do correto procedimento do processo legislativo.

Composição

1991

Membros titulares

Peniel Pacheco

(Presidente)

Cláudio Monteiro

(Vice-presidente)

Carlos Alberto

Fernando Naves

Geraldo Magela

Manoel de Andrade

Padre Jonas

Suplentes

Agnelo Queiroz

Aroldo Satake

Edimar Pireneus

José Edmar

José Ornellas

Lucia Carvalho

Rose Mary Miranda

1992

Membros titulares

Peniel Pacheco

(Presidente)

Cláudio Monteiro

(Vice-presidente)

Carlos Alberto

Fernando Naves

Geraldo Magela

Manoel de Andrade

Padre Jonas

Suplentes

Agnelo Queiroz

Aroldo Satake

Edimar Pireneus

José Edmar

José Ornellas

Lucia Carvalho

Rose Mary Miranda

1993

Membros titulares

Manoel de Andrade
(Presidente)
Cláudio Monteiro
(Vice-presidente)
Agnelo Queiroz
Cláudio Monteiro
Fernando Naves
Maurílio Silva
Tadeu Roriz

Suplentes

Aroldo Satake
Eurípedes Camargo
Edimar Pireneus
Jorge Cauhy
José Edmar
Maria de Lourdes Abadia
Rose Mary Miranda

1994

Membros titulares

Fernando Naves
(Presidente)
Tadeu Roriz
(Vice-presidente)
Agnelo Queiroz
Cláudio Monteiro
Geraldo Magela
Manoel Andrade
Maurílio Silva

Suplentes

Aroldo Satake
Eurípedes Camargo
Edimar Pireneus
Jorge Cauhy
José Edmar
Maria de Lourdes Abadia
Peniel Pacheco

1994,

a partir de novembro

Membros titulares

Tadeu Roriz
(Presidente)

Agnelo Queiroz
(Vice-presidente)
Cícero Miranda
Cláudio Monteiro
Danton Nogueira
Geraldo Magela

Suplentes

Aroldo Satake
Eurípedes Camargo
Edimar Pireneus
Jorge Cauhy
José Edmar
Maria de Lourdes Abadia
Peniel Pacheco

1995

Membros titulares

Luiz Estevão
(Presidente)
João de Deus
(Vice-presidente)
Benício Tavares
Cláudio Monteiro
Marco Lima
Maria José - Maninha
Renato Rainha

Suplentes

Adão Xavier
Antônio José - Cafu
Edimar Pireneus
Lucia Carvalho
Manoel de Andrade
Odilon Aires
Rodrigo Rollemberg

1996

Membros titulares

João de Deus
(Presidente)
Renato Rainha
(Vice-presidente)
Benício Tavares
Cláudio Monteiro
Luiz Estevão

Marco Lima

Maria José - Maninha

Suplentes

Adão Xavier
Antônio José - Cafu
Edimar Pireneus
Lucia Carvalho
Manoel de Andrade
Odilon Aires
Rodrigo Rollemberg

1996,

a partir de setembro

Membros titulares

João de Deus
(Presidente)
Renato Rainha
(Vice-presidente)
Benício Tavares
Cláudio Monteiro
Eurípedes Camargo
Luiz Estevão
Marco Lima

Suplentes

Adão Xavier
Antônio José - Cafu
Edimar Pireneus
Lucia Carvalho
Manoel de Andrade
Miquéias Paz
Odilon Aires

1997

Membros titulares

Renato Rainha
(Presidente)
Geraldo Magela
(Vice-presidente)
Cláudio Monteiro
Edimar Pireneus
João de Deus
Peniel Pacheco
Tadeu Filippelli

Suplentes

Daniel Marques
 José Edmar
 Jorge Cauhy
 Marco Lima
 Miquéias Paz
 Odilon Aires
 Wasny de Roure

1998**Membros titulares**

Wasny de Roure
 (Presidente)
 José Edmar
 (Vice-presidente)
 Cláudio Monteiro
 Geraldo Magela
 Manoel de Andrade
 Renato Rainha
 Tadeu Filippelli

Suplentes

Adão Xavier
 Antônio José - Cafu

Daniel Marques
 João de Deus
 Marcos Arruda
 Maria José - Maninha
 Odilon Aires

1999**Membros titulares**

Anilcéia Machado
 (Presidente)
 Renato Rainha
 (Vice-presidente)
 Alirio Neto
 Benício Tavares
 Paulo Tadeu
 Silvio Linhares
 Wilson Lima

Suplentes

Agrício Braga
 Aguinaldo de Jesus
 César Lacerda
 Chico Floresta
 Daniel Marques

José Rajão
 Rodrigo Rollemberg

2000**Membros titulares**

Wilson Lima
 (Presidente)
 Alirio Neto
 (Vice-presidente)
 Anilcéia Machado
 Benício Tavares
 Lucia Carvalho
 Renato Rainha
 Silvio Linhares

Suplentes

Nijed Zakhour
 Aguinaldo de Jesus
 César Lacerda
 Chico Floresta
 Daniel Marques
 José Rajão
 Rodrigo Rollemberg

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças — CEOF

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi instalada em 11 de janeiro de 1991.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é de caráter técnico-legislativo, especializada na área de Economia, Orçamento e Finanças. Tem por finalidade examinar e emitir pareceres sobre os projetos de lei, exercer o acompanhamento de

planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Distrito Federal, no âmbito de sua respectiva competência regimental. Seus pareceres têm caráter decisório sobre o aspecto financeiro ou orçamentário, o que significa que os projetos de lei rejeitados pela Comissão serão arquivados, cessando sua tramitação.

Composição

1991**Membros titulares**

Aroldo Satake
 (Presidente)
 José Edmar
 (Vice-presidente)
 Benício Tavares
 Gilson Araújo

José Omellas
 Maria de Lourdes Abadia
 Wasny de Roure

Suplentes

Carlos Alberto
 Eurípedes Camargo
 Fernando Naves
 Jorge Cauhy

Maurílio Silva
 Padre Jonas
 Peniel Pacheco

1992**Membros titulares**

Aroldo Satake
 (Presidente)

José Edmar
(Vice-presidente)
Benício Tavares
Gilson Araújo
José Ornellas
Maria de Lourdes Abadia
Wasny de Roure

Suplentes

Carlos Alberto
Eurípedes Camargo
Fernando Naves
Jorge Cauhy
Maurílio Silva
Padre Jonas
Peniel Pacheco

1993

Membros titulares

José Ornellas
(Presidente)
Wasny de Roure
(Vice-presidente)
Aroldo Satake
Carlos Alberto
Edimar Pireneus
Maria de Lourdes Abadia
Gilson Araújo

Suplentes

Agnelo Queiroz
Fernando Naves
Geraldo Magela
Manoel de Andrade
Padre Jonas
Peniel Pacheco
Salviano Guimarães

1993,

a partir de agosto

Membros titulares

Gilson Araújo
(Presidente)
Wasny de Roure
(Vice-presidente)
Aroldo Satake
Carlos Alberto
Edimar Pireneus
Maria de Lourdes Abadia

Odilon Aires

Suplentes

Fernando Naves
Geraldo Magela
Manoel de Andrade
Peniel Pacheco
Salviano Guimarães

1994

Membros titulares

Aroldo Satake
(Presidente)
Gilson Araújo
(Vice-presidente)
Carlos Alberto
Edimar Pireneus
José Ornellas
Maria de Lourdes Abadia
Wasny de Roure

Suplentes

Agnelo Queiroz
Fernando Naves
Geraldo Magela
Manoel de Andrade
Padre Jonas
Peniel Pacheco
Salviano Guimarães

1995

Membros titulares

Zé Ramalho
(Presidente)
Adão Xavier
(Vice-presidente)
Daniel Marques
Lucia Carvalho
Odilon Aires
Wasny de Roure

Suplentes

Benício Tavares
João de Deus
Jorge Cauhy
Luiz Estevão
Maria José - Maninha
Marcos Arruda
Miquéias Paz

1996

Membros titulares

Tadeu Filippelli
(Presidente)
Zé Ramalho
(Vice-presidente)
Daniel Marques
Lucia Carvalho
Odilon Aires
Wasny de Roure
Adão Xavier

Suplentes

Benício Tavares
Eurípedes Camargo
João de Deus
Jorge Cauhy
Luiz Estevão
Marco Lima
Marcos Arruda

1997

Membros titulares

Marco Lima
(Presidente)
Daniel Marques
(Vice-presidente)
Jorge Cauhy
Marcos Arruda
Miquéias Paz
Odilon Aires
Wasny de Roure

Suplentes

Antônio José - Cafu
Benício Tavares
César Lacerda
Cláudio Monteiro
Eurípedes Camargo
Manoel de Andrade
Renato Rainha

1998

Membros titulares

Daniel Marques
(Presidente)
Pedro Celso
(Vice-presidente)
João de Deus

Jorge Cauhy
Marcos Arruda
Maria José - Maninha
Odilon Aires

Suplentes

Benício Tavares
Cláudio Monteiro
Geraldo Magela
Manoel de Andrade
Edimar Pireneus
Tadeu Filippelli
Wasny de Roure

1999

Membros titulares

João de Deus
(Presidente)

César Lacerda
(Vice-presidente)
Daniel Marques
Wasny de Roure
Aguinaldo de Jesus
Rodrigo Rollemberg
Adão Xavier

Suplentes

Jorge Cauhy
Paulo Tadeu
Anilcéia Machado
Renato Rainha
Alirio Neto
Benício Tavares
Maria José - Maninha

2000

Membros titulares

César Lacerda

(Presidente)
Aguinaldo de Jesus
(Vice-presidente)
Daniel Marques
Wasny de Roure
João de Deus
Rodrigo Rollemberg
Adão Xavier

Suplentes

Jorge Cauhy
Paulo Tadeu
Anilcéia Machado
Alirio Neto
Maria José - Maninha
Benício Tavares
Renato Rainha

Comissão de Assuntos Sociais — CAS

A Comissão de Assuntos Sociais foi instalada em 14 de janeiro de 1991.

Conforme o Regimento Interno da CLDF, cabe a essa Comissão apreciar matérias relativas à Educação, desenvolvimento cultural, integração social, patrimônio histórico e artístico,

defesa civil e do meio ambiente, saúde pública, entre outras funções.

Além de apreciar matérias de sua competência, a Comissão de Assuntos Sociais promove seminários, encontros, visitas, possuindo uma atuação intensa sobre os temas sociais.

Composição

1991

Membros titulares

Edimar Pireneus
(Presidente)
Agnelo Queiroz
(Vice-presidente)
Eurípedes Camargo
Jorge Cauhy
Lucia Carvalho
Maurílio Silva
Rose Mary Miranda

Suplentes

Benício Tavares
Cláudio Monteiro
Geraldo Magela

Gilson Araújo
Manoel de Andrade
Maria de Lourdes Abadia
Wasny de Roure

1992

Membros titulares

Edimar Pireneus
(Presidente)
Agnelo Queiroz
(Vice-presidente)
Eurípedes Camargo
Jorge Cauhy
Lucia Carvalho
Maurílio Silva
Rose Mary Miranda

Suplentes

Benício Tavares
Cláudio Monteiro
Geraldo Magela
Gilson Araújo
Marcos Arruda
Maria de Lourdes Abadia
Wasny de Roure

1993

Membros titulares

Jorge Cauhy
(Presidente)
Eurípedes Camargo
(Vice-presidente)
José Edmar

Padre Jonas
Pedro Celso
Peniel Pacheco
Salviano Guimarães

Suplentes

Carlos Alberto
Cláudio Monteiro
Gilson Araújo
Lucia Carvalho
Tadeu Roriz
Wasny de Roure

1994

Membros titulares

Salviano Guimarães
(Presidente)
Padre Jonas
(Vice-presidente)
Eurípedes Camargo
José Edmar
Jorge Cauhy
Pedro Celso
Peniel Pacheco

Suplentes

Carlos Alberto
Cláudio Monteiro
Gilson Araújo
José Ornellas
Lucia Carvalho
Tadeu Roriz
Wasny de Roure

1995

Membros titulares

Jorge Cauhy
(Presidente)
Manoel de Andrade
(Vice-presidente)
Antônio José - Cafu
Edimar Pireneus
Marcos Arruda
Miquéias Paz
Peniel Pacheco

Suplentes

César Lacerda

Cláudio Monteiro
Daniel Marques
Marco Lima
Tadeu Filippelli
Zé Ramalho

1996

Membros titulares

Marcos Arruda
(Presidente)
Jorge Cauhy
(Vice-presidente)
Antônio José - Cafu
Edimar Pireneus
Manoel de Andrade
Miquéias Paz
Peniel Pacheco

Suplentes

César Lacerda
Cláudio Monteiro
Daniel Marques
Tadeu Filippelli
Zé Ramalho
Wasny de Roure

1997

Membros titulares

Adão Xavier
(Presidente)
Zé Ramalho
(Vice-presidente)
Antônio José - Cafu
Benício Tavares
Eurípedes Camargo
José Edmar
Manoel de Andrade

Suplentes

César Lacerda
Edimar Pireneus
Geraldo Magela
João de Deus
Marcos Arruda
Tadeu Filippelli
Wasny de Roure

1998

Membros titulares

César Lacerda
(Presidente)
Edimar Pireneus
(Vice-presidente)
Adão Xavier
Antônio José - Cafu
Benício Tavares
Peniel Pacheco
Zé Ramalho

Suplentes

Daniel Marques
Geraldo Magela
João de Deus
Jorge Cauhy
José Edmar
Maria José - Maninha
Renato Rainha

1999

Membros titulares

Lucia Carvalho
(Presidente)
Maria José - Maninha
(Vice-presidente)
Jorge Cauhy
Agrício Braga
José Tatiko
José Rajão
José Edmar

Suplentes

Chico Floresta
Paulo Tadeu
Daniel Marques
Renato Rainha
Rodrigo Rollemberg
Wilson Lima
Sílvio Linhares

2000

Membros Titulares

Maria José - Maninha
(Presidente)
Paulo Tadeu
(Vice-Presidente)

Jorge Cauhy
Nijed Zakhour
José Talico
José Rajão
José Edmar

Suplentes
Chico Floresta
Lucia Carvalho
Daniel Marques
Renato Rainha

Rodrigo Rollemberg
Wilson Lima
Sílvio Linhares

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania — CDDHC

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania foi instalada em 8 de abril de 1992. A Comissão tem por competência investigar denúncias de violação dos direitos humanos e/ou cidadania; buscar parceria com entidades públicas ou privadas que tenham por objetivo a defesa

dos direitos humanos e da cidadania, bem como com os órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência; promover simpósios, congressos ou seminários para a sociedade na busca de soluções contra a violência.

Composição

1992

Membros titulares

Geraldo Magela
(Presidente)
Benício Tavares
(Vice-presidente)
Agnelo Queiroz
Carlos Alberto
Cláudio Monteiro
Edimar Pireneus
Gilson Araújo
José Edmar
Pedro Celso
Rose Mary Miranda
Wasny de Roure

Suplentes

Aroldo Satake
Eurípedes Camargo
Fernando Naves
José Omellas
Jorge Cauhy
Lucia Carvalho
Manoel de Andrade
Maurílio Silva
Padre Jonas
Peniel Pacheco

1993

Membros titulares

Agnelo Queiroz
(Presidente)
Gilson Araújo
(Vice-presidente)
Geraldo Magela
Lucia Carvalho
Maurílio Silva
Padre Jonas
Salviano Guimarães

Suplentes

Edimar Pireneus
Fernando Naves
José Edmar
Maria de Lourdes Abadia
Pedro Celso
Wasny de Roure

1994

Membros titulares

Jorge Cauhy
(Presidente)
Padre Jonas
(Vice-presidente)
Geraldo Magela
Gilson Araújo
Lucia Carvalho
Salviano Guimarães

Tadeu Roriz

Suplentes

Cícero Miranda
Danton Nogueira
Edimar Pireneus
Maria de Lourdes Abadia
Pedro Celso
Peniel Pacheco
Wasny de Roure

1995

Membros titulares

Marco Lima
(Presidente)
César Lacerda
(Vice-presidente)
Lucia Carvalho
Luiz Estevão
Miquéias Paz
Tadeu Filippelli
Zé Ramalho

Suplentes

Antônio José - Cafu
Edimar Pireneus
João de Deus
Jorge Cauhy
Maria José - Maninha
Renato Rainha
Rodrigo Rollemberg

1996

Membros titulares

César Lacerda
(Presidente)
Luiz Estevão
(Vice-presidente)
Antônio José - Cafu
Lucia Carvalho
Marco Lima
Tadeu Filippelli
Zé Ramalho

Suplentes

Edimar Pireneus
Euripedes Camargo
Jorge Cauhy
João de Deus
Miquéias Paz
Renato Rainha

1997

Membros titulares

Antônio José - Cafu
(Presidente)
César Lacerda
(Vice-presidente)
Adão Xavier
Daniel Marques
Manoel de Andrade
Miquéias Paz
Odilon Aires

Suplentes

Benício Tavares
Cláudio Monteiro

Edimar Pireneus
José Edmar
Jorge Cauhy
Pedro Celso
Wasny de Roure

1998

Membros titulares

Adão Xavier
(Presidente)
Manoel de Andrade
(Vice-presidente)
Antônio José - Cafu
José Edmar
Marco Lima
Odilon Aires
Zé Ramalho

Suplentes

Benício Tavares
César Lacerda
Cláudio Monteiro
Daniel Marques
Peniel Pacheco
Tadeu Filippelli
Wasny de Roure

1999

Membros titulares

José Edmar
(Presidente)
Chico Floresta
(Vice-presidente)
Wilson Lima
Alírio Neto

Wasny de Roure
César Lacerda
Sílvio Linhares

Suplentes

Jorge Cauhy
Paulo Tadeu
Anilcéia Machado
Rodrigo Rollemberg
Lucia Carvalho
Benício Tavares
Daniel Marques

2000

Membros titulares

Alírio Neto
(Presidente)
Chico Floresta
(Vice-presidente)
Wilson Lima
Adão Xavier
Wasny de Roure
César Lacerda
Sílvio Linhares

Suplentes

Jorge Cauhy
Paulo Tadeu
Anilcéia Machado
Rodrigo Rollemberg
Lucia Carvalho
Benício Tavares
Daniel Marques

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar — CEDP

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar foi instalada em 20 de fevereiro de 1997. Essa Comissão foi criada com a intenção de regular a conduta ética e o decoro parlamentar dos deputados distritais, garantindo aos mesmos um mandato regido

pela ordem, atendendo às prescrições constitucionais, legais e regimentais.

A Resolução nº 110/96 criou o Código de Ética, que é um instrumento legal da Casa para o controle da conduta ética e do decoro parlamentar dos deputados distritais.

◦ Composição

1997

Membros titulares

Jorge Cauhy
(Presidente)
Antônio José - Cafu
(Vice-presidente)
Marcos Arruda
Odilon Aires
Peniel Pacheco

Suplentes

Geraldo Magela
Manoel de Andrade

1998

Membros titulares

Odilon Aires
(Presidente)
Marcos Arruda
(Vice-presidente)
Edimar Pireneus
Marco Lima
Wasny de Roure

Suplentes

Antônio José - Cafu
Manoel de Andrade

1999

Membros titulares

Adão Xavier
(Presidente)
César Lacerda
(Vice-presidente)
Jorge Cauhy
Paulo Tadeu
José Rajão
Rodrigo Rollemberg
Renato Rainha

Suplentes

Daniel Marques
Chico Floresta
Aguinaldo de Jesus
Alirio Neto
Benício Tavares
José Tatiko
Agrício Braga

2000

Membros titulares

José Edmar
(Presidente)
José Rajão
(Vice-presidente)
Jorge Cauhy
Paulo Tadeu
Rodrigo Rollemberg
Renato Rainha
César Lacerda

Suplentes

Daniel Marques
Chico Floresta
Aguinaldo de Jesus
Alirio Neto
Benício Tavares
José Tatiko
Nijed Zakhour

Comissões Temporárias

As Comissões Temporárias podem ser especiais, parlamentares de inquérito (CPI) e de representação. Elas nascem segundo a necessidade de apurar irregularidades nos diversos assuntos de nossa sociedade e também de repre-

sentar a Câmara Legislativa em atos externos.

A Câmara Legislativa, usando desse instrumento legal, empenhou-se em vários assuntos polêmicos, procurando sempre elucidar a verdade dos fatos.

CPI da Terra

Criada com base no Requerimento nº 12/91, destinava-se a levantar as possíveis irregularidades contidas nas áreas rurais sob a administração da Fundação Zoobotânica

do DF. Foi elaborado o relatório final.

Instalação: 21 de fevereiro de 1991

Encerramento: 6 de dezembro de 1991

Composição

Presidente - Deputado José Edmar Cordeiro

Vice-presidente - Deputado Gilson Araújo

Relator: Deputado Wasny de Roure

Agnelo Queiroz

Membros suplentes: Deputados Maria de Lourdes Abadia, Maurílio Silva, Fernando Naves, Geraldo Magela e Euripedes Camargo

Membros titulares: Deputados Edimar Pireneus, Aroldo Satake, Cláudio Monteiro, Carlos Alberto e

CPI das Causas Trabalhistas

Criada com base no Requerimento nº 139/91, destinou-se a apurar as denúncias de irregularidades nas causas trabalhistas das empresas do governo do Distrito Federal.

Foi elaborado relatório final.

Instalação: 23 de maio de 1991

Composição

Presidente - Deputado Maurílio Silva

Vice-presidente - Deputada Maria de Lourdes Abadia

Relator: Deputado Fernando Naves

Membros titulares: Deputados Lucia Carvalho, Jorge Cauhy e Benício Tavares

CPI das Mensalidades Escolares

Criada pelo Ato da Mesa Diretora nº 056/93, destinou-se a apurar denúncias de estudantes e pais de alunos sobre os abusivos aumentos das mensalidades das escolas privadas do

Distrito Federal. Foi elaborado o relatório final.

Instalação: 12 de agosto de 1993

Encerramento: 29 de novembro de 1993

Composição

Presidente - Deputado Agnelo Queiroz
Vice-presidente - Deputado Maurílio Silva
Relator: Deputado Wasny de Roure

Membros titulares: Deputados Carlos Alberto, Cláudio Monteiro, José Edmar Cordeiro e Tadeu Roriz

CPI das Denúncias na Corporação Militar do Distrito Federal

Criada pelo Ato da Mesa Diretora nº 65/93, destinou-se a apurar denúncias de torturas, discriminação racial e maus-tratos cometidos no âmbito da corporação da Polícia Militar

do Distrito Federal. Possui relatório final.

Instalação: 6 de outubro de 1993

Encerramento: 14 de dezembro de 1994

Composição

Presidente - Deputado Cláudio Monteiro
Vice-presidente - Deputado Manoel de Andrade
Relator: Deputado Tadeu Roriz

Membros titulares: Deputados Gilson Araújo, Odilon Aires, Pedro Celso e Salviano Guimarães

CPI da Grilagem

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 626/95, destinava-se a apurar os fatos relacionados com a grilagem de terras públicas no Distrito Federal. Foi ela-

borado o relatório final.

Instalação: 8 de fevereiro de 1995

Encerramento: 26 de junho de 1995

Composição

Presidente - Deputado João de Deus
Vice-presidente - Deputado Adão Xavier
Relator: Deputada Maria José - Maninha

Membros titulares: Deputados Antônio José -

Cafu, César Lacerda, Edimar Pireneus, Renato Rainha, Rodrigo Rollemberg, Tadeu Filippelli

Membros suplentes: Deputados Benício Tavares, Jorge Cauhy, Lucia Carvalho, Miquéias Paz e Odilon Aires

CPI dos Bingos e Similares

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 1696/95, destinou-se a apurar os fatos relacionados com o funcionamento dos bingos e similares. Foi elaborado o relatório final.

Instalação: 5 de outubro de 1995

Encerramento: 27 de fevereiro de 1996

Composição

Presidente - Deputado César Lacerda
Vice-presidente - Deputado Benício Tavares
Relator: Deputado Marco Lima

Membros titulares: Deputados Adão Xavier, Miquêias Paz, Odilon Aires, Zé Ramalho
Membros suplentes: Deputados João de Deus, Lucia Carvalho, Rodrigo Rollemberg

CPI das Drogas

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 231/96, destinou-se a apurar as denúncias feitas pelo governador do Distrito Federal do envolvimento de parlamentares, ex-parlamentares e autoridades do Distrito Federal com o

tráfico de drogas. Foi elaborado o relatório final e publicado no DCL de 24 de setembro de 1996.

Instalação: 21 de março de 1996
Encerramento: 2 de setembro de 1996

Composição

Presidente - Deputado Cláudio Monteiro
Vice-presidente - Deputado João de Deus
Membros titulares: Deputados Luiz Estevão, Marco Lima, Marcos Arruda, Miquêias Paz, Odilon

Aires e Tadeu Filippelli
Membros suplentes: Deputados Benício Tavares, Edimar Pireneus, Jorge Cauhy, Marco Lima, Renato Rainha, Wasny de Roure e Zé Ramalho

CPI da Prostituição Infantil

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 232/96, destinou-se a apurar as causas relacionadas com o abuso, a violência e a exploração sexual infanto-juvenil no Distrito Federal.

Foi elaborado o relatório final e publicado no DCL de 5 de setembro de 1996.

Instalação: 21 de março de 1996
Encerramento: 5 de setembro de 1996

Composição

Presidente - Deputado Marcos Arruda
Vice-presidente - Deputado Edimar Pireneus
Relator: Deputado Antônio José - Cafu
Membros titulares: Deputados Benício Tavares,

João de Deus, Marco Lima e Tadeu Filippelli
Membros suplentes: Deputados Daniel Marques, Maria José - Maninha, Miquêias Paz e Zé Ramalho

CPI da Evasão Fiscal

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 233/96, destinou-se a apurar as causas relacionadas com a evasão fiscal no âmbito do Distrito Federal.

A Comissão foi extinta, pois expirou o seu prazo de duração.
Não foi elaborado o relatório final.

Composição

Presidente - Deputado Benício Tavares
Vice-presidente - Deputado Zé Ramalho
Relator: Deputado Wasny de Roure

Membros titulares: Deputados Daniel Marques,

Edimar Pireneus, Marco Lima e Marcos Arruda

Membros suplentes: Deputados Adão Xavier,
Antônio José - Cafu, João de Deus, Lucia Carvalho,
Luiz Estevão, Odilon Aires e Tadeu Filippelli

CPI da PM2

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 415/96, destinou-se a apurar fatos relacionados com as atividades dos setores de informação e contra-informação na estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, particularmente o envolvimento do Comando Geral da Polícia Militar e demais autoridades no presumível desvio de finalidade da Subseção de Operações - PM2, bem

como os vínculos com outros órgãos ou serviços de informação, a partir da promulgação da Constituição de 1988.

A Comissão foi extinta por ter expirado o seu prazo de duração.

Não foi elaborado o relatório final.

Instalação: 1º de outubro de 1996

Composição

Presidente - Deputado Peniel Pacheco
Vice-presidente - Deputado Zé Ramalho
Relator: Deputado Peniel Pacheco

Membros titulares: Deputados César Lacerda,
Lucia Carvalho, Luiz Estevão, Marcos Arruda,

Odilon Aires, Tadeu Filippelli e Wasny de Roure

Membros suplentes: Deputados Adão Xavier,
Antônio José - Cafu, Benício Tavares, Daniel
Marques, Eurípedes Camargo, João de Deus,
Manoel de Andrade, Marco Lima e Miquéias Paz

CPI das Cooperativas

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 262/99, destinou-se a apurar fatos relacionados com possíveis irregularidades no sistema de distribuição de lotes a grupos organizados,

de que tratava o Decreto nº 18.009, de 30 de janeiro de 1997. Continua em andamento.

Instalação: 15 de março de 1999

Composição

Presidente - Deputado Wilson Lima
Vice-presidente - Deputado Wasny de Roure
Relator: Deputado Renato Rainha
Membros titulares: Deputados César Lacerda,

Sílvio Linhares, João de Deus, e Adão Xavier
Membros suplentes: Deputados Daniel Marques,
Aguinaldo de Jesus, Alirio Neto, José Tatício,
Agrício Braga, Benício Tavares e Lucia Carvalho

Comissão Especial dos Concursos Públicos

Criada pelo Ato da Mesa Diretora nº 050/92, destinou-se a apurar as irregularidades no concurso público da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Foi elaborado o relatório final.

Instalação: 13 de novembro de 1992
Encerramento: 7 de dezembro de 1992

Composição

Presidente: Deputado Maurílio Silva
Vice-presidente: Deputado Jorge Cauhy
Relator: Deputada Lucia Carvalho

Membros titulares: Deputados Cláudio Monteiro e Aroldo Satake

Comissão Especial para Estudo de Incentivos a Projetos Industriais

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 048/95, destinou-se ao estudo e pesquisa de legislação estadual e municipal que concede incentivos fiscais e financeiros para projetos industriais.

A comissão foi extinta por ter expirado o seu prazo de duração.

Instalação: 10 de abril de 1995

Composição

Presidente: Deputado Cláudio Monteiro
Relator: Deputado Peniel Pacheco

Membros titulares: Deputados Manoel de Andrade, Marco Lima, Tadeu Filippelli e Zé Ramalho

Comissão Especial do Metrô

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 123/95, destinou-se a estabelecer contato com o governo federal, com o objetivo de viabilizar o repasse de verbas para a conclusão das obras do Metrô do Distrito Federal.

A Comissão encerrou os seus trabalhos por ter conseguido realizar o objetivo proposto.

Instalação: 29 de novembro de 1995

Composição

Presidente: Deputado Antônio José - Cafu
Membros titulares: Deputados Benício Tavares,

Cláudio Monteiro, Manoel de Andrade e Zé Ramalho

Comissão Especial da Violência no Trânsito

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 118/95, destinou-se a identificar e discutir as causas relacionadas com a violência no trânsito no Distrito Federal.

A Comissão foi encerrada em 10/10/96,

quando foi realizado o II Ciclo de Debates sobre a Violência no Trânsito no DF.

Instalação: 29 de novembro de 1995

Encerramento: 10 de outubro de 1996

Composição

Presidente: Deputado Luiz Estevão

Relator: Deputado João de Deus

Membros titulares: Deputados José Edmar,

Manoel de Andrade e Marco Lima

Comissão Especial para Investigação de Acidentes de Policiais Militares

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 10/97, destinava-se a acompanhar as investigações sobre as causas do acidente que vitimou três policiais militares no dia 21 de fevereiro de 1997.

Apesar de ter sido publicado no DCL de 26 de fevereiro de 1997, a Comissão foi extinta por não ter sido instalada nos dez dias seguintes ao ato de sua constituição.

Comissão Especial do Regimento Interno

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 018/97, destinou-se a analisar as propostas de alteração do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, elaboradas com base no Ato do

Presidente nº 663, de 14 de fevereiro de 1995.

A Comissão foi considerada extinta por não ter sido instalada nos dez dias seguintes ao ato de sua constituição.



**Nelson Mandela foi o primeiro
Cidadão Honorário de Brasília**

Cidadão Honorário

O Título de Cidadão Honorário de Brasília é concedido a pessoas que prestaram serviços de grande relevância social à cidade. Em geral, esses títulos são outorgados em sessões solenes realizadas no plenário da Câmara Legislativa, e, excepcionalmente, em outros locais solenes. Até novembro de 1992, eles foram concedidos por meio de lei ordinária e, a partir dessa data, através de decreto legislativo.

Nº	NOME	AUTOR	Lei
001	Nelson Mandela	Geraldo Magela	Lei 156/91
002	Papa João Paulo II	Manoel de Andrade	Lei 169/91
003	João Havelange	Salviano Guimarães	Lei 254/92
004	Prof. Michio Ninomiya	Benício Tavares e Aroldo Satake	Lei 311/92
005	Assis Chateaubriand	Salviano Guimarães	Lei 325/92
006	Pastor Severino Vilarindo Lima	Maurílio Silva	Lei 425/93
007	Francisco Eriberto Freire França	Peniel Pacheco	Lei 346/92
008	Deputado Ulysses da Silveira Guimarães	José Edmar	Lei 357/92
009	Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx	Carlos Alberto	Lei 378/92
010	Senador Mauro Benevides	Salviano Guimarães	Lei 490/93
011	Jornalista Paulo Cabral de Araújo e Sra. Sarah Kubitschek	Benício Tavares	Lei 435/93
012	Padre Roque Valiati Baptista	Tadeu Roriz	DL 19/93
013	Senhor Honestino Monteiro Guimarães -Post-mortem	Salviano Guimarães e Agnelo Queiroz	DL 20/93
014	Doutor Luís Sabines	Rose Mary Miranda	DL 21/93
015	Senhor Herbert de Souza - Betinho	Wasny de Roure	DL 22/93
016	Senhor Newton Egdio Rossi	Jorge Cauhy	DL 23/93
017	Sakuichi Yamada	Aroldo Satake	DL 27/94
018	Pastor Eber Vasconcelos	Wasny de Roure	DL 28/94
019	Senhor Alcir Augustinho Calliari	Gilson Araújo	DL 39/94
020	Senhor Manoel Pinto de Souza Júnior	Gilson Araújo	DL 38/94
021	Doutor André Esteves Lima	Peniel Pacheco e Jorge Cauhy	DL 55/95
022	Doutor Aloysio Campos da Paz Júnior	Jorge Cauhy	DL 50/95
023	Senhor José Simões de Paiva Neto	Jorge Cauhy	DL 52/95
024	Senador Darcy Ribeiro	Lucia Carvalho	DL 51/95
025	Professor Florestan Fernandes - Post-Mortem	Maria José - Maninha	DL 53/95

Nº NOME	AUTOR	Lei
026 Pastor Antônio Inácio de Freitas	Adão Xavier	DL 56/95
027 Jornalista Fernando Câmara	Luiz Estevão	DL 57/95
028 Jornalista José de Arimatéia Cunha	Luiz Estevão	DL 58/95
029 Deputado Jorge Cauhy	Luiz Estevão	DL 62/95
030 Jornalista Luiz Gutemberg	Tadeu Filippelli	DL 65/95
031 Senhor Yasser Arafat	João de Deus	DL 60/95
032 Doutor Hosannah Campos Guimarães	Daniel Marques	DL 64/95
033 Senhora Philomena Leporone Mazzola	Tadeu Roriz (Req. Jorge Cauhy e José Edmar)	DL 46/95
034 Senhor Itamar Franco	Benício Tavares	DL 45/95
035 Cineasta Nelson Pereira dos Santos	Benício Tavares	DL 63/95
036 Pastor Elias Brito Sobrinho - Post-mortem	Peniel Pacheco	DL 59/95
037 Senhor João Baptista Clayton Rossi - Post-mortem	Peniel Pacheco	DL 68/96
038 Senhor Ernesto Silva	César Lacerda	DL 75/96
039 Senhor Antônio Fábio Ribeiro	Peniel Pacheco	DL 67/96
040 Senhor Adelino Cassis	Lucia Carvalho e Geraldo Magela	DL 83/96
041 Senhor Milton dos Santos	César Lacerda	DL 74/96
042 Jornalista Alexandre Agges Garcia	César Lacerda	DL 76/96
043 Jornalista Adolpho Bloch	Manoel de Andrade	DL 78/96
044 Senhor Israel Pinheiro	Luiz Estevão	DL 70/96
045 Senhor José Elias Murad	Renato Rainha	DL 77/96
047 Fernando Luiz Gonçalves Bezerra	Manoel de Andrade	DL 97/96
048 Senhor Xanana Gusmão	Maria José - Maninha, Antônio José Cafu, Miquéias Paz e César Lacerda	DL 84/96
049 Senhor Gilberto Amaral	Luiz Estevão	DL 93/96
050 Atleta Carmem de Oliveira	Lucia Carvalho	DL 69/96
051 Senhor Luciano Pereira	João de Deus	DL 85/96
052 Engº Agr. Joaquim Alfredo da Silva Tavares	Daniel Marques	DL 79/96
053 Senhor Nelson Piquet	Lucia Carvalho	DL 102/96
054 Senhor Manoel Fernandes Malaquias - Post-mortem	João de Deus	DL 98/96
055 Senhor Mitri Moufarrege	Wasny de Roure	DL 99/96
056 Senhor Mauricio José Corrêa	Miquéias Paz	DL 100/96
057 Pastor Divino Gonçalves dos Santos	Wasny de Roure	DL 106/96
058 Doutor Geraldo Brindeiro	Odilon Aires	DL 87/96
059 Atleta Júlio Adnet	Luiz Estevão	DL 110/96
060 Senhor Teodoro Freire	Daniel Marques	DL 96/96
061 Sr. Frederico Adolfo Simões Barbosa	Maria José - Maninha	DL 105/96
062 Sr. Lindberg Aziz Cury	Marcos Arruda	DL 91/96
063 Senhora Cândida Rosilda de Melo Oliveira	Wasny de Roure	DL 103/96
064 Pastor Doriel Wladimir de Oliveira	Adão Xavier	DL 89/96
065 Senhor Carlos Fernando Mathias de Souza	Luiz Estevão	DL 95/96
066 Senhor Paulo Nogueira Neto	Antônio José - Cafu	DL 109/96
067 Senhor Oswaldo de Almeida Fischer -Post-mortem	Geraldo Magela	DL 108/96
068 Senhor José Ornellas de Souza Filho	Jorge Cauhy	DL 94/96
069 Compositora Neusa França	Tadeu Filippelli	DL 90/96
070 Senhor Milton Soldani Afonso	Peniel Pacheco	DL 88/96
071 Senhor Elmo Serejo Faria	Jorge Cauhy	DL 113/96
072 Senhor Peter Platte	Jorge Cauhy e Cláudio Monteiro	DL 107/96
073 Senhor Bernardo Sayão	Luiz Estevão	DL 116/97
074 Artista Plástico Athos Bulcão	Luiz Estevão	DL 118/97
075 Senhor Leandro Corieri de Macedo	Lucia Carvalho	DL 119/97
076 Senhor João Herculino de Souza Lopes	Luiz Estevão	DL 127/97
077 Dom Alberto Taveira Corrêa	José Edmar	DL 133/97

078	Senhor Roberto Rénier	Luiz Estevão	DL 134/97
079	Senhor Luciano Marques Resende	Wasny de Roure	DL 135/97
080	Senhor Lúcio Batista Arantes	Luiz Estevão	DL 123/97
081	Senhor Antônio Márcio Lisboa	Luiz Estevão	DL 148/97
082	Senhor Oscar Mendes Moreu	Maria José - Maninha	DL 162/97
083	Professor Doutor Paulo Andrade Mello	Maria José - Maninha	DL 334/98
084	Atleta Oscar Daniel Bezerra Schmidt	Luiz Estevão	DL 163/97
085	Pastor Adail Carvalho Sandoval	Wasny de Roure	DL 124/97
086	Educador Paulo Freire - Post-Mortem	Wasny de Roure	DL 149/97
087	Senhor Adalberto Lélis Filho - Deputado Beto Lélis	Peniel Pacheco	DL 136/97
088	Professora Lúcia Toller	Tadeu Filippelli	DL 137/97
089	Senhor Antônio Carlos Elizalde Osório	Daniel Marques e Luiz Estevão	DL 164/97
090	Reverendo Júlio Barbieri Júnior	Renato Rainha	DL 146/97
091	Escritor Cassiano Nunes	Geraldo Magela	DL 125/97
092	Padre Angel Maria Mon Real Ayanz	Renato Rainha	DL 151/97
093	Senhor Humberto Pedrancini	Miquéias Paz	DL 165/97
094	Esportista Leila Barros	Miquéias Paz	DL 195/97
095	Padre Décio Batista Teixeira	Tadeu Filippelli	DL 166/97
096	Pastor Lloyd David Sanders	Marco Lima	DL 167/97
097	Mestre Taoísta Liu Pai Lin	Miquéias Paz	DL 128/97
098	Senhor Osório Coelho Guimarães Filho - Post-mortem	Peniel Pacheco	DL 147/97
099	Procurador Humberto Adjuto Ulhôa	Luiz Estevão	DL 168/97
100	Senhor José Ális Azevedo Lima	Adão Xavier	DL 169/97
101	Jornalista Sebastião Nery	Tadeu Filippelli	DL 288/98
102	Senhor Marcos Vinícios Rodrigues Vilça	Luiz Estevão	DL 170/97
103	Cantor e Compositor Oswaldo Montenegro	Renato Rainha	DL 171/97
104	Senhor Kalil Chater	Renato Rainha	DL 159/97
105	Pastor Ronaldo Fonseca de Souza	Adão Xavier	DL 154/97
106	Jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Wasny de Roure	DL 160/97
107	Jornalista Mário Miguel Nicola Garófalo	Jorge Cauhy	DL 153/97
108	Senhor Álvaro Paim	César Lacerda e Lucia Carvalho e outros	DL 221/97
109	Senhor José Aparecido de Oliveira	Luiz Estevão	DL 172/97
110	Senhor Francisco Ozanan Correia Coelho de Alencar	Jorge Cauhy	DL 155/97
111	Desembargador Carlos Augusto Machado Faria	Renato Rainha	DL 226/98
112	Ministro Lauro Franco Leitão	João de Deus	DL 173/97
113	Pastor José Wellington Bezerra da Costa	Adão Xavier	DL 244/98
114	Pastor Manoel Ferreira	Adão Xavier	DL 289/98
115	Senhor José Adirson de Vasconcelos	Renato Rainha	DL 246/98
116	Empresário Camilo Cola	Manoel de Andrade	DL 216/97
117	Escritora Palmerinda Vidal Donato	Lucia Carvalho	DL 174/97
118	Senhor Afonso Heliodoro dos Santos	Lucia Carvalho	DL 276/98
119	Pastor Joel de Jesus Braga	Wasny de Roure	DL 340/98
120	Pastor Ezequias Fragoso Vieira	Marco Lima	DL 152/97
121	Pastor Eduardo Sampaio de Oliveira	Marco Lima	DL 130/97
122	Senhor Geraldo Barbosa de Castro	Renato Rainha	DL 138/97
123	Pastor Elienai Cabral	Adão Xavier	DL 131/97
124	Pastor Alfredo Santos do Nascimento	Adão Xavier	DL 290/98
125	Senhor Benoni Dias Beltrão	Marco Lima	DL 247/98
126	Pastor Geziel Nunes Gomes	Adão Xavier	DL 378/99
127	Senhor Francisco Aparecido de Jesus Gomes - Chico Rey e José Cláudio Gomes - Paraná	Edimar Pireneus	DL 158/97
128	Antônio Soares Neto - Toniquinho	Peniel Pacheco e Luiz Estevão	DL 384/99
129	Senhor Vanderval Mendonça Calaça	Luiz Estevão	DL 177/97
130	Pastor Mariano Almeida Falcão	Adão Xavier	DL 358/98
131	Bispo Antônio Joaquim da Costa	Marco Lima	DL 196/97

Nº	NOME	AUTOR	Lei
132	Pastor Gedeon Dias Ramos	César Lacerda	DL 248/98
133	Senhor José Alberto Couto Maciel	Luiz Estevão	DL 333/98
134	Padre Rubens Vargas Trindade	Benício Tavares	DL 227/98
135	Padre Natale Battezi	César Lacerda	DL 379/99
136	Pastor Galdino Moreira Filho	Adão Xavier	DL 161/97
137	Pastor Armando Chaves Cohen	Peniel Pacheco	DL 291/98
138	Engenheiro Jaime Camps Saiz	Wasny de Roure	DL 292/98
139	Senhor Waldemar Miranda - Post-mortem	Wasny de Roure	DL 381/99
140	Dom Raymundo Damasceno Assis	José Edmar	DL 293/98
141	Dom José Freire Falcão	José Edmar	DL 187/97
142	Senhor Orlando Vicente Antônio Taurisano	Luiz Estevão	DL 197/97
143	Senhor Marinalvo Gomes de Araújo	Marco Lima	DL 306/98
144	Senhor Manoel Brigadeiro	Miquéias Paz	DL 188/97
145	Senhor Wagner Canhedo	César Lacerda	DL 189/97
146	Senhor José Lourenço de Sant'anna	Jorge Cauhy	DL 190/97
147	Ministro Aído da Silva Fagundes	Peniel Pacheco	DL 191/97
148	Pastor Abel Pereira Côrte	Peniel Pacheco	DL 217/97
149	Sargento Edivaldo Alves	Marco Lima	DL 307/98
150	Pastor Antônio Alves de Oliveira	Adão Xavier	DL 192/97
151	Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila	Tadeu Filippelli	DL 198/97
152	Senhor Fernando Antônio Miranda de Vasconcelos	Luiz Estevão	DL 228/98
153	Senhor José de Oliveira Itacaramby	Benício Tavares	DL 218/97
154	Senhor Frederico Augusto Bastos	César Lacerda	DL 229/98
155	Senhor Agnaldo Menezes Dantas	César Lacerda	DL 317/98
156	Ministro Valmir Campelo Bezerra	César Lacerda	DL 318/98
157	Senhor Wanderley Vallim	César Lacerda	DL 264/98
158	Padre Joaquim da Silveira Horta	José Edmar	DL 230/98
159	Senhor Brasil Helou	Luiz Estevão	DL 332/98
160	Senhor José Augusto Pinheiro	Luiz Estevão	DL 249/98
161	Senhor Breno da Silveira	Luiz Estevão	DL 199/97
162	Senhor Walter Gualberto de Brito	Adão Xavier	DL 359/98
163	Senhor José Humberto Pires de Araújo	Adão Xavier	DL 231/98
164	Senhor Amílcar Quadrado	Peniel Pacheco	DL 360/98
165	Pastor João Francisco Santiago	Peniel Pacheco	DL 222/98
166	Senhor Oswaldo Pontes de Carvalho	Jorge Cauhy	DL 242/98
167	Senhor Walter Albuquerque Mello	Geraldo Magela	DL 156/97
168	Pastor Anderson Martins Rios	Wasny de Roure	DL 232/98
169	Senhor Marconi Antônio de Souza	Benício Tavares	DL 157/97
170	Senhor Vicente Chelotti	Renato Rainha	DL 294/98
171	Humorista Manfred Sant'ana - Dedé Santana	Peniel Pacheco	DL 346/98
172	Pastor Sóstenes Apolos da Silva	Peniel Pacheco	DL 361/98
173	Senhor Carlos Alberto Duarte Abdala	Benício Tavares	DL 193/97
174	Padre Antônio Bernardo Monteiro	Renato Rainha	DL 194/97
175	Doutor Isaac Barreto Ribeiro	Wasny de Roure	DL 200/97
176	Senhor César Barney Caldas	Jorge Cauhy	DL 320/98
177	Senhor Agaciél da Silva Maia	Benício Tavares	DL 250/98
178	Doutor Edísito Carlos Fernandes	Peniel Pacheco	DL 362/98
179	Senhor José Paulo Sepúlveda Perience	Geraldo Magela	DL 220/97
180	Pastor Ebenézer Lemos Eleutério	Adão Xavier	DL 257/98
181	Senhor Dalmo Josué do Amaral	Marco Lima	DL 234/98
182	Senhor Antônio Gomes Formiga	Manoel de Andrade	DL 235/98
183	Senhor Rosental Ramos da Silva	Manoel de Andrade	DL 224/98
184	Doutor Antônio Gonçalves Fernandes	Lucia Carvalho	DL 236/98

Nº	NOME	AUTOR	Lei
185	Padre Ítalo Guerra	José Edmar	DL 295/98
186	Senhor Saulo David de Melo	Marcos Arruda	DL 237/98
187	Senhor Hely Walter Couto	Manoel de Andrade	DL 238/98
188	Doutor João Eugênio Gonçalves de Medeiros	Marcos Arruda	DL 239/98
189	Doutor Pierre Weil	Marcos Arruda	DL 240/98
190	Senhor Antônio José Matias de Sousa	Manoel de Andrade	DL 241/98
191	Esportista Alexandre Manzan	Manoel de Andrade	DL 383/99
192	Padre Alberto Trombini	Marcos Arruda	DL 245/98
193	Senhor Reginaldo Oscar de Castro	Luiz Estevão	DL 363/98
194	Senhor Sebastião Gomes da Silva	Wasny de Roure	DL 274/98
195	Senhor Joaquim José Safe Carneiro	Luiz Estevão	DL 279/98
196	Senhor Paulo Gustavo de Magalhães Pinto	Benício Tavares	DL 296/98
197	Senhor Joviano Pereira da Natividade Neto	Peniel Pacheco	DL 251/98
198	Doutor Célio Menicucci	Luiz Estevão	DL 265/98
199	Professor Doutor Aldo Paviani	Wasny de Roure	DL 364/98
200	Pesquisador Assis Roberto de Bem	Wasny de Roure	DL 347/98
201	Pesquisador Dalmo Catauli Giacometti	Wasny de Roure	DL 348/98
202	Jornalista e Escritor Joanyr de Oliveira	Peniel Pacheco	DL 349/98
203	Radialista e Jornalista Valter Ângelo de Lima	Pedro Celso	DL 275/98
204	Cineasta Vladimir Carvalho	Wasny de Roure	DL 258/98
205	Senhor Edmar Bittencourt	Lucia Carvalho	DL 259/98
206	Senhora Dolores Tomé	Antônio José - Cafu	DL 260/98
207	Advogado Esdras Dantas de Souza	Manoel de Andrade	DL 277/98
208	Senhor Daisaku Ikeda	Lucia Carvalho	DL 280/98
209	Desembargador Lécio Resende da Silva	Luiz Estevão	DL 297/98
210	Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves	Luiz Estevão	DL 308/98
211	Sr. Rui Faquini	Miquéias Paz	DL 252/98
212	Senhor Everardo de Almeida Maciel	Tadeu Filippelli	DL 253/98
213	Engenheiro Agrônomo Pedro do Carmo Dantas	Luiz Estevão e Daniel Marques	DL 254/98
214	Senhor Cleiton Aguiar e Luiz Alberto de Oliveira	Edimar Pireneus	DL 255/98
215	Major Ênio Tavares de Almeida	Manoel de Andrade	DL 256/98
216	Senhor Sebastião Coelho da Silva	João de Deus	DL 298/98
217	Senhor Gilberto José Rossi	José Edmar	DL 299/98
218	Senhor Yoshiaki Onoyama	Tadeu Filippelli	DL 278/98
219	Senhor Salim Ibrahim Bittar	Lucia Carvalho	DL 300/98
220	Senhor Gonçalo Gonçalves Bezerra	Adão Xavier	DL 406/99
221	Professor Doutor Gilberto de Freitas	Maria José - Maninha	DL 365/98
222	Cantor e Compositor Renato Manfredini Júnior (Renato Russo)	Geraldo Magela	DL 281/98
223	Gwynemer Brasil Otero	Maria José - Maninha	DL 266/98
224	Senhor João Antônio Peixoto Primo	Manoel de Andrade	DL 267/98
225	Conselheiro José Eduardo Barbosa	Tadeu Filippelli	DL 268/98
226	Senhor José Felício Prata - Post-mortem	Peniel Pacheco	DL 366/98
227	Senhor Paulo de Mendonça Maia	Peniel Pacheco	DL 350/98
228	Cineasta Afonso Brazza	Manoel de Andrade	DL 269/98
229	Senhor Francisco Frota Marinho	Antônio José - Cafu	DL 287/98
230	Senhor Bartolomeu Frota Marinho	Antônio José - Cafu	DL 283/98
231	Jornalista Carlos Chagas	Marcos Arruda	DL 271/98
232	Senhor José das Dores Fernandes - Zé Mulato e João Monteiro da Costa Neto - Cassiano	Edimar Pireneus e Geraldo Magela	DL 272/98
233	Professor Yoshio Mukai	Lucia Carvalho	DL 309/98
234	Padre Valdir	Renato Rainha	DL 385/99
235	Senhor Lourival Francisco Lopes	Jorge Cauhy	DL 303/98

Nº	NOME	AUTOR	Lei
236	Senhor Márcio Antônio Carlos Machado	Peniel Pacheco	DL 311/98
237	Pastor Fernando Camargo dos Santos	Adão Xavier	DL 304/98
238	Senhor Daniel de Souza Pinto Júnior	Benício Tavares	DL 284/98
239	Pastor Abílio Rodrigues da Silva	Adão Xavier	DL 285/98
240	Senhor Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Neto	Marcos Arruda	DL 286/98
241	Senhor Farid Favez Suwvan	Lucia Carvalho	DL 322/98
242	Senhor Vicente Nogueira Filho	Adão Xavier	DL 323/98
243	Senhor Walid Melo Pires Saredine	Adão Xavier	DL 305/98
244	Jornalista Esaú Afonso de Carvalho	Wasny de Roure	DL 386/99
245	Senhor Geraldo Rezende de Carvalho	Antônio José - Cafu	DL 312/98
246	Senhor Nélio José Nicolai	Odilon Aires	DL 313/98
247	Doutor Sebastião Baptista Affonso	Odilon Aires	DL 314/98
248	Senhora Maria de Araújo Barreto	Wasny de Roure	DL 315/98
249	Senhor Paulo Manhães de Almeida	Daniel Marques	DL 367/98
250	Senhor Vital de Moraes Andrade	Benício Tavares e Tadeu Filippelli	DL 326/98
251	Senhor Luiz Carlos Sigmaringa Seixas	Maria José - Maninha	DL 344/98
252	Senhor Velusiano Antônio da Silva - Post-mortem	Daniel Marques	DL 327/98
253	Empresário Jorge Salim - Post-mortem	Cláudio Monteiro	DL 328/98
254	Senhor Frederico José da Silveira Monteiro	Cláudio Monteiro	DL 329/98
255	Senhor Jorge Pelles - Post-mortem	Tadeu Filippelli	DL 330/98
		Adão Xavier	DL 508/00
256	Senhor Rubem Süffert	Marcos Arruda	DL 331/98
257	Doutor Aluisio Toscano Franca	Marcos Arruda	DL 316/98
258	Professora, Escritora e Poetisa Maria Luiza Marques Matos	Lucia Carvalho	DL 420/99
259	Senhora Cirlene Ramos Luciano	Lucia Carvalho	DL 368/98
260	Bispo Robson Lemos Rodovalho	Lucia Carvalho	DL 335/98
261	Pastor Sirlene Araújo	Lucia Carvalho	DL 407/99
262	Senhor Adalberto Cleber Valadão	César Lacerda	DL 338/98
263	Ministro Homero dos Santos	Luiz Estevão	DL 351/98
264	Senhor Adelmir Araújo Santana	José Edmar	DL 337/98
265	Doutor Ademar Silva Vasconcelos	Daniel Marques	DL 352/98
266	General Eduardo Henrique Ellery - Post-mortem	Manoel de Andrade	DL 353/98
267	Senhor Josezito Nascimento Andrade	Marcos Arruda	DL 349/98
268	Senhor Wilson Wander Lopes	Maria José - Maninha e Lucia Carvalho	DL 369/98
269	Senhor Nassim Gabriel Mehedif	Pedro Celso	DL 354/98
270	Senhor Dácio Vieira	Luiz Estevão	DL 355/98
271	Senhor Aroldo Silva de Amorim	Tadeu Filippelli	DL 370/98
272	Desembargador José de Campos Amaral	Daniel Marques	DL 371/98
273	Senhor Milton Freire de Carvalho	Wasny de Roure	DL 409/99
274	Senhor Victor José Melo Alegria Lobo	Geraldo Magela	DL 374/98
275	Senhor Paulo Affonso Martins de Oliveira	Gim Argello	DL 387/99
276	Doutor Giovanni Berlinguer	Maria José - Maninha	DL 388/99
277	Senhor Marco Antônio de Oliveira Maciel	Gim Argello	DL 421/99
278	Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves	Benício Tavares	DL 411/99
279	Bispo Diocesano Dom Luis Fernando Castillo Méndez	Gim Argello	DL 440/99
280	Arquiteto José Zanini Caldas	Rodrigo Rollemberg	DL 413/99
281	Padre Marcelo Rossi	Wilson Lima	DL 469/00
282	Jornalista Fábio William Silva	Silvio Linhares	DL 389/99
283	Padre Walmir Fernandes Brandão - Post-mortem	Paulo Tadeu	DL 390/99
284	Sindicalista Chico Mendes - Post-mortem	Chico Floresta	DL 391/99
285	Conselheiro Maurílio Silva	José Rajão	DL 392/99
286	Senhor Ney Carneiro	Jorge Cauhy	DL 422/99

Nº	NOME	AUTOR	Lei
287	Padre Giuseppe Rinaldi	Paulo Tadeu	DL 424/99
288	Senhor Wander Luiz	Renato Rainha	DL 405/99
289	Senhor Mohamad Khodr	Jorge Cauhy	DL 403/99
290	Engenheiro Florestal Marcelo Xavier	José Edmar	DL 404/99
291	Senhor Carlos Castelo Branco - Castelinho - Post-mortem	Maria José - Maninha	DL 425/99
292	Radialista Armando Sobral	Agrício Braga	DL 426/99
293	Senhor Antônio de Paula Pontes	Gim Argello	DL 427/99
294	Senhor Jorge Manoel Martins Ferreira	Silvio Linhares	DL 428/99
295	Senhor Ivo de Magalhães	Edimar Pireneus	DL 468/00
296	Ministro Carlos Mário da Silva Velloso	Edimar Pireneus	DL 430/99
297	Jornalista Vanderlei dos Santos Catalão	Rodrigo Rollemberg	DL 431/99
298	Doutor Arlécio Alexandre Gazal	Silvio Linhares	DL 432/99
299	Professor Décio Garcia Munhoz	Wasny de Roure	DL 433/99
300	Senador José Sarney	José Rajão	DL 434/99
301	Senhor Miguel Arraes	Bancada do PT	DL 435/99
302	Senhor Carlos Magno de Melo	Alirio Neto	DL 436/99
303	Senador José Roberto Arruda	Aguinaldo de Jesus	DL 437/99
304	Senhor Nelson Tadeu Filippelli	Adão Xavier	DL 438/99
305	Senhor José Jézer de Oliveira	Jorge Cauhy	DL 439/99
306	Socióloga Gladys Buarque	Paulo Tadeu	DL 461/00
307	Senhor Lourival Gomes de Menezes	Gim Argello	DL 471/00
308	Senhor Carlos Marighella - Post-mortem	Paulo Tadeu	DL 472/00
309	Senhor Jafé Tórres	Gim Argello	DL 397/99
310	Senhora Zuleika Angel Jones - Zuzu Angel	Maria José - Maninha	DL 467/00
311	Latista Lars Graef	Wilson Lima	DL 415/99
312	Músico Henrique Lima Santos Filho	Rodrigo Rollemberg	DL 412/99
313	Rotariano José Silvano Portes	Alirio Neto	DL 423/99
314	Senhora Alda Abrahão Faiad Góes	Jorge Cauhy	DL 470/99
315	Capitã Verônica Lúcia Dantas	Alirio Neto	DL 394/99
316	Senhor Jansen Fialho de Almeida	Wilson Lima	DL 463/00
317	Senhor Elenauro Batista dos Santos	José Rajão	DL 410/99
318	Ex-Senador Pompeu de Souza - Post-mortem	Chico Floresta	DL 429/99
319	Professor Ernani Filgueiras Pimentel	Agrício Braga	DL 450/00
320	Deputada Maria de Lourdes Abadia	Anilcéia Machado	DL 509/00
321	Soldado Sidney Aparecido Rosa	Anilcéia Machado	DL 473/00
322	Soldado Júlio César Xavier dos Santos	Anilcéia Machado	DL 474/00
323	Soldado Deocleciano Martins M. O. Filho	Anilcéia Machado	DL 475/00
324	Soldado Marcos André dos Santos Barros	Anilcéia Machado	DL 477/00
325	Cabo José Luiz Camargo	Anilcéia Machado	DL 478/00
326	Soldado Jean Carlos Emídio	Anilcéia Machado	DL 479/00
327	Soldado Sílvio José da Silva	Anilcéia Machado	DL 480/00
328	Soldado Sirlano de Souza Abreu	Anilcéia Machado	DL 481/00
329	Soldado Jairo Luiz de Lima Filho	Anilcéia Machado	DL 482/00
330	Soldado Juvenal José de Ávila	Anilcéia Machado	DL 483/00
331	Soldado Umbelino Miranda Severino	Anilcéia Machado	DL 484/00
332	Soldado Célio Torres de Souza	Anilcéia Machado	DL 485/00
333	Soldado Sérgio Cicero de Assis	Anilcéia Machado	DL 486/00
334	Soldado Erik Giovanni Costa Carvalho	Anilcéia Machado	DL 487/00
335	Soldado Welder Pereira Pinto	Anilcéia Machado	DL 488/00
336	Soldado Sérgio Eustáquio Felipe	Anilcéia Machado	DL 489/00
337	Soldado Deliomar Pereira	Anilcéia Machado	DL 490/00
338	Cabo Osvaldo Lourenço dos Reis	Anilcéia Machado	DL 491/00

Nº	NOME	AUTOR	Lei
339	Cabo Washington Luiz dos Santos	Anilcéia Machado	DL 492/00
340	Cabo Gilmário dos Anjos Leite	Anilcéia Machado	DL 493/00
341	Cabo Hélio Horta de Moura	Anilcéia Machado	DL 494/00
342	Cabo Kleber Menezes dos Santos	Anilcéia Machado	DL 495/00
343	Cabo Marcelino José da Conceição	Anilcéia Machado	DL 496/00
344	Cabo Estácio Leite da Silva Filho	Anilcéia Machado	DL 497/00
345	Cabo César Augusto Moreira Dário	Anilcéia Machado	DL 498/00
346	Cabo Sérgio Ricardo Nascimento de Souza	Anilcéia Machado	DL 499/00
347	Cabo Israel Alves Paixão	Anilcéia Machado	DL 500/00
348	Cabo Leôncio Pereira de Souza	Anilcéia Machado	DL 501/00
349	Cabo Fernando Cabral	Anilcéia Machado	DL 502/00
350	Cabo Aziel Barcelos da Silveira	Anilcéia Machado	DL 503/00
351	Cabo Marcos Antônio de Oliveira	Anilcéia Machado	DL 504/00
352	Cabo Domingos Gonçalves Amaral	Anilcéia Machado	DL 505/00
353	Cabo Nildo de Souza Cerqueira	Anilcéia Machado	DL 510/00
354	Capitão Deilson Santos Leitão	Anilcéia Machado	DL 511/00
355	Major Fernando do Carmo Fernandes	Anilcéia Machado	DL 525/00
356	Capitão Luiz Philipe Pereira P. de Souza	Anilcéia Machado	DL 512/00
357	1º Tenente Fábio Augusto Bessa	Anilcéia Machado	DL 513/00
358	1º Tenente Marcelo Massetti Pereira	Anilcéia Machado	DL 514/00
359	1º Tenente Saulo Ramos de C. Cavalcanti	Anilcéia Machado	DL 515/00
360	2º Sargento Marcos Antônio da Silva	Anilcéia Machado	DL 516/00
361	2º Sargento Paulo Rogério Bellinaso	Anilcéia Machado	DL 517/00
362	1º Tenente Fabiano Augusto C. da Silva	Anilcéia Machado	DL 518/00
363	1º Tenente Moysés Pereira da S. Costa	Anilcéia Machado	DL 519/00
364	3º Sargento Renato Corrêa da Silva	Anilcéia Machado	DL 520/00
365	3º Sargento José Flávio R. Gomes	Anilcéia Machado	DL 521/00
366	Sargento Antônio João da Silva Benites	Anilcéia Machado	DL 522/00
367	3º Sargento João Carlos Fontinelli Prado	Anilcéia Machado	DL 523/00
368	2º Sargento Raimundo Nonato dos S. Filho	Anilcéia Machado	DL 524/00
369	2º Sargento Ângelo Giordani Ribeiro	Anilcéia Machado	DL 526/00
370	2º Sargento Alexandre Sório Neto	Anilcéia Machado	DL 527/00
371	Senhor João Pedro Stedile	Paulo Tadeu	DL 443/99
372	Pastor Alcemir Pinheiro Ribeiro	Agrício Braga	DL 457/00
373	Senhor Paulo José dos Santos	José Rajão	DL 465/00
374	Senhor Ildeu de Oliveira	Adão Xavier	DL 506/00
375	Senhora Tomris Alpam	Daniel Marques	DL 507/00
376	Senhora Iara Kern Ouriques	Geraldo Magela	DL 225/98
377	Senhor Talal Ahmad Ismail Khalil Abu-allan	Jorge Cauhy	DL 183/97
378	Senhor Inácio de Lima Ferreira	Daniel Marques	DL 182/97
379	Senhora Cacilda Rosa Bertoni	Lucia Carvalho	DL 261/98
380	Pastor Vitor Hugo Mendes de Sá	Adão Xavier	DL 186/97
381	Senhor Paulo Octávio Alves Pereira	César Lacerda	DL 180/97
382	Senhor Clemente Ribeiro da Luz	Daniel Marques	DL 207/97
383	Pastor Manoel Juvenal da Silva	Tadeu Filippelli	DL 212/97
384	Senhor Márcio da Silva Cotrim	Lucia Carvalho	DL 185/97
385	Senhora Maria Calmon Porto	Adão Xavier	DL 263/98
386	Cineasta Nelson Pereira dos Santos	Benício Tavares	DL 263/98
387	Pastor José Wellington Bezerra da Costa	Adão Xavier	DL 244/98
388	Pastor Virgil Frank Smith	Peniel Pacheco	DL 342/98
389	Senhora Alzira Maria de Souza	José Edmar	DL 223/98
390	Engº Agr. Bernardo Sayão - Post-mortem	Luiz Estevão	DL 116/97
391	Pastor Renato Andrade dos Santos	Adão Xavier	DL 204/97

Nº	NOME	AUTOR	Lei
392	Senhora Sophia Wainer	Miquéias Paz e Lucia Carvalho	DL 210/97
393	Psicóloga Mariana Alvim	Wasny de Roure	DL 117/97
394	Senhor Ariomar da Luz Nogueira	César Lacerda	DL 205/97
395	Senhor João Batista de Medeiros	Lucia Carvalho	DL 71/96
396	Pastor Eudaldo Silva Lima- Post-mortem	Peniel Pacheco	DL 179/97
397	Jornalista Consuelo Badra	César Lacerda	DL 301/98
398	Maestro Cláudio Santoro - Post-mortem	Lucia Carvalho	DL 209/97
399	Esportista Ênio Lourenço Garcia	Luiz Estevão	DL 121/97
400	Pastora Maria Lúcia de Brito Rodovalho	Lucia Carvalho	DL 336/98
401	Senhor Antônio Augusto Carvalho de Moraes	César Lacerda	DL 343/98
402	Senhora Galdina Pires de Castro	José Edmar	DL 243/98
403	Delegado Laerte Rodrigues de Bessa	Silvio Linhares	DL 400/99
404	Senhora Neiva Chaves Zelaya - Tia Neiva - Post-mortem	Geraldo Magela	DL 233/98
405	Desembargador José Jeronimo Bezerra de Souza	Benício Tavares	DL 399/99
406	Bispo Carlos Alberto Rodrigues Pinto	Marco Lima	DL 176/97
407	Deputado Inocêncio Oliveira	Gim Argello	DL 402/99
408	Senhor Antônio Valderi da Silva	João de Deus	DL 178/97
409	Senhora Kaneko Ikeda	Lucia Carvalho	DL 282/98
410	Conselheiro Ronaldo Costa Couto	Daniel Marques	DL 270/98
411	Conselheira Marli Vinhadeli	Odilon Aires	DL 408/99
412	Senhor José Lirio Ponte Aguiar	Luiz Estevão	DL 321/98
413	Pastor Valdir Ribeiro Soares	Wasny de Roure	DL 184/97
414	Senhora Maria dos Anjos Teixeira	José Edmar	DL 319/98
415	Senhora Stella dos Cherubins Guimarães Trois	Daniel Marques	DL 201/97
416	Atleta Nilton Santos	César Lacerda	DL 74/96
417	Maestro Emílio César de Carvalho	Wasny de Roure	DL 416/99
418	Senhora Mariza Rodrigues Naves e Ribeiro	Wilson Lima	DL 418/99
419	Senhor Renato Malcotti	Benício Tavares	DL 395/99
420	Senhor Wadjô da Costa Gomide	Jorge Cauhy	DL 206/97
421	Senhor Antônio Carlos Dias Nolero	Wilson Lima	DL 401/99
422	Senhor Alexandre Seabra Resende	Adão Xavier	DL 417/99
423	Senhor Adriano Magalhães Freire	Daniel Marques	DL 208/97
424	Senhor Lourival Novaes Dantas	Renato Rainha	DL 263/97
425	Pastor Aristides Firmino da Costa	Adão Xavier	DL 132/97
426	Senhor Osório Adriano Filho	Adão Xavier	DL 211/97
427	Dom José Newton de Almeida Baptista	José Edmar	DL 122/97
428	Doutor Martinho Gonçalves da Costa	Odilon Aires	DL 445/00
429	Primeiro-Tenente QOPMA RR Eunack Jorge Mendes Maciel	João de Deus	DL 454/00
430	Professor Dêrcio Garcia Munhoz	Wasny de Roure	DL 433/99
431	Senhora Stela Maris Rezende	Marcos Arruda	DL 325/98
432	Senhor Marcelo de Araújo Melo	Silvio Linhares	DL 530/00
433	Senhor Garcia Moreno Vieira Chaves	Wasny de Roure	DL 531/00
434	Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	Gim Argello	DL 449/00
435	Senador Pedro Jorge Simon	Renato Rainha	DL 532/00
436	Soldado Claunir José Ferreira Filho	Anilcéia Machado	DL 476/00
437	Soldado Marcos André dos Santos Barros	Anilcéia Machado	DL 477/00
438	Senhora Sandra Regina Feitosa	Jorge Cauhy	DL 541/00
439	Senhor Hélio Bicudo	Maria José - Maninha	DL 542/00
440	Senhor Ivo Borges de Lima	Gim Argello	DL 543/00

Nº	NOME	AUTOR	Lei
441	Sr. Desembargador José Wellington Medeiros de Araújo	Gim Argello	DL 544/00
442	Senhor Renato Bravo - Produtor Rural	Rodrigo Rollemberg	DL 573/00
443	Senhor Luiz Carlos Attié - Economista	Renato Rainha	DL 569/00
444	Senhor Glênio Bianchetti - Artista plástico	Wilson Lima	DL 545/00
445	Senhor Emídio da Costa Neto - Engenheiro	Paulo Tadeu	DL 547/00
446	Senhor Divaldo Pereira Franco	Jorge Cauhy	DL 548/00
447	Senhor João Pedro Stedile - Economista	Paulo Tadeu	DL 443/99
448	Senhora Weslian Pelles Roriz	Daniel Marques	DL 458/00
449	Senhor Jorge Caetano	Daniel Marques	DL 549/00
450	Senhor Benedito Augusto Domingos	Xavier	DL 575/00
451	Senhor Luiz Carlos Verzoni Nejar	José Rajão	DL 550/00
452	Senhor Hugo G. Bernardes	José Rajão	DL 533/00
453	Sr. Ministro Pedro Pullen Parente	Gim Argello	DL 551/00
454	Bispo Dom Helder Câmara - Post-mortem	Paulo Tadeu	DL 552/00
455	Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil Francisco Murilo Pinto	Gim Argello	DL 534/00
456	Senhora Labib Bittar	José Edmar	DL 535/00
457	Senhora Elizabet Garcia Campos	Jorge Cauhy	DL 528/00
458	Senhor Ildeu de Oliveira	Xavier	DL 506/00
459	Jornalista Cynthia Teles Peter Silva - Post-mortem	Chico Floresta	DL 536/00
460	Sertanista e Indigenista Orlando Vilas Boas	Chico Floresta	DL 553/00
461	Professor Paulo Bertran	Maria José - Maninha	DL 554/00
462	Doutor José Júlio dos Reis	Wasny de Roure	DL 555/00
463	Senhor Luiz Gustavo de Andrade	Rodrigo Rollemberg	DL 556/00
464	Senhor José Antônio da Silva Nascimento	Anilcéia Machado	DL 557/00
465	Senhor Luiz Inácio Lula da Silva	Wasny de Roure	DL 558/00
466	Senhor Lirando de Azevedo Jacundá	Wilson Lima	DL 559/00
467	Professor Luis Humberto Miranda Martins Pereira	Lucia Carvalho	DL 560/00
468	Senhor Abílio Diniz	César Lacerda	DL 574/00
469	Senhora Kátia Maria Abubakir Kouzak	Anilcéia Machado	DL 561/00
470	Senhor Albino Antônio Maneiro	José Edmar	DL 562/00
471	Diretor, Ator e Professor de teatro Hugo Renato Rodas Giusto	Chico Floresta	DL 563/00
472	Senhor Segismundo de Araújo Melo	Daniel Marques	DL 564/00
473	Senhor Carlos Lamarca - Post-mortem	Paulo Tadeu	DL 565/00
474	Senhor Aureo Bringel de Mello	José Rajão	DL 566/00
475	Senhor Embaixador Dogan Alpan	Lucia Carvalho e Anilcéia Machado	DL 567/00
476	Doutor Bonfim Abrahão Tobias	Silvio Linhares	DL 568/00
477	Senhor José Flávio de Oliveira	Edimar Pireneus	DL 570/00
478	Doutor Wilson Marra	Renato Rainha	DL 572/00
479	Senhor Josimar Fernandes de Oliveira	Wasny de Roure	DL 529/00
480	Senhor José Gregori	José Edmar	DL 464/00

Importância do PDOT para o Distrito Federal

O que é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)?

O PDOT é o principal instrumento da política territorial urbana e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na gestão das cidades e do território do Distrito Federal. Esse plano auxilia a tomada de decisões estruturais, não vinculadas a um determinado período governamental, devendo estar inserido num processo permanente de planejamento, sem o que ocorrerá seu desgaste e desatualização precoce.

Quando surgiu a idéia da criação de um plano?

A Constituição Federal de 1988 define que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, sendo o Plano Diretor o instrumento básico dessa política. Define, também, que a prioridade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências expressas no Plano Diretor. A Lei Orgânica do Distrito Federal define os princípios norteadores da política de desenvolvimento urbano.

O crescimento da população do DF foi superior ao previsto na época de sua criação, em 1977. Em vista disso, foi elaborado o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT), em que se tomaram as primeiras medidas destinadas ao direcionamento e ordenamento da localização das novas populações.

Em 1985, foi elaborado o Plano de Ocupação Territorial (POT) com o objetivo de dotar o governo do Distrito Federal de um instrumento normativo de ocupação do solo, definindo as grandes áreas ambientais (naturais, rurais e urbanas) com usos predominantes e exclusivos. Em face da não-implementação desse plano, em 1986 criou-se o Plano de Ocupação e Uso do Solo (Pouso), confirmando o plano anterior.

Em 1987, o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 87, institucionalizou o texto Brasília Revisitada, que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília, tendo sido considerado como documento hábil para que a Unesco proclamasse essa área como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Em 1997, foi criado o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que trata da regulação e promoção da localização dos assentamentos humanos, das atividades econômicas e sociais da população, bem como do desenvolvimento físico e espacial em um nível interurbano.

Como e quando foi criado?

O PDOT foi criado pela Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, que "aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências".

Quais são os objetivos do PDOT?

Ser a expressão espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica do DF.

de forma interurbana e, tendo por objetivo o planejamento a longo prazo, assim como possibilitar articulações intersetoriais, gerar cenários alternativos, oferecer opções para os diversos agentes envolvidos, possibilitar a participação pública e motivar as tomadas de decisões. São também objetivos do PDOT tratar da regulação e promoção da localização dos assentamentos humanos e das atividades econômicas e sociais da população em um nível mais amplo.

O que é o Plano Diretor Local (PDL)?

O PDL deve subordinar-se aos princípios estabelecidos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial e é um dos instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana; trata dos problemas intra-urbanos. É um documento de urbanismo que regulamenta o direito de utilização do solo, objetivando organizar o desenvolvimento urbano, notadamente as novas construções em cada cidade-satélite.

Há outros instrumentos de política urbana?

Sim. Alguns são obrigatórios, como o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual; outros, não, como os Planos Setoriais de Saúde e Educação. Há também outros instrumentos importantes uti-

lizados simultânea e complementarmente para que se possa fazer um monitoramento constante e permanente dos resultados do PDOT e dos PDLs; entre eles, citam-se a Lei de Parcelamento do Solo, o Código de Edificações, o Código de Posturas e as demais normas específicas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, bem como as diversas disposições de planejamento urbano, jurídicas, tributárias, financeiras e de participação popular. Os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) são também instrumentos propostos pela legislação ambiental.

Como são realizados os planos?

Um Plano Diretor é elaborado no momento de sua planificação e submetido posteriormente a um processo conjunto de implementação e de monitoramento.

As estratégias escolhidas devem ser submetidas a um processo de operacionalização (codificação através dos respectivos textos, desenhos, plantas, gráficos, instruções) e de formalização, segundo a legislação vigente.

A verificação dos problemas e a fiscalização dos planos por parte das populações devem se concentrar na preservação e transformação do meio ambiente natural.

Fontes de pesquisa

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. São Paulo : Brasiliense, 1987.

BRASÍLIA na constituinte. Jornal de Brasília, 15 nov. 1986.

DISTRITO FEDERAL (Brasil) - Câmara Legislativa.

O que é, para que serve e como funciona a nossa casa de leis : 2ª legislatura, 1995/1998. 2. ed. Brasília : CLDF, 1997 xxp. : il.

_____. _____. Setor de Protocolo Legislativo. Atividades internas do SPL, : 1º semestre de 1998. Brasília, 1998.

POLÍTICA local. Jornal de Brasília, 16 nov. 1986.

QUEM é quem na Câmara Distrital. Brasília : DIAP, 1991. 115 p. : il.

QUEREMOS autonomia e carteira de identidade. Jornal de Brasília, 2 set. 1982.

2. OUTRAS FONTES

As informações sobre o perfil dos deputados foram obtidas a partir de dados coletados nos gabinetes, pela Internet (Intranet da CLDF), e pelos informativos da Comunicação Social;

As informações sobre as comissões foram obtidas nas próprias comissões e nos Diários da Câmara Legislativa;

Entrevistas realizadas com os senhores Salviano Guimarães e Lindberg A. Cury;

DISTRITO FEDERAL (Brasil) Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997;

PLANO Diretor do Distrito Federal e Subsídios - Brasília. Codeplan, 1991;

Cartazes, informação sobre os seminários e fotos - Coordenadoria de Comunicação Social da CLDF. (não convencional)

Fundacao Biblioteca Nacional

ISBN 85-07123-01-7



9 788587 123015



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

3ª Secretaria

SAIN Parque Rural
CEP 70086-900 - Brasília-DF